

Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira

Ocidental Vida

19 de maio de 2017

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, SA. Sede: Av. Dr. Mário Soares (Tagus Park), Edifício 10, Piso 1, 2744-002 Porto Salvo.
Pessoa coletiva n.º 501 836 926, matriculada sob esse número na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de € 22.375.000,00.

ÍNDICE

Sumário Executivo.....	4
A ATIVIDADE E DESEMPENHO	9
1 Informação sobre a Companhia	10
1.1 Estrutura acionista	10
1.2 Descrição das principais linhas de negócio existentes	10
1.3 Desafios atuais e futuros.....	11
1.4 Número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro	11
2 Atividade, desempenho e resultados	11
2.1 Desempenho da subscrição.....	11
2.2 Desempenho dos investimentos	13
3 Eventuais informações adicionais	16
3.1 Informação qualitativa e quantitativa sobre transações intragrupo	16
B SISTEMA DE GOVERNAÇÃO.....	17
1 Informações gerais sobre o Sistema de Governação	18
1.1 Assembleia Geral de acionistas.....	18
1.2 Conselho de Administração	18
1.3 Comissão Executiva.....	19
1.4 Conselho de Auditoria.....	20
1.5 Funções, comités relevantes e respetivas funções.....	20
1.6 Regras de conduta.....	21
1.7 Política de Remuneração	21
2 Requisitos de qualificação e idoneidade.....	22
2.1 Descrição dos requisitos de qualificação e idoneidade.....	22
3 Informação sobre a Estrutura de Gestão de Risco e o processo de Autoavaliação do Risco e da Solvência	22
3.1 Estrutura de Gestão de Risco	23
3.2 Estrutura de Gestão de Risco: implementação e integração na estrutura organizacional e processo de decisão	28
3.3 Descrição e Gestão dos Riscos	33
3.4 Análise da adequação das avaliações de crédito externas.....	41
4 Informação sobre a Autoavaliação do Risco e da Solvência	41
5 Sistema de Controlo Interno.....	42
5.1 Descrição do Sistema de Controlo Interno.....	42
5.2 Informação sobre os procedimentos-chave do Sistema de Controlo Interno.....	45
5.3 Descrição do modo como a Função de <i>Compliance</i> é implementada	46
6 Função de Auditoria Interna	50
7 Função Atuarial	51
8 Subcontratação	51
9 Informação sobre a avaliação da adequação do Sistema de Governação	52
C PERFIL DE RISCO	53
1 Descrição da definição, identificação, avaliação, gestão e monitorização de cada categoria de risco	54
1.1 Risco Financeiro	54
1.2 Risco com Responsabilidades de Seguros.....	60
1.3 Risco Operacional.....	64
1.4. Outros Riscos	65
2 Descrição de outras informações adicionais de acordo com o perfil de risco.....	67
3 Informação Adicional	68
3.1 Informação qualitativa e quantitativa sobre Risco de Concentração.....	68
3.2 Investimentos de acordo com o princípio do gestor prudente.....	69

3.3	Stress tests	69
D AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA		70
1	Valorização de ativos e outros passivos	71
1.1	Valorização de ativos e outros passivos	71
1.2	Diferenças significativas entre valorização no âmbito de Solvência II e normas contabilísticas locais	76
2	Valorização das Provisões Técnicas	78
2.1	Valorização geral das provisões técnicas	78
2.2	Provisões técnicas de Vida	79
2.3	O nível de incerteza no montante das provisões técnicas	83
2.4	Uso de medidas de longo prazo: ajustamento de volatilidade	84
2.5	Impacto da redução do ajustamento de volatilidade a zero	85
2.6	Impacto das medidas de transição: medida transitória para as provisões técnicas	85
2.7	Explicação das diferenças mais significativas entre base, métodos e pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas no âmbito de Solvência II e de acordo com as normas contabilísticas locais	85
E GESTÃO DO CAPITAL		87
1	Informação sobre gestão de capital relativamente aos fundos próprios	88
1.1	Descrição dos objetivos, regulamentos e processos aplicados à gestão dos fundos próprios, incluindo informação relativa ao horizonte temporal considerado nos planos de negócio e a qualquer alteração significativa em respeito ao atual período de reporte	88
1.2	Informação sobre a estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios de base e auxiliares	88
1.3	Fundos próprios elegíveis para cobertura do SCR e MCR classificados por níveis	89
1.4	Explicação qualitativa sobre as diferenças entre capital próprio de acordo com a informação nas demonstrações financeiras e fundos próprios disponíveis apurados em ambiente de Solvência II	90
2	Informação sobre o SCR/MCR	91
2.1	Informação quantitativa sobre o SCR e os módulos de risco que o compõem, calculados pela fórmula-padrão da EIOPA	91
3	Informação sobre o modelo interno parcial usado no cálculo do SCR e MCR	92
4	Informação Adicional	92
Anexos – Informação Quantitativa		93
Certificação pelo Revisor Oficial de Contas		104
Certificação pelo Atuário Responsável		112

Sumário Executivo

A. Atividade e Desempenho

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida S.A. (doravante designada “Companhia”) é uma companhia de seguros de Vida que se enquadra na *holding* de seguros Millenniumbcp Ageas, participada em 51% pela Ageas Insurance International N.V. (doravante designada “Ageas”) e 49% pelo BCP Investments B.V. (doravante designado “Millennium BCP”). Em 2016, a Companhia obteve uma produção de seguros de Vida de 1.408.265 milhares de euros, registando um decréscimo de 8,2% face a 2015, sobretudo pela menor procura por produtos de Capitalização (doravante designados “Produtos de Poupança”) e PPR, mas também pela estagnação das vendas de produtos de Vida Risco associados a crédito à habitação (doravante designados “Risco”) pela desaceleração da atividade bancária nesse âmbito. A margem técnica do ramo Vida situou-se nos 128.000 milhares de euros, o que corresponde a um aumento de 8,5% em relação a 2015, sendo, no entanto, de salientar que a margem técnica do último foi penalizada pelo impacto negativo de fatores não-recorrentes relacionados com a evolução desfavorável dos mercados financeiros, que levaram ao registo de imparidades técnicas na ordem de 1.000 milhares de euros. O maior contributo para o resultado técnico da Companhia continua a ser proporcionado pelos produtos de Risco e Rendas, responsáveis por mais de 72% do total da margem técnica bruta, cuja rentabilidade assenta em políticas de subscrição rigorosas e no controlo de custos. A situação líquida da Companhia situou-se nos 466.766 milhares de euros, ou seja, um aumento de 9,4% comparativamente a 2015, explicado quer pelo acréscimo dos resultados transitados, já que em 2016 não houve lugar a qualquer distribuição de dividendos, quer pelo aumento verificado no resultado líquido do ano, apesar da variação negativa da reserva de reavaliação.

B. Sistema da Governação

A Companhia é detida a 100% pela *holding* de seguros Millenniumbcp Ageas, a qual é detida pela Ageas (51%) e pelo Millennium BCP (49%).

Os principais órgãos sociais existentes na Companhia enumeram-se de seguida.

Assembleia Geral

À Assembleia Geral (doravante designada “AG”), além do disposto na lei, compete, em especial, eleger a Mesa da AG, os membros do Conselho de Administração (doravante designado “Board”), os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designar um Conselho de Auditoria e fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais, bem como os respetivos esquemas de segurança social e outras prestações complementares.

A Mesa da AG é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

Administração e Fiscalização

A estrutura de administração e fiscalização adotada inclui um *Board*, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva (doravante designada “ExCo”), um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal.

Board

O *Board* é composto por um máximo de dez membros, eleitos pela AG por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respetivos Presidente e Vice-Presidente. O *Board* reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez em cada trimestre.

Em 31 de dezembro de 2016, o *Board* da Companhia era constituído por um Presidente (Filip André Lodewijk Coremans), um Vice-Presidente (José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha) e por sete vogais (Antonio Cano Y Bosque, Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso, Julian Robert Mark Harvey, Manuel Frederico Lupi Belo, Nelson Ricardo Bessa Machado, Rui Manuel da Silva Teixeira e Stefan Georges Leon Braekeveldt).

ExCo

A ExCo, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua atuação nos limites da delegação e modo de funcionamento fixados em deliberação do *Board*. Os estatutos preveem as matérias que o *Board* não pode delegar.

Em 31 de dezembro de 2016, a ExCo era composta pelos administradores Nelson Ricardo Bessa Machado (CEO), Julian Robert Mark Harvey (CFO), Manuel Frederico Lupi Belo e Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo.

Por deliberação do *Board* a distribuição de pelouros do grupo pelos membros da Comissão Executiva é a seguinte:

- Nelson Ricardo Bessa Machado – relações institucionais (autoridades de supervisão e APS), Ocidental Pensões e as seguintes áreas internas: Plataforma Vida, Estratégia e Novos Negócios, Auditoria Interna, Secretariado da Sociedade, Recursos Humanos, Jurídica, *Compliance*, Comunicação Corporativa, Serviços Administrativos & *Facilities*, Gestão de Risco e Fraude;
- Julian Robert Mark Harvey – Direção de Investimentos, Financeira, Atuariado e Resseguro;
- Manuel Frederico Lupi Belo – Direções Comerciais (*Bancassurance* e Empresas), Marketing e Digital;
- Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo – Direções de Organização & IT e Suporte ao Cliente e Negócio.

Além dos órgãos acima mencionados, existe ainda um Conselho Fiscal e um Conselho de Auditoria.

Para além da ExCo, foi também criada uma Comissão de Gestão que tem uma função consultiva junto da ExCo. A ExCo e a Comissão de Gestão constituem, em conjunto, a Gestão Executiva da Companhia.

A estrutura de governação é composta por funções de controlo independente, como a função de verificação da conformidade (*Compliance*), a função de auditoria interna, a função de gestão de riscos e a função atuarial.

C. Perfil de Risco

A Companhia gera valor através da aceitação, retenção e transformação de riscos que possam ser devidamente geridos, quer ao nível individual quer ao nível global da carteira. O princípio fundamental subjacente à estratégia de risco da Companhia é o de maximizar o valor para os acionistas, dentro dos condicionalismos existentes na Declaração de Apetite ao Risco vigente e tendo em conta a proteção dos seus Clientes.

Em consonância com o perfil temporal do negócio da Companhia, o Risco Financeiro (Risco de Mercado, Risco de Incumprimento e Risco de Liquidez) assume-se como o seu principal risco, seguido do Risco com Responsabilidades de Seguros, Risco Operacional e Outros Riscos.

Risco de Mercado significa o risco de perda ou de alteração adversa da situação financeira da Companhia, resultante de flutuações nos preços de mercado dos ativos, passivos e instrumentos financeiros, direta ou indiretamente detidos. O Risco de Mercado é composto pelos seguintes sub-riscos:

- A. Risco de Taxa de Juro;
- B. Risco Acionista;
- C. Risco de *Spread*;
- D. Risco Cambial;
- E. Risco Imobiliário;
- F. Concentração do Risco de Mercado.

O Risco de Incumprimento é composto por dois sub-riscos:

- A. Risco de Incumprimento do Investimento;
- B. Risco de Incumprimento da Contraparte.

O Risco de Liquidez surge quando a Companhia não consegue proceder à liquidação de ativos financeiros ou outros ativos em carteira para fazer face a exigências financeiras - expectáveis ou inesperadas - por parte de tomadores de seguro ou outros detentores de contratos. Estas limitações podem ser estruturais/fundamentais ou devido a perturbações momentâneas no mercado. O Risco de Liquidez abrange ainda o risco de que qualquer prémio de liquidez assumido, utilizado para avaliar as responsabilidades ilíquidas, não se materialize.

O Risco com Responsabilidades de Seguros refere-se a todos os riscos de subscrição de seguros originados por alterações nos sinistros causados pela incerteza e momento de ocorrência dos mesmos, bem como alterações nos pressupostos subjacentes incluindo despesas e anulações/resgates verificados na apólice. Este risco inclui o Risco de Mortalidade, Risco de Longevidade, Risco de Invalidez, Risco de Morbilidade (ou seja, risco de doença grave), Risco de Anulação e Persistência, Risco com Despesas de Seguros de Vida, Risco de Revisão e Risco de Catástrofe.

O Risco Operacional é o risco de perdas emergentes devido a erro humano, de processos ou sistemas inadequados, ou por falhas internas ou eventos externos.

Outros Riscos abrangem fatores internos e externos que podem afetar a capacidade da Companhia em cumprir o seu atual plano de negócio e posicionar-se para atingir o seu crescimento objetivo. Incluem alterações no enquadramento externo, seja regulamentar, económico ou concorrencial, ou apenas o modo como as pessoas (Clientes e/ou colaboradores) se comportam. Podem também ocorrer devido a deficiências nos processos de gestão e tomada de decisão, ou como resultado de perda de reputação e/ou valor do negócio.

D. Avaliação para efeitos de Solvência

O justo valor é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e com interesse no negócio, numa transação em condições normais de mercado.

A valorização ao justo valor fundamenta-se em um dos níveis apresentados de seguida:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2: informação observada em mercados ativos;
- Nível 3: informação de mercado não observada (cotações de contrapartes).

As diferenças entre o ativo líquido da Companhia calculados de acordo com as normas contabilísticas locais (GAAP local) e os fundos próprios disponíveis apurados em ambiente de Solvência II surgem, fundamentalmente, devido a:

- Reclassificação de passivos subordinados;
- Diferenças na valorização de ativos e passivos não reconhecidos ao justo valor:
 - Investimentos diretos em imobiliário e outros ativos a deter até à maturidade são reconhecidos ao custo amortizado;
 - Passivos provenientes de contratos de seguro ou investimento não são reconhecidos ao justo valor;
- Desreconhecimento da rubrica *goodwill* e outros ativos intangíveis em Solvência II;
- Desreconhecimento de participações não-maioritárias em outras empresas;
- Dedução dos dividendos propostos/esperados (em linha com o Regulamento de Apetite ao Risco, é expectável um *dividend payout ratio* anual na ordem dos 40-50%).

De acordo com o capítulo 10 da norma regulamentar n.º 6/2015-R, o pedido para a utilização de medidas de longo prazo teria de ser formalizado à ASF até ao dia 20 de Maio de 2016. Nesse sentido, o pedido de aprovação para uso do ajustamento de volatilidade (doravante designado “VA”) pela Companhia, de acordo com a alínea a) do artigo 24º da norma regulamentar nº6/2015-R, foi considerado entregue e completo por parte da ASF na referida data, tendo sido posteriormente aprovado em Julho do mesmo ano, efetivando-se retroativamente a partir do dia 1 de Janeiro de 2016.

O uso do VA destina-se a evitar a existência de um comportamento pró-cíclico no balanço da Companhia quando os preços dos ativos (nomeadamente títulos de dívida) se deterioram, fundamentalmente por falta de liquidez mas também devido a uma situação de expansão excecional dos *spreads* de crédito muito além dos valores considerados explicados pelos princípios

fundamentais da economia e funcionamento dos mercados financeiros. Neste capítulo apresenta-se o impacto desta medida nos fundos próprios da companhia e no respetivo rácio de solvência II.

E. Gestão do Capital

O principal objetivo do processo de gestão de capital é otimizar a estrutura, composição e alocação do capital da Companhia, de modo a suportar um crescimento futuro rentável e garantindo a viabilidade da política de dividendos corrente.

A Companhia tem em vigor um regulamento de gestão de capital que define um conjunto de regras, visando assegurar o critério necessário ao desenvolvimento dos seguintes momentos:

- Planeamento de Capital – o nível de capital que a Companhia deverá reter, o qual será função dos seguintes aspetos: requisitos legais ou de alinhamento com o Regulamento de Apetite ao Risco em vigor, ambição de crescimento futuro, ou pela antecipação da alteração de determinadas variáveis exógenas que possam por em causa a sua solvência;
- Alocação de Capital – otimização da função risco-retorno tendo em conta os limites de exposição ao risco definidos no Regulamento de Apetite ao Risco e o retorno objetivo, em paralelo com a análise da performance histórica dos potenciais investimentos a serem realizados;
- Política de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta um montante de fundos próprios elegíveis para cobertura do requisito de capital de Solvência II exigido pela fórmula-padrão da EIOPA (doravante designado “SCR”) de 568.713 milhares de euros e um SCR de 235.577 milhares de euros, correspondente a um rácio de Solvência II de 241,4%.



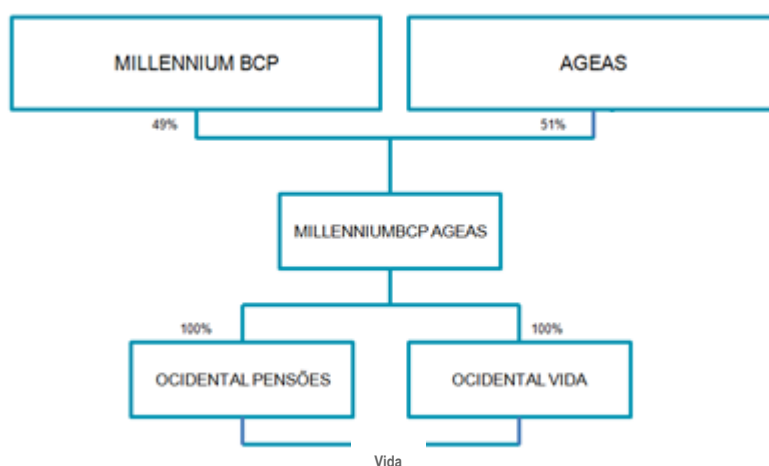
ATIVIDADE E DESEMPENHO

1 Informação sobre a Companhia

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida S.A. (doravante designada “Companhia”) é uma companhia de seguros de Vida que se enquadra na *holding* de seguros Millenniumbcp Ageas, participada em 51% pela Ageas Insurance International N.V. (doravante designada “Ageas”) e 49% pelo BCP Investments B.V. (doravante designado “Millennium BCP”). A Companhia é uma entidade supervisionada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) com sede na Av. da República n.º 76, 1600-205 Lisboa e tem como auditor externo a KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., com sede na Av. Praia da Vitória, n.º 71 A, 11.º, 1069-006 Lisboa.

1.1 Estrutura acionista

O enquadramento legal da Companhia representa-se pela estrutura esquematizada de seguida.



1.2 Descrição das principais linhas de negócio existentes

A Companhia explora as linhas de negócio abaixo apresentadas, operando apenas em Portugal.

- *Unit-Linked*;
- Capitalização;
- Risco;
- Rendas;
- PPR.

1.3 Desafios atuais e futuros

Os avanços tecnológicos e a digitalização do negócio representam os maiores desafios atuais e futuros a enfrentar pela Companhia. Novas tendências relacionadas com inteligência artificial, dispositivos sensoriais e carros de condução autónoma irão, sem dúvida, impactar a vida das pessoas, e, nesse sentido, o papel da Companhia enquanto provedora de soluções de seguro adequadas. Dentro deste novo paradigma, o comportamento geral do consumidor tem, então, sofrido alterações profundas, desde o maior controlo que agora é exigido, bem como a expectativa por maiores e melhores níveis de serviço. Simultaneamente, requerem um nível de customização/personalização cada vez mais apurado. Perante este cenário, a Companhia tem investido no desenvolvimento de determinadas competências internas, com foco principal na análise de dados de grande escala (*big data*), tendo em vista a proximidade aos seus Clientes e restantes *stakeholders*.

1.4 Número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro

O número total de colaboradores efetivos a trabalhar na Companhia no final do exercício de 2016 era de 150 colaboradores.

2 Atividade, desempenho e resultados

2.1 Desempenho da subscrição

Em 2016, a Companhia obteve uma produção de seguros de Vida de 1.408.265 milhares de euros, registando um decréscimo de 8,2% face ao ano transato, sobretudo pela menor procura por produtos de Capitalização (doravante designados “Produtos de Poupança”) e PPR, mas também pela estagnação das vendas de produtos de Vida Risco associados a crédito à habitação (doravante designados “Risco”) pela desaceleração da atividade bancária nesse âmbito. Ainda assim, esta quebra foi muito inferior aos 23% registados no mercado, possibilitando o aumento da quota de mercado por prémios emitidos para 21,1% (mais 3,4 pontos percentuais do que em 2015). Todas as linhas de negócio apresentaram uma evolução negativa com exceção dos *Unit-Linked*, que, contrariando a tendência, teve um crescimento superior a 40%, permitindo à Companhia reforçar a liderança do mercado neste ramo.

Evolução dos Prémios de Seguro Direto Vida

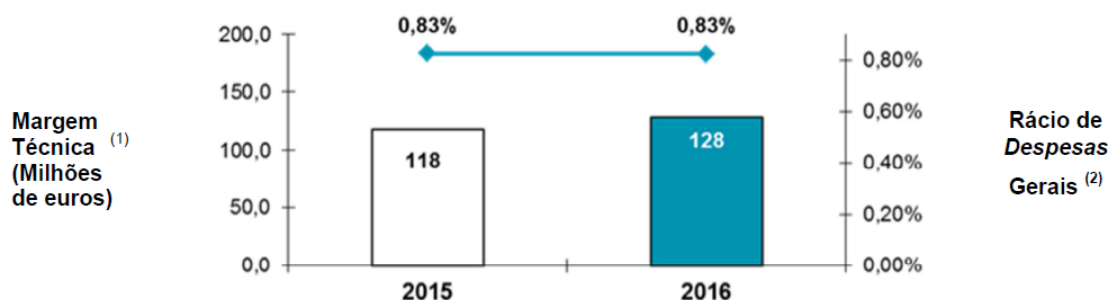
Ramo	Milhares de euros					Mercado Var. 16/15
	2016	2015	2014	Var. 16/15	Var. 15/14	
<i>Unit-Linked</i>	806 103	573 935	525 816	40,5%	9,2%	-26,7%
Produtos de Poupança	234 389	570 188	507 589	-58,9%	12,3%	-34,1%
Risco	171 759	172 794	165 931	-0,6%	4,1%	-0,3%
Rendas	7 899	9 642	9 354	-18,1%	3,1%	37,7%
PPR e PPR/E	188 115	206 832	143 702	-9,0%	43,9%	-9,5%
Total	1 408 265	1 533 391	1 352 392	-8,2%	13,4%	-23,0%

Fonte APS

De notar, ainda, que o enfoque na capacidade de retenção dos recursos sob gestão se manteve como uma das prioridades estratégicas da Companhia, materializando-se pela manutenção de volumes de provisões sob gestão superiores a 9.322.000 milhares de euros, montante 2,2% abaixo do registado em 2015 *vis-à-vis* uma diminuição de 6,9% do mercado, possibilitando o aumento da quota de mercado por provisões matemáticas em 1,2 pontos percentuais, para 24,1%.

A margem técnica do ramo Vida situou-se nos 128.000 milhares de euros, o que corresponde a um aumento de 8,5% face ao ano passado, sendo, no entanto, de salientar que a margem técnica de 2015 foi penalizada pelo impacto negativo de fatores não-recorrentes relacionados com a evolução desfavorável dos mercados financeiros, que levaram ao registo de imparidades técnicas na ordem de 1.000 milhares de euros.

Margem Técnica versus Rácio de Despesas Gerais



1) Antes de imputação de custos administrativos.

2) "Custos operativos afetos ao ramo Vida" / "Investimentos médios afetos ao ramo Vida".

O maior contributo para o resultado técnico da Companhia continua a ser proporcionado pelos produtos de Risco e Rendas, responsáveis por mais de 72% do total da margem técnica bruta, cuja rentabilidade assenta em políticas de subscrição rigorosas e no controlo de custos.

A obtenção de um rácio de despesas gerais na ordem dos 0,83% (em linha com o de 2015) revela, então, a preocupação da Companhia com a contenção dos custos operativos, através de uma gestão criteriosa e adequada dos seus recursos.

A boa performance técnica do negócio aliada a uma política prudente ao nível da gestão de ativos, não obstante o impacto negativo de perdas por imparidades e menos-valias decorrentes da volatilidade realizada nos mercados financeiros, justificam o resultado antes de impostos de 70.971 milhares de euros, 70% acima do resultado de 2015 (este último mais penalizado por fatores não-recorrentes). Após impostos, o resultado da Companhia foi de 49.111 milhares de euros.

Ao nível da sua situação patrimonial, é de referir que o total do ativo da Companhia atingiu os 10.126.859 milhares de euros, resultando num decréscimo de 2,1% em relação ao ano anterior, sobretudo devido à diminuição do valor da carteira de ativos financeiros sob gestão.

A situação líquida da Companhia situou-se nos 466.766 milhares de euros, ou seja, um aumento de 9,4% em relação a 2015, explicado quer pelo acréscimo dos resultados transitados, já que em 2016 não houve lugar a qualquer distribuição de dividendos, quer pelo aumento verificado no resultado líquido do ano, apesar da variação negativa da reserva de reavaliação.

2.2 Desempenho dos investimentos

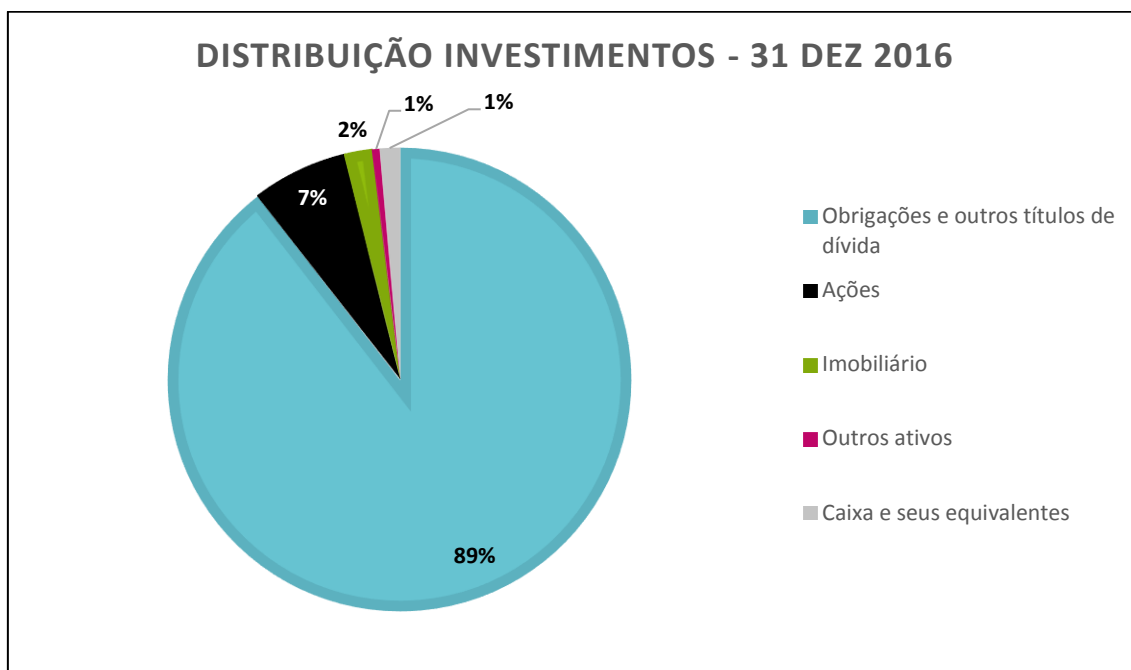
Os regulamentos da Estrutura de Investimentos, Risco de Mercado & Estrutura de ALM e Risco de Incumprimento foram revistos no final de 2014 e 2015, dando suporte ao processo de Alocação Estratégica de Ativos em vigor a cada momento. Estes regulamentos estabelecem determinadas informações sobre os seguintes pontos:

- Limites mínimos e máximos para muitos componentes do Risco de Mercado e Risco de Incumprimento de Contraparte, relativo ao perfil das responsabilidades da Companhia;
- Os processos para garantir uma gestão prudente dos investimentos;
- A posição da Companhia face ao risco;
- Os procedimentos para garantir cumprimento da regulamentação da ASF e CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários).

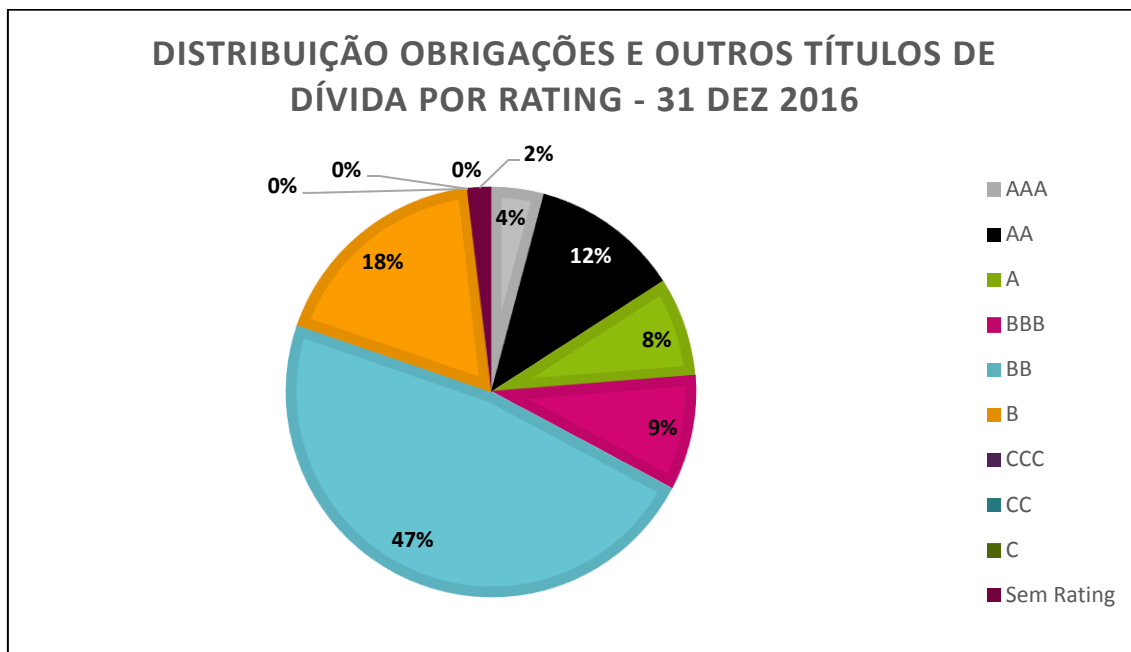
Os regulamentos e limites são elaborados pela Direção de Gestão de Risco e Direção Financeira e aprovados pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração da Companhia. Quanto à Direção de Investimentos, tem a responsabilidade de fazer a implementação destes regulamentos dentro dos limites estabelecidos.

Informação sobre os ativos da Companhia

O gráfico seguinte demonstra a distribuição dos investimentos a 31 de dezembro de 2016, e inclui ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros detidos até à maturidade, direta ou indiretamente detidos pela Companhia.



De seguida, apresenta-se a distribuição por *rating* (interno ou externo) da carteira de obrigações e outros títulos de dívida diretamente detidos pela Companhia, a 31 de dezembro de 2016.



Por fim, referir que a rentabilidade média dos investimentos da Companhia a 31 de dezembro de 2016 foi de 2,15%.

A informação quantitativa sobre os rendimentos e despesas referentes à atividade de investimentos, de acordo com as demonstrações financeiras, apresenta-se nos seguintes quadros:

Rendimentos (valores em milhares de euros)	Valias realizadas e Imparidades	Juros e dividendos	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida - não unit linked			
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	0	2	2
Terrenos e edifícios	0	0	0
Ações	-493	79	-414
Derivados	0	0	0
Obrigações de dívida pública - disponíveis para venda	11.856	61.630	73.486
Obrigações de empresas - disponíveis para venda	1.011	20.301	21.312
Obrigações de empresas públicas - disponíveis para venda	321	4.813	5.135
Obrigações de dívida pública - detidas até à maturidade	0	18.597	18.598
Obrigações de empresas - detidas até à maturidade	0	1.364	1.364
Fundos de investimento mobiliário e imobiliário	-10.698	2.867	-7.831
	1.997	109.654	111.651
Investimentos não afetos			
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	0	0	0
Terrenos e edifícios	439	0	439
Ações	-18.989	0	-18.989
Derivados	0	0	0
Obrigações de dívida pública - disponíveis para venda	698	2.299	2.997
Obrigações de empresas - disponíveis para venda	345	1.253	1.598
Obrigações de empresas públicas - disponíveis para venda	0	0	0
Obrigações de dívida pública - detidas até à maturidade	0	0	0
Obrigações de empresas - detidas até à maturidade	0	26	26
Fundos de investimento mobiliário e imobiliário	0	0	0
	-17.508	3.579	-13.929

Custos com investimentos (valores em milhares de euros)	Total
Alocados à conta técnica	16.831
Alocados à conta não técnica	214
	17.045

2.2.1 Produtos estruturados e ativos colateralizados

As posições da Companhia em produtos estruturados nas chamadas carteiras tradicionais somam cerca de 17.378 milhares de euros, desagregando-se de acordo com a informação na tabela seguinte.

Produtos Estruturados	Milhares de euros
Barclays Eur Tracker CLN Aspen Engy.31/05/18	4.344
Fortis Bank Float 05/12/17	3.118
Nomura Bank Intl Plc Float 30/09/19	9.916

Todos estes instrumentos apresentam características similares a investimentos de taxa fixa (tipicamente obrigações), muito embora o primeiro deles tenha como ativos subjacentes dois fundos de *private equity* e os dois seguintes sejam títulos subordinados e sénior, respetivamente, com estruturas de cupão fixo e variável.

Ativos Colateralizados	Milhares de euros
MAGEL 3 A 15/05/58	5.062
MAGEL 3 B 15/05/58	255
MAGEL 4 A 20/07/59	1939
MAGEL 4 B 20/07/59	636
MAGEL 4 C 20/07/59	530
SABA 1A2 20/06/38	1092
TAGUS 2009 - ENG2 A 12/05/25	5.785
TAGUS 2009 - ENGY A1 12/05/25	18.947
VERSE 1 SNR 4.172% 16/02/17	784
VERSE 2 SNR 2.98% 16/02/18	7.059
VERSE 3 SNR 1.99% 12/02/19	3.490

Os títulos *Magel* e *Saba* correspondem a ativos colateralizados por hipotecas residenciais, sendo que os títulos *Tagus* e *Verse* são ativos colateralizados pelo défice tarifário elétrico.

O peso destes ativos na carteira de investimentos da Companhia é mínimo (perto de 1%), esperando-se que venha a diminuir à medida que os mesmos vão atingindo a maturidade e pela não-intenção de aumentar a exposição a esta classe, sobretudo pelos requisitos de capital associados. Por outro lado, no que respeita a ativos colateralizados, a dimensão e disponibilidade de ativos no mercado impedem o reinvestimento nesta classe, apesar de adequados às carteiras de seguros.

3 Eventuais informações adicionais

3.1 Informação qualitativa e quantitativa sobre transações intragrupo

Em dezembro de 2014, foi contratado um empréstimo subordinado no montante de 120.000 milhares de euros à Millenniumbcp Ageas, *holding* de seguros participada em 51% pela Ageas e 49% pelo Millennium BCP.

B

SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

1 Informações gerais sobre o Sistema de Governação

A Companhia é detida a 100% pela *holding* Millenniumbcp Ageas, um importante grupo económico no que diz respeito ao panorama segurador português. Para além do cumprimento da legislação e dos regulamentos vigentes em cada momento, o cumprimento pelas recomendações e boas práticas de governação são características importantes da Companhia.

Encontra-se, a seguir, a descrição da estrutura dos órgãos de administração, gestão e supervisão, incluindo as suas principais funções e responsabilidades, bem como a existência de comités relevantes e respetivas funções.

1.1 Assembleia Geral de acionistas

A Assembleia Geral de acionistas (doravante designada “AG”) é composta pelos detentores de participações sociais na Companhia à data de 31 de dezembro de 2016, sendo o único acionista a Millenniumbcp Ageas, SGPS, S.A., *holding* de seguros participada em 51% pela Ageas e 49% pelo Millennium BCP, cuja participação e votação está sujeita às previsões legais e estatutos da Companhia.

Este órgão reúne ordinariamente uma vez por ano para aprovação do relatório de gestão e contas e extraordinariamente sempre que for convocada por quem legalmente ou estatutariamente tiver esse poder e nos termos legais e estatutariamente admissíveis.

À AG, além do disposto na lei, compete, em especial, eleger a Mesa da AG, os membros do Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designar um Conselho de Auditoria e fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem como os respetivos esquemas de Segurança Social e de outras prestações complementares. A Mesa da AG é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

1.2 Conselho de Administração

1.2.1 Função, responsabilidades e competências

De acordo com o Regulamento de Governo de Risco da Companhia, a sua gestão é confiada ao respetivo Conselho de Administração (doravante designado “*Board*”), que tem as atribuições conferidas por lei, sendo o órgão máximo de decisão da Companhia. O *Board* está também encarregue de determinadas questões previstas nos estatutos, de acordo com as suas competências exclusivas.

1.2.2 Critérios de adesão dos membros

Os nomeados propostos pelo *Board* à AG devem seguir os seguintes critérios:

- Designar cada membro com base no seu conhecimento e/ou experiência particular, de maneira a garantir que o *Board*, no seu todo, possui as competências e qualificações necessárias para o cumprimento das suas responsabilidades;
- Assegurar que a maioria significativa dos membros é independente;
- Assegurar que cada membro tem disponibilidade para cumprir as suas funções.

1.2.3 Composição

O *Board* da Companhia inclui um máximo de dez membros, eleitos pela Assembleia Geral por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respetivos Presidente e Vice-Presidente. O *Board* reúne sempre que for decidido pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez por trimestre. O *Board* inclui um Presidente, um Vice-Presidente e sete outros administradores.

1.3 Comissão Executiva

A responsabilidade da Comissão Executiva (doravante designada “ExCo”) para com o *Board* é assegurar que os órgãos relevantes da Companhia tomam as decisões adequadas no que diz respeito a estruturas, riscos e execução, bem como garantir que existem as estruturas adequadas e que estão totalmente operacionais.

1.3.1 Composição

A ExCo, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua atuação nos limites da delegação, sendo o seu modo de funcionamento fixado em deliberação do *Board*. Os estatutos preveem as matérias que o *Board* não pode delegar à ExCo.

Em 31 de dezembro de 2016, a ExCo era composta pelos administradores Nelson Ricardo Bessa Machado, que exercia o cargo de Presidente (CEO), Julian Robert Mark Harvey (CFO), Manuel Frederico Lupi Belo e Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo.

1.3.2 Responsabilidades e organização

A ExCo pode preparar e propor ao *Board* matérias para discussão da sua exclusiva competência. Deverá, ainda, submeter ao mesmo *Board* todos os assuntos que, devido à sua importância, e embora possam não se encontrar dentro do âmbito dos assuntos encaminhados para o *Board*, considere justificar a aprovação desse órgão.

Por deliberação do *Board*, a distribuição dos pelouros da Companhia pelos membros da ExCo era a seguinte:

- Nelson Ricardo Bessa Machado (CEO): relações institucionais (autoridades de supervisão e APS), Ocidental Pensões e as áreas Plataforma Vida, Estratégia e Novos Negócios, Auditoria Interna, Secretariado da Sociedade, Recursos Humanos, Jurídica, *Compliance*, Comunicação Corporativa, Serviços Administrativos & *Facilities*, Gestão de Risco e Fraude;
- Julian Robert Mark Harvey (CFO): Direção de Investimentos, Financeira, Atuariado e Resseguro;
- Manuel Frederico Lupi Belo: Direção Comercial (*Bancassurance* e Empresas), *Marketing* e Digital;

- Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo: Direções de Organização & IT e Suporte ao Cliente e Negócio.

1.4 Conselho de Auditoria

O Conselho de Auditoria é composto por três membros não-executivos do *Board*, um dos quais será o seu Vice-Presidente, que assumirá as funções de Presidente do Conselho de Auditoria.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal, a AG, nos termos do contrato com a Companhia, designou um Conselho de Auditoria para a verificação das contas da Companhia e assistir o *Board* no que respeita, em geral, a funções de controlo interno.

1.5 Funções, comités relevantes e respetivas funções

No quadro do processo de decisão empresarial, existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela AG ou designadas pelo *Board*, coadjuvam esse mesmo e a ExCo no exercício das suas funções, assegurando a segregação entre as áreas de negócio e as áreas operacionais.

1.5.1 Comité de Risco / *Chief Risk Officer*

Tem por função apoiar o *Board* e a ExCo na compreensão e gestão adequada dos riscos inerentes à atividade seguradora, bem como assegurar a adequação do capital em relação aos referidos riscos e às operações no seu conjunto.

O papel e responsabilidades do Comité de Risco são fixados pela ExCo e estabelecidos nos respetivos termos de referência, os quais são periodicamente revistos pelo Comité de Risco, pelo *Board* ou pela ExCo, em função de alterações dos requisitos regulamentares ou dos princípios de gestão de risco.

1.5.2 Comité de Gestão de ALM & Investimentos / *Chief Investment Officer*

O *Chief Investment Officer* tem por função maximizar o retorno dos investimentos, no contexto das definições estratégicas relativamente à gestão de ativos. É, ainda, responsável pela seleção dos ativos que são objeto de investimento, além de fornecer informação a nível local e da Ageas.

1.5.3 *Compliance Officer*

Tem por função estimular, monitorizar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos relevantes para a integridade e, consequentemente, reputação da Companhia.

No contexto da governação corporativa, o *Compliance Officer* visa proporcionar razoável garantia de que a Companhia e os seus colaboradores cumprem aquelas leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos. Faz, igualmente, parte da sua missão desenvolver uma relação de confiança e compreensão com a ASF em matéria de *compliance*.

1.5.4 Auditoria Interna

A Auditoria Interna assiste o Conselho Fiscal, a ExCo e outras comissões de gestão no desempenho efetivo das suas funções, através da garantia sobre a qualidade dos processos de governação, risco e controlo, incluindo o reporte de gestão sobre o controlo interno e eficácia do mesmo.

1.6 Regras de conduta

Código Deontológico

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável à Companhia, o *Board* aprovou um Código Deontológico que incorpora regras de funcionamento próprias e de comportamento individual de cada um dos colaboradores e dos membros do *Board* e da ExCo, no exercício das respetivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da atividade seguradora, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Procedimentos internos para controlo dos riscos da atividade

O *Board* e a ExCo, no exercício das suas funções, são responsáveis pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorados pelas unidades transversais que a nível da governação corporativa contribuem para o processo de decisão empresarial.

1.7 Política de Remuneração

A Companhia tem em vigor uma Política de Remuneração aplicável aos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização e também aos colaboradores abrangidos pelo disposto na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril. Esta política foi elaborada em cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, nomeadamente, do disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril e na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril.

Encontram-se previstos na Política de Remuneração os princípios e a estrutura da remuneração, quer dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, quer dos colaboradores abrangidos, os respetivos critérios de avaliação, as componentes da retribuição e em especial a ponderação entre parte fixa e variável. Estão ainda previstas todas as obrigações regulares sob a matéria de remunerações, com o propósito de assegurar a conformidade das práticas adotadas na Companhia ao enquadramento regulamentar, que exige critérios de transparência, mediante a divulgação de determinada informação e a emissão de declarações de conformidade. Mais se esclarece que a informação obrigatória sobre a política, bem como a adoção, ou não, das recomendações emitidas pelo regulador, se encontram contidas no Relatório de Gestão anual da Companhia.

2 Requisitos de qualificação e idoneidade

A Estrutura de Regulamentos de Risco vigente contém vários princípios e diretrizes relacionadas com uma gestão adequada e idónea.

De um modo geral, todos os gestores de topo a quem são atribuídas posições na Companhia têm de ser adequados e idóneos para assumirem as suas responsabilidades. A Companhia assegura que todas as pessoas que efetivamente têm poderes de gestão, ou que têm outras funções-chave, satisfazem os seguintes requisitos:

- As suas qualificações profissionais, conhecimento e experiência são adequados para permitir a gestão estável e prudente (adequação);
- Possuem uma boa reputação e integridade (idoneidade).

2.1 Descrição dos requisitos de qualificação e idoneidade

A Companhia assegura que todos os membros do *Board*, da ExCo e dos órgãos de gestão cumprem os critérios de adequação e idoneidade. As funções-chave são aquelas consideradas fundamentais para a gestão da Companhia, ou seja, que incluem, no mínimo, os membros da ExCo, o *Chief Risk Officer* ou CRO (Carlos Domingues), o *Compliance Officer* (João Mouta), o Responsável pela Auditoria Interna (Sofia Costa), o Responsável pelo Atuariado (Concórdia Simão), o Responsável pela Função Financeira (João Barão), o Responsável pelo Investimento (Fernando Abrantes), o *Risk Officer* (António Simões Pereira) e o Responsável pela Função Jurídica (Catarina Rodrigues).

A adequação para uma função é baseada numa avaliação das competências técnicas e de gestão. Os órgãos de gestão da Companhia devem basear as suas avaliações na experiência, conhecimento e qualificações profissionais, e, ainda, na demonstração das devidas competências, cuidado, diligência e conformidade com os padrões relevantes do setor onde a pessoa trabalhou.

Para além da adequação em relação às suas funções nas áreas específicas de responsabilidade, a ExCo e o *Board* devem poder garantir, em conjunto, a gestão estável e prudente do negócio. A avaliação da adequação de um indivíduo assenta na sua reputação, refletindo a conduta passada, registo criminal, registo financeiro e experiência de supervisão, de acordo com a regulamentação portuguesa.

Internamente, a Companhia tem em vigor um regulamento que visa a criação de um processo de avaliação da idoneidade e qualificação dos colaboradores com funções-chave.

3 Informação sobre a Estrutura de Gestão de Risco e o processo de Autoavaliação do Risco e da Solvência

A Companhia executa anualmente o processo Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA), que fornece uma visão geral dos resultados e das metodologias por si adotadas, bem como contribui para as tomadas de decisão relativas a solvência e gestão de capital. Este processo é uma componente importante da Estrutura de Gestão de Risco da Companhia (doravante

designada “ERM”), sendo demonstrativo da existência de uma “cultura de risco” e fornecendo uma visão geral da forma como esta se incorpora a um nível mais geral (local e a nível da Ageas).

3.1 Estrutura de Gestão de Risco

Na sua qualidade de seguradora, a Companhia enfrenta diversos riscos que, interna ou externamente, podem afetar as suas operações, resultados, valor dos investimentos ou a venda de determinados produtos e serviços.

3.1.1 Descrição da Estrutura de Gestão de Risco

No desempenho da sua atividade, a Companhia cria valor através da aceitação, retenção e transformação de riscos que possam ser geridos corretamente, tanto ao nível individual como ao nível da carteira global, dentro de uma ERM adequada.

A Companhia define risco como o desvio face aos resultados antecipados, que possa ter impacto na sua solvência, resultados e/ou liquidez, ou nos seus objetivos de negócio ou oportunidades futuras. Deste modo, o risco para a Companhia tem origem na sua exposição a fatores de risco internos ou externos, derivados da condução das suas atividades comerciais. A Companhia procura assumir apenas riscos:

- Que conhece bem;
- Que possam ser geridos adequadamente, tanto a nível individual como a nível da carteira global;
- Que possa suportar (ou seja, no âmbito do seu apetite ao risco);
- Que garantam uma condição de risco/retorno aceitável.

O objetivo da abordagem da Companhia à gestão de risco é garantir que todos os riscos materiais são conhecidos e eficazmente geridos através de uma ERM bem concebida. O objetivo desta estrutura é acrescentar valor ao negócio, para além de garantir o controlo adequado através:

- Da garantia de que os riscos que possam afetar a realização dos objetivos são identificados, avaliados, monitorizados e geridos (incluindo, se for necessário, mitigados);
- Da definição e implementação de uma Estrutura de Apetite ao Risco expressa em termos de solvência, resultados e liquidez;
- Da garantia de que o risco de insolvência é sempre controlado e se mantém dentro do apetite ao risco;
- Do apoio ao processo de decisão, assegurando que está disponível informação consistente, credível e atempada para os decisores;
- Da criação de uma cultura de consciencialização para o risco, para que todos os gestores que desempenham as suas funções tenham consciência dos riscos do negócio e os possam gerir e reportar adequadamente.

A ERM da Companhia possui quatro dimensões:

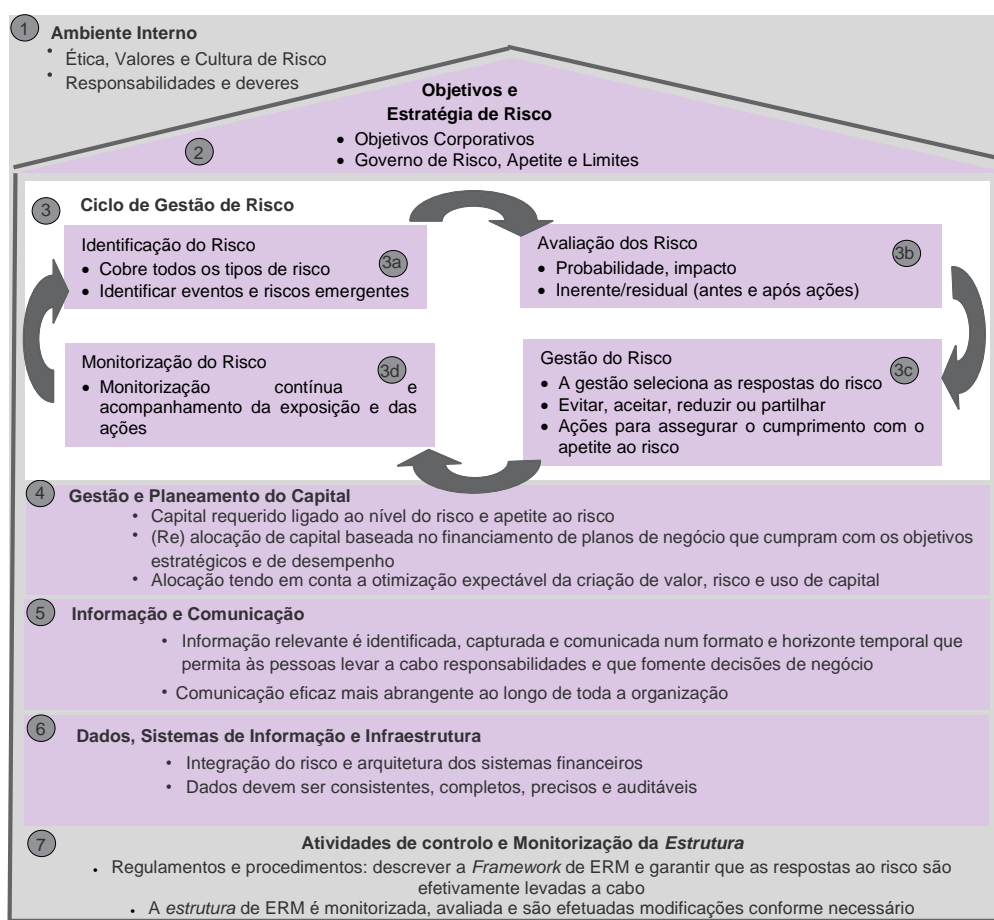
- Uma estrutura documentada dos regulamentos de risco;
- Uma organização dos riscos e modelo de governação definidos;
- Uma estrutura formal de modelos;
- Um conjunto de ferramentas de reporte.

A gestão de risco na Companhia é baseada num conjunto de diretrizes, que são englobadas na sua ERM (ver próxima figura). A Companhia procura garantir que todos os riscos significativos são identificados, avaliados, monitorizados e geridos de acordo com as diretrizes e normas definidas, e que são implicitamente destinados a orientar a conduta de todas as suas atividades.

A ERM é regularmente revista, de modo a garantir que continua a ser adequada à sua finalidade e adaptada ao cumprimento das necessidades em mudança no contexto regulatório. Esta estrutura destina-se a apoiar a missão, os objetivos e os padrões elevados da gestão de risco ao nível da Companhia, e ainda garantir que os objetivos acima mencionados são atingidos.

A conformidade da ERM com os regulamentos em vigor é monitorizada pela Função de *Compliance* ou pela Função de Auditoria Interna.

Os sete principais princípios orientadores da ERM da Companhia estão resumidos no quadro seguinte.



Os principais elementos da ERM encontram-se descritos e são:

Ambiente interno

- A Companhia possui elevados valores éticos, que se refletem na sua conduta comercial;
- A Companhia reconhece que a tomada de risco é um elemento nuclear do serviço que presta aos seus Clientes, mas também crucial para gerar dividendos para os acionistas;
- Pretende ter uma forte cultura de risco, em que todos os gestores estão conscientes do risco, identificam e gerem ativamente o risco e são transparentes na aceitação de riscos;
- A clarificação de responsabilidades e seus responsáveis constituem a pedra basilar de uma boa gestão de risco e de uma boa governação em geral;
- A Companhia opera com base no princípio de delegação de competências (atribuição de responsabilidades ao nível apropriado, onde os riscos são geridos). A gestão é totalmente responsável pelas suas decisões, mas atua ao abrigo de regulamentos e limites bem definidos;
- As atividades que envolvem a aceitação de riscos necessitam de uma visão geral independente da Função do Risco. Em termos da Função do Risco, é garantida pela Direção de Gestão de Risco da Companhia;
- Para monitorizar o desenho da ERM, detetar deficiências e otimizar a sua abordagem, a Companhia adotou um esquema de “três linhas de defesa”, definido no Regulamento de Governo de Risco.

Objetivos e estratégia

- A Companhia, no desempenho da sua atividade, assume que o risco é intrínseco ao modo como cria valor para os seus Clientes e demais *stakeholders*. Para garantir que a Companhia cria valor para os seus acionistas, assegurando simultaneamente que o risco de insolvência se encontra sempre no âmbito do seu apetite ao risco, o processo de tomada de risco é controlado e direcionado para o negócio, proporcionando rentabilidades atrativas e ajustadas ao risco;
- A Companhia evita concentrações de exposição a um determinado risco individual ou a fatores de risco altamente dependentes, e, de um modo geral, exposições a riscos indesejados. Isto é conseguido através do desenvolvimento de regulamentos e sistemas consistentes para todas as categorias de risco: a Companhia só assume riscos que conhece e que pode adequadamente avaliar, evitando a tomada de riscos cujas consequências e perdas potenciais não são claras ou são ilimitadas;
- É necessária uma Declaração de Apetite ao Risco que inclua os princípios gerais de avaliação da solvência, resultados e liquidez da Companhia. O *Board* tem de aprovar anualmente esta declaração;
- Se forem tomados riscos, é necessário que permaneçam dentro do apetite ao risco estabelecido pelo *Board*. Devem ser adotadas ações caso os riscos e potenciais perdas associadas não forem aceitáveis. A estratégia global aprovada pela *Exco/Board* inclui diretrizes sobre a aceitação de riscos (por exemplo, áreas de risco a procurar ou evitar);
- São estabelecidos objetivos estratégicos, financeiros e operacionais específicos, sendo claramente comunicados durante o processo de Planeamento Estratégico e Orçamental conduzido anualmente pela Companhia. Este processo deverá incluir a gestão de risco como elemento nuclear;
- Os modelos são considerados como um elemento intrínseco para recolher informação e efetuar previsões e projeções com base em alguns eventos e parâmetros específicos, sendo

complementados por uma avaliação especializada. Em conjunto, constituem uma peça fundamental de informação na estratégia comercial e de risco da Companhia.

Ciclo de gestão do risco

- É necessária uma abordagem disciplinada na gestão dos riscos, de forma a garantir que todos os principais riscos são identificados e adequadamente geridos;
- Deverá ser utilizada a Taxonomia de Risco para descrever o conjunto dos potenciais riscos para a Companhia, e os regulamentos, metodologias e diretrizes necessárias para garantir que os padrões mínimos de avaliação, gestão e consistência são satisfeitos;
- Todos os riscos identificados são avaliados e monitorizados como parte da abordagem global ao risco. Tendo presente este objetivo, os principais indicadores de risco são identificados, com base na Taxonomia de Risco, para acompanhar os riscos mais importantes e que possam afetar os objetivos estratégicos da Companhia. Onde for necessário, para agregação e comparação, as classificações dos riscos serão consistentes em toda a Companhia, sendo este processo conhecido como *Key Risk Reporting* (KRR);
- A gestão de risco na Companhia ocorre durante várias etapas, aplicando-se, em princípio, a todos os tipos de risco relevantes resultantes das suas atividades comerciais. As etapas do processo dividem-se em identificação, avaliação/classificação, gestão, monitorização e reporte.

Gestão e planeamento do capital

- Uma estrutura de capital sólida é fundamental para assegurar a solvência e financiar o crescimento da Companhia;
- A gestão e planeamento do capital devem considerar todos os riscos (os riscos avaliados ao abrigo das metodologias regulamentares definidas e outros riscos para os quais não são indicadas tais metodologias);
- A alocação e realocação do capital são baseadas nos planos de financiamento do negócio que cumprem os objetivos estratégicos e de desempenho da Companhia, tendo em conta a otimização das expectativas de criação de valor, risco e utilização do capital;
- Quando a Companhia não conseguir cumprir a rentabilidade do capital exigida, deverá ser acionada uma reavaliação dos *drivers* do consumo de capital, incluindo o nível dos riscos aceites, a tarifa, o tipo de produtos e os custos e outras variáveis, para que seja possível identificar as ações apropriadas para melhorá-la.

Informação e comunicação

- A Companhia considera que uma comunicação eficiente é importante para garantir o bom funcionamento da Companhia, especialmente em relação à gestão do risco;
- Informação relevante é identificada, capturada e comunicada atempadamente, num formato que permita às pessoas desempenharem as respetivas funções.

Dados e Infraestruturas de IT

- A Companhia considera a disponibilidade de dados de gestão relevantes, incluindo informação sobre risco e respetivas qualidade e integridade, como fatores fundamentais de uma boa gestão;
- Informação, serviços de IT e outros aspetos da infraestrutura da Companhia devem proporcionar a credibilidade e eficiência de análise necessárias para lidar adequadamente com assuntos como a segurança dos dados e o tempo de execução.

Atividades de controlo e monitorização

- Os regulamentos e procedimentos descrevem a ERM e as medidas de gestão de risco da Companhia, assegurando ainda que as respostas aos riscos são executadas de uma forma eficaz;
- A totalidade da ERM é monitorizada, e alterada sempre que necessário. Esta monitorização é conseguida através de atividades de gestão contínuas, avaliações independentes ou ambas.

3.1.2 Processo de formalização da Estrutura de Gestão de Risco

A ERM é formalizada através dos quatro elementos abaixo descritos.

Estrutura dos Regulamentos

Contém todos os regulamentos que descrevem o modo como a Função de Gestão de Risco é conduzida e incorporada na condução das operações diárias da Companhia. A ERM é um repositório de regulamentos que abrangem uma vasta gama de domínios, tais como gestão de investimentos, aprovação de produtos, gestão do risco de mercado e governação do risco.

Estrutura dos Modelos

Contém todos os modelos e o modo como estes são geridos. Os modelos têm o objetivo de quantificar e proporcionar uma visão sobre os diferentes riscos a que a Companhia se expõe. Esta informação é utilizada para tomar decisões comerciais relevantes ao nível estratégico e na condução das suas operações diárias.

Estrutura de Governação

A governação do risco é configurada com o principal objetivo de gerir os riscos de uma forma eficiente, através de um modelo de “três linhas de defesa”. A estrutura de governação de risco formaliza o modo como a Companhia atua nesse domínio, atribuindo responsabilidades e competências a todos os principais intervenientes, de modo garantir que os riscos são adequadamente geridos.

Estrutura de Reporte

O reporte do risco comunica a informação necessária aos diferentes intervenientes e contribui, nomeadamente, para integrar a gestão de risco no processo de decisão.

Estes quatro elementos constituem as pedras basilares da ERM da Companhia, tendo de ser implementados de um modo eficaz para permitir uma adequada gestão de risco.

3.2 Estrutura de Gestão de Risco: implementação e integração na estrutura organizacional e processo de decisão

A missão da gestão de risco é garantir que os riscos que afetam a realização dos objetivos (financeiros, de seguros, operacionais, etc.) são prontamente identificados, avaliados, geridos, reportados e monitorizados.

A organização da gestão de risco está desenhada para garantir:

- Responsabilidade e responsabilização claras da gestão de risco e uma cultura de consciencialização para o risco;
- Independência da Função de Gestão de Risco;
- Transparência e coerência na tomada de decisões relacionadas com risco na Companhia, cobrindo todos os aspetos da Taxonomia de Risco;
- Partilha de conhecimento, melhores práticas e padrões elevados de gestão de risco;
- Consistência para permitir a monitorização e o reporte agregados do risco ao nível dos acionistas.

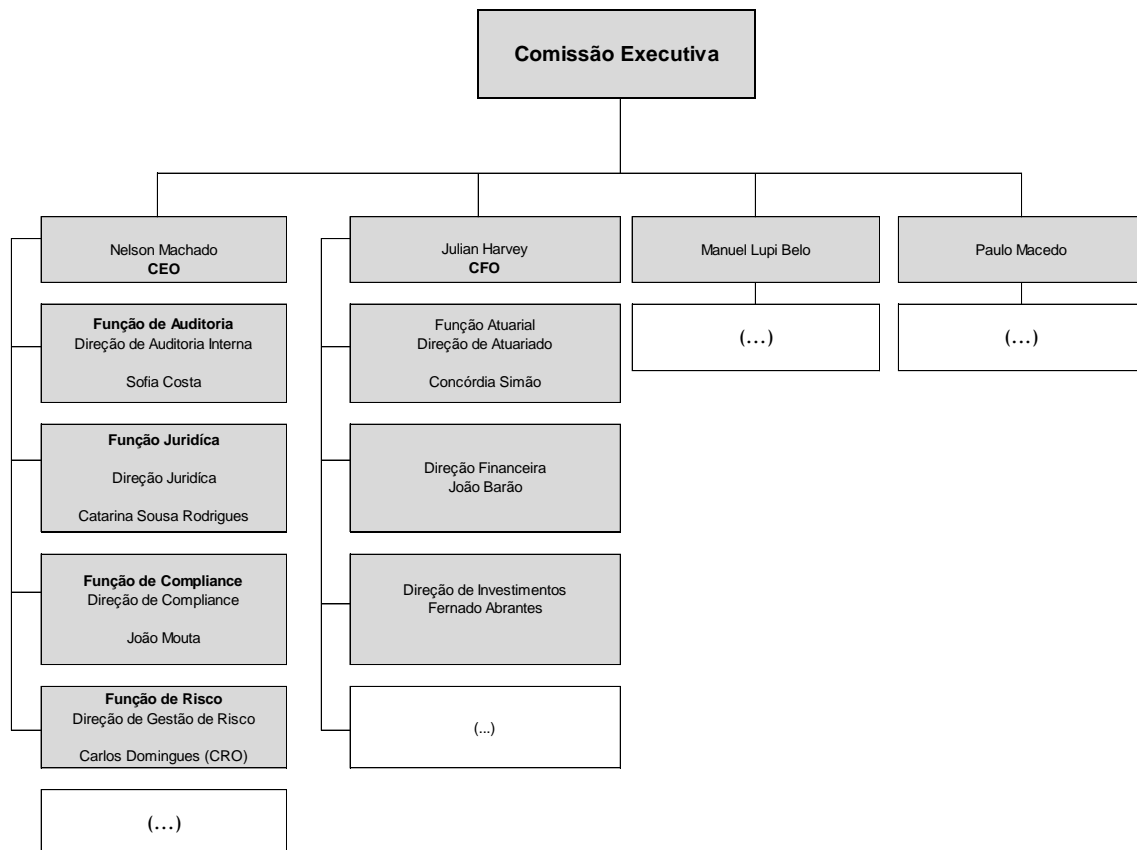
A ERM da Companhia destaca a importância de assegurar responsabilidades claras para conseguir uma gestão de risco eficiente.

Para monitorizar o desenho da ERM, detetar deficiências e otimizar a sua estrutura, a Companhia adotou uma abordagem de “três linhas de defesa”. Esta abordagem é explicada com maior detalhe no capítulo 5.1.

3.2.1 Governação

O Regulamento de Governo de Risco da Companhia define os requisitos relacionados com a natureza, funções e organização das funções-chave numa perspetiva de gestão de risco. Descreve, ainda, a dinâmica dentro da Companhia numa perspetiva de governação do risco. O Regulamento de Governo de Risco introduz, igualmente, o modelo de governação, que constitui a base da operação da Companhia.

O organograma abaixo define a posição dos responsáveis pelas funções-chave na Companhia.

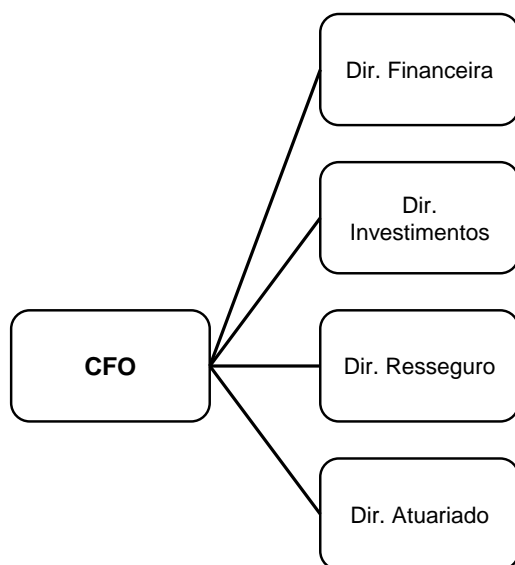


Na organização da gestão de risco na Companhia, foram definidos vários órgãos de governo, de modo a garantir que a ERM é eficazmente apoiada.

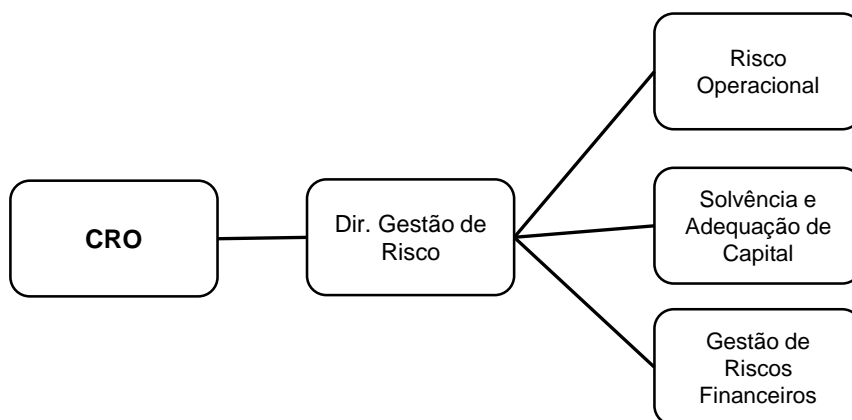
Dentro da Companhia está implementado o seguinte modelo de governo de risco:

- Organização em geral:
 - *Board* e ExCo;
 - CRO/Responsável pelo Risco, *Risk Officer*, Responsável pelo Atuariado, *Compliance Officer*, Responsável pela Auditoria Interna e Responsável Jurídico;
- Órgãos de governação do risco:
 - Conselho de Auditoria do *Board*;
 - Comité de Risco;
 - Comité de Risco Operacional e Controlo Interno;
 - *Model Control Board*;
 - Comité de ALM & Investimentos;
 - Comité de *Pricing*.

O CFO da Companhia tem à sua responsabilidade as direções representadas pela figura abaixo.



O CRO da Companhia tem à sua responsabilidade a direção e áreas representadas pela figura abaixo.



3.2.2 Comitê de Risco

Função

A função do Comitê de Risco (doravante designado “RC”) é assistir e aconselhar a ExCo em relação a:

- Conhecer os riscos assumidos pela Companhia inerentes à sua atividade;
- Garantir que os riscos que afetam a realização dos objetivos estratégicos, operacionais e financeiros são prontamente identificados, medidos, geridos, reportados e monitorizados;

- Garantir a adequação do capital em relação a esses riscos e aos riscos inerentes à globalidade das operações;
- Tomar decisões que tenham um impacto significativo no perfil de risco da Companhia e em todas as matérias relacionadas com risco, onde a decisão final reside na ExCo, e, quando necessário, que seja ratificada pelo *Board*;
- Responsabilidades da Companhia.

As responsabilidades do RC são determinadas pela ExCo e estabelecidas no Regulamento de Governo de Risco. São anualmente revistas pelo próprio RC ou por iniciativa do *Board* ou da ExCo, ou sempre que seja necessário devido a mudanças dos regulamentos ou dos princípios de gestão de risco.

Responsabilidades

As responsabilidades do RC são:

- Responsável por todas as questões relevantes em termos de risco e definidas na Taxonomia de Risco da Companhia;
- Apoiar a criação de valor no seio da Companhia (perspetiva de risco para otimização da função de risco/retorno e informação sobre risco e capital para análise e revisão da gestão, de transações ou de produtos);
- Assegura que o perfil de risco é ajustado, em linha com o apetite ao risco definido, e responde a novas ameaças e oportunidades para otimizar a função de risco/retorno da Companhia. Isto inclui a definição do apetite ao risco e os limites individuais por tipo de risco (monitorização de novos riscos, posição do capital em risco, riscos de concentração, medidas de mitigação dos riscos, recomendações para outras decisões de gestão, etc.);
- Proporciona uma estrutura consistente para todas as atividades relacionadas com risco (ERM, regulamentos de risco, métodos e modelos de risco, estratégia de risco, definição de limites e revisões dos métodos de diagnóstico dos riscos). Assegura, entre outras coisas, que a estrutura de governação de risco é apropriada para o perfil de risco da Companhia, e que o mesmo é respeitado de acordo com o estipulado no contexto da ERM. Para esse fim, oferece pareceres sobre todas as principais matérias de governação de risco;
- Fornece pareceres e propõe alternativas, quando apropriado, para garantir que o reporte externo do risco e questões de capital permanecem precisas e consistentes, monitorizando os atuais e novos requisitos regulamentares de capital de risco e solvência;
- Avalia e fornece pareceres sobre todos os limites de investimento, conforme proposto na Alocação Estratégica de Ativos e na Estratégia de Investimento;
- Avalia e fornece pareceres sobre todos os investimentos não identificados na estrutura de investimentos;
- Propõe recomendações à ExCo sobre:
 - O objetivo do perfil de risco, traduzido em termos do objetivo de capital, objetivo de capital económico e objetivo de solvência;
 - As principais questões com impacto no perfil de risco (por exemplo, alocação de ativos nas carteiras de investimento, exposições setoriais, etc.);
 - Quaisquer transações de financiamento ou qualquer programa de financiamento em que a Companhia participe ou no qual exista a necessidade da sua garantia;
 - Tratamento ocasional de outros tópicos relacionados com risco que o comité considere apropriados;

- Aconselha a ExCo sobre as implicações na solvência e alocação de capital das principais iniciativas estratégicas propostas, incluindo fusões, parcerias, aquisições ou desinvestimentos;
- Aprova a aplicação de medidas e metodologias de gestão em modelos existentes com base nos pareceres do *Chief Risk Officer* e do *Risk Officer*;
- Resolve problemas que tenham sido escalados pelos subcomitês de risco;
- Recomenda alterações importantes aos modelos, com vista a melhorar a satisfação das suas responsabilidades (o RC tem acesso a informação sobre todo e qualquer risco).

O RC é apoiado por vários subcomitês que tratam diferentes tópicos, tais como:

- Comité de Risco Operacional e Controlo Interno;
- *Model Control Board*.

As atas do Comité de *Pricing* e do Comité de ALM & Investimentos são distribuídas por todos os membros do RC.

3.2.2.1 Comité de Risco Operacional e Controlo Interno

Função

O Comité de Risco Operacional e Controlo Interno (doravante designado “ORICC”) é responsável pela identificação, avaliação, monitorização e gestão do risco operacional. A sua função é assistir o RC na abordagem ao controlo interno e gestão do risco operacional na Companhia, com ênfase particular no risco de evento.

Este comité reporta ao RC, por meio das atas de cada reunião e os respetivos pontos a destacar. As atas, incluindo análises e conclusões, são apresentadas na reunião do ORICC, antes da reunião seguinte do RC, onde são decididos os pontos relevantes a apresentar e discutir no RC seguinte.

Responsabilidades

As responsabilidades do ORICC incluem:

- Tratamento de todas as questões relacionadas com risco operacional em termos de estratégia, avaliação e análise de risco;
- Avaliação da eficácia das ações de mitigação do risco operacional e respetiva otimização;
- Supervisão da eficácia e melhorias do controlo interno;
- Garantir a implementação da Estrutura de Risco Operacional e estabelecer as respetivas prioridades;
- Definição das ferramentas/metodologia de acordo com as prioridades estabelecidas;
- Coordenação da definição dos indicadores de risco operacional e respetivo acompanhamento;
- Definição e supervisão da implementação de ações para a mitigação do risco operacional;
- Aprovação da estrutura de gestão da continuidade do negócio e gestão da segurança da informação;
- Realizar a autoavaliação anual das atividades realizadas.

3.2.2.2 Model Control Board

Função

O *Model Control Board* (doravante designado “MCB”) supervisiona os modelos de governação da Companhia, ou a parte desses modelos que estão cedidos a serviços de *outsourcing* de terceiros, e a sua respetiva utilização. Adicionalmente, decide todas as etapas de desenvolvimento ou alteração de um modelo, controlando todo o seu ciclo de vida.

Responsabilidades

As responsabilidades do MCB são revistas anualmente pelo próprio MCB ou por iniciativa do RC, *Board* ou ExCo, ou sempre que seja necessário devido a mudanças dos regulamentos ou dos princípios de gestão de risco.

O MCB tem as seguintes responsabilidades:

- Garantir que o registo de modelos é mantido atualizado;
- Garantir que os modelos são revistos regularmente, que são mantidos registos dos problemas e que os problemas são resolvidos;
- Coordenar e monitorizar o progresso das atividades relacionadas com todos os modelos do registo de modelos;
- Priorizar os desenvolvimentos e as alterações de modelização;
- Aprovar a alteração do estado de desenvolvimento/alteração de modelos;
- Publicar os modelos e respetivo calendário de implementação;
- Escalar qualquer problema que não possa ser solucionado pelo MCB para o RC;
- Considerar a necessidade de ajustamentos ou de requisitos de capital e apresentar propostas ao RC;
- Verificar todos os resultados provenientes das abordagens da fórmula-padrão da EIOPA;
- Solicitar validações nas várias fases;
- Solicitar a informação aos gestores de modelos sobre conteúdos específicos;
- Integrar as conclusões da validação e recomendações relacionadas num plano de ação.

As alterações importantes podem requerer alguma discussão, mas a lista das alterações mais pequenas será normalmente aprovada sem discussão, com base na confirmação por parte do MCB de que os membros já reviram e aprovaram as alterações.

3.3 Descrição e Gestão dos Riscos

Neste capítulo são descritos os riscos e a gestão de risco a um nível agregado, descrevendo o modo de identificar, medir, monitorizar, gerir e reportar de um modo eficaz e numa base contínua os riscos a que a Companhia está exposta.

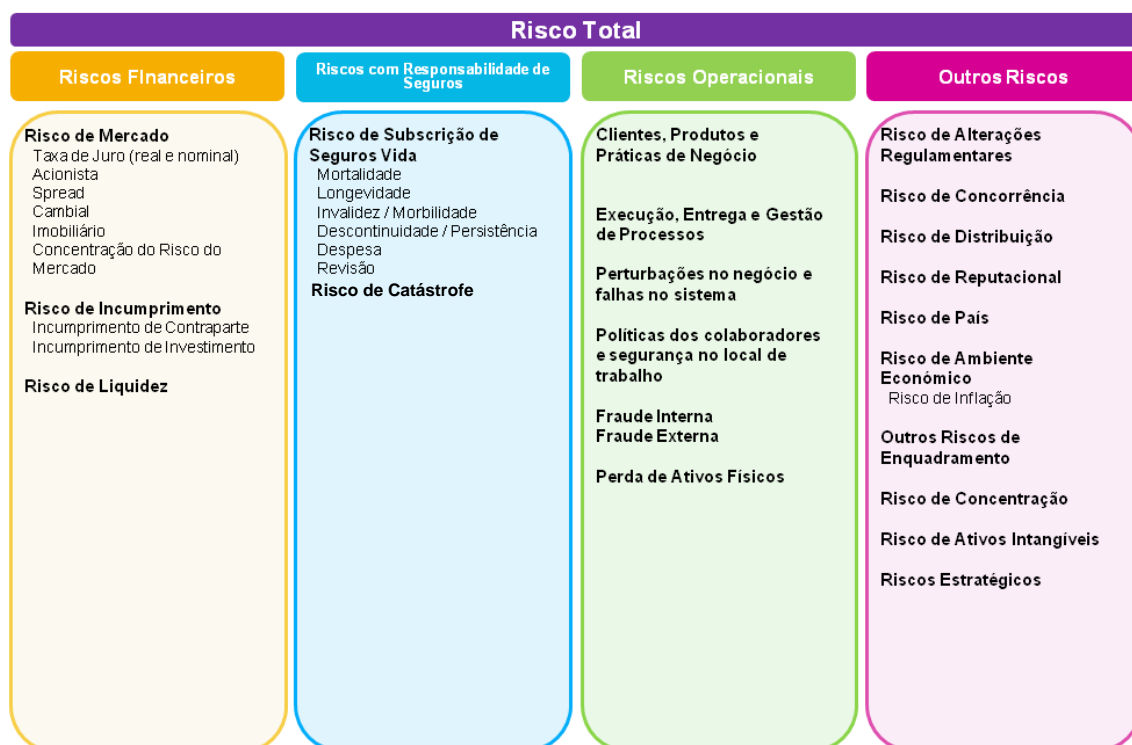
3.3.1 Taxonomia de Risco

A Companhia oferece uma vasta gama de produtos, e, por essa razão, está exposta a um amplo conjunto de riscos. A Taxonomia de Risco foi desenvolvida com o objetivo de garantir uma abordagem consistente e abrangente à identificação, avaliação, monitorização e resposta aos riscos, destacando e definindo todos os riscos identificados internamente. Deverá servir, assim, como base para todas as exigências inerentes à gestão de risco.

A Taxonomia de Risco está dividida em quatro amplas categorias: Riscos Financeiros, Riscos com Responsabilidades de Seguros, Riscos Operacionais e Outros Riscos. Esta estrutura foi alinhada com as categorias de risco definidas pela Diretiva de Solvência II, de modo a facilitar os processos de reporte interno e externo. A taxonomia não descreve a abordagem à modelização e quantificação de riscos, mas sim um conjunto de riscos aos quais a Companhia está exposta.

A Taxonomia de Risco não pode ser considerada como exaustiva, sendo responsabilidade dos órgãos de gestão da Companhia (em especial da gestão de risco) assegurar que todos os riscos são identificados. Uma vez que o objetivo é manter um grau elevado de estabilidade e consistência ao longo do tempo, esta taxonomia será revista, pelo menos, numa base anual, e ajustada caso se verifique apropriado.

Os vários riscos incorridos pela Companhia apresentam-se em detalhe na figura abaixo.



3.3.2 Monitorização e controlo do apetite ao risco

A Companhia implementou uma Estrutura de Apetite ao Risco através de um Regulamento de Apetite ao Risco formalmente aprovado pela ExCo/*Board*.

O Regulamento de Apetite ao Risco destina-se a garantir que a Companhia estabelece fronteiras claras e formais para a tomada de risco e, o mais importante, que tem a intenção e consegue suportar os riscos tomados. O apetite ao risco estabelece limites máximos mas não determina a exposição ótima nem se refere diretamente ao modo como os limites são implementados. Não se destina a implicar que a tomada de riscos até ao nível máximo permitido pelo regulamento é apropriada sob um ponto de vista de risco/retorno ou de qualquer outro ponto de vista do negócio, apenas que pode ser suportado. Não se destina, igualmente, a subentender que existe uma autorização automática para aumentar os riscos até ao nível máximo permitido, estabelecido pelo apetite ao risco. São definidos controlos dentro de outros regulamentos devido a restrições relacionadas com a tomada de risco. O capital necessário para suportar a aceitação de risco também obriga à obtenção de rentabilidade suficiente sob o ponto de vista de criação de valor.

A Estrutura de Apetite ao Risco consiste nos critérios que são utilizados para formular a disposição da Companhia em assumir risco numa determinada área. Esses critérios podem ser expressos em termos quantitativos ou qualitativos, dependendo da sua natureza.

A Companhia deve formular a sua Declaração de Apetite ao Risco tendo em conta os seguintes aspetos:

- Os critérios que definem o apetite ao risco;
- As medidas aplicadas a cada critério;
- Os limites quantitativos e qualitativos que são adicionados a cada um deles.

Os critérios que definem o apetite ao risco, e que serão sujeitos a limites, são os seguintes:

- Solvência;
- Resultados;
- Liquidez.

A Função de Risco monitoriza e reporta numa base trimestral o perfil de risco da Companhia, bem como se o apetite ao risco é ou não excedido. Adicionalmente, esta função deve reportar à ExCo e, quando necessário, ao *Board*, e obter aprovação de quaisquer quebras em respeito aos três critérios sujeitos a limites acima mencionados.

3.3.2.1 Declaração de Apetite ao Risco

Solvência

A formulação da Declaração de Apetite ao Risco relativa à Solvência requer a definição de alguns conceitos, como se apresenta de seguida.

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios (doravante designados “OF”) representam o nível atual de capital reportado no âmbito de Solvência II, ou seja, Fundos Próprios Elegíveis. Quando existir diferença entre os Fundos Próprios calculados para reporte ao regulador (Pilar I) e os calculados a nível interno, deverá ser aplicada a definição do Pilar II.

Capital Mínimo Aceitável

O Capital Mínimo Aceitável (doravante designado “MAC”) é o nível de capital abaixo do qual a Companhia considera estar em dificuldades financeiras. É definido como sendo 100% do Requisito de Capital de Solvência associado a Pilar II (doravante designado “SCR Ageas”).

Orçamento do Apetite ao Risco

O Orçamento do Apetite ao Risco (doravante designado “RA”) é o nível de capital acima do MAC, estabelecido como disponível para tomada de risco de acordo com a Declaração de Apetite ao Risco. É expresso como uma percentagem dos OF (líquidos de dividendos esperados), traduzindo-se pela seguinte fórmula:

- $RA = X\% \text{ OF}$

A variável “X” é definida pelo Regulamento de Limites e Requisitos Mínimos de Apetite ao Risco e a variável “OF” corresponde ao montante de Fundos Próprios Elegíveis à data de reporte.

Capital Objetivo

O Capital Objetivo (doravante designado “TC”) é o nível total de capital que a Companhia espera deter. É definido como um múltiplo do SCR Ageas, traduzindo-se pela seguinte fórmula:

- $TC = Y\% \text{ SCR Ageas}$

A variável “Y”, bem como informação adicional sobre o TC, podem ser consultados no Regulamento de Gestão de Capital da Companhia.

Consumo de Risco 1/30

O Consumo de Risco (doravante designado “RC (1/30)”) é o nível de capital consumido pelo atual perfil de risco da Companhia, consistente com níveis de perdas de 1 em 30 anos. É definido por:

- Alteração nos OF, baseado num evento de perdas combinadas de 1 em 30 anos, aplicado ao Balanço Económico da Companhia com base num horizonte temporal de 1 ano.

A definição de RC (1/30) é escolhida com o propósito de assegurar que, dado o nível de TC, a recorrência a fontes de capital externo seja apenas necessária para fazer face a um evento cuja probabilidade ocorrência é de 1 em 30 anos. A descrição de perdas 1/30 está disponível em detalhe no Regulamento de Limites e Requisitos Mínimos de Apetite ao Risco.

Consumo de Capital

O Consumo de Capital (doravante designado “CC”) consiste no nível total de capital consumido com base no atual perfil de risco da Companhia, sendo definido pela soma do MAC e RC (1/30) como se exhibe abaixo:

- $CC = MAC + RC (1/30)$

A exposição ao risco pode ser limitada de forma a garantir a ocorrência em simultâneo dos dois eventos apresentados de seguida:

- O RC (1/30) permanece abaixo do RA tal como estabelecido no Regulamento de Limites e Requisitos Mínimos de Apetite ao Risco;
- O CC permanece abaixo do TC.

Resultados

A Companhia tem de assegurar que consegue cumprir com as seguintes condições da Declaração de Apetite ao Risco:

- A exposição ao risco deve ser limitada no sentido de assegurar em simultâneo:
 - O desvio face aos resultados orçamentados para o final de ano, combinado com um evento de perda de 1 em 10 anos, está limitado a 100%;
- O mecanismo de alerta antecipado deve respeitar a seguinte condição:
 - O desvio nos resultados de final de ano face ao orçamentado, associado a uma combinação de eventos de perda financeira 1/10, está limitado a 100%.

Os atuais limites são monitorizados numa base trimestral.

Liquidez

As medidas a considerar aquando da formulação da Declaração de Apetite ao Risco associada à métrica de Liquidez são:

- O rácio de liquidez face ao cenário base;
- O rácio de liquidez face ao cenário de *stress*.

A exposição ao risco deve ser limitada de forma a assegurar a ocorrência em simultâneo dos dois eventos apresentados de seguida:

- O rácio de liquidez mínimo no cenário base é de 100%;
- O rácio de liquidez mínimo no cenário de *stress* é de 100%.

3.3.2.2 Metodologia de cálculo em eventos de *stress* relacionados com as métricas Solvência e Resultados

Como referido no Regulamento de Apetite ao Risco, no que concerne à métrica de Solvência o RC (1/30) é determinado usando o método de Valor em Risco (mais conhecido por “VaR”) a 1 ano de 96,67% (1 em 30 anos) sobre os OF. No que toca à métrica de Resultados, desenvolve-se através de uma técnica semelhante mas com um grau de confiança de 90% sobre os resultados de final de ano. Quando para um determinado tipo de risco está disponível um modelo

interno (total ou parcial), a perda 1/30 pode ser obtida diretamente através da distribuição de perdas. Se a totalidade da distribuição de perdas não estiver disponível, a metodologia de cálculo para obter a perda 1/30 deve ser efetuada da seguinte forma:

- Identificar os fatores de risco que serão considerados;
- Definir o apuramento das perdas no nível de confiança necessário.

No curto prazo é aceitável o uso de aproximações no cálculo de perdas.

O Regulamento de Apetite ao Risco considera apenas Riscos Financeiros para a métrica de Resultados. No entanto, os choques 1 em 10 anos para os chamados riscos com responsabilidades de seguros estão também presentes no Regulamento de Apetite ao Risco.

3.3.3 Ações de gestão relacionados com apetite ao risco

Caso seja observada uma quebra¹ no apetite ao risco da Companhia, é da responsabilidade da ExCo recomendar os recursos necessários ao *Board* para se proceder à reposição dos limites adequados.

Algumas das ações que poderão ser levadas a cabo apresentam-se de seguida (lista não exaustiva):

- Alterar o CC pela alteração do perfil de risco da Companhia, através de:
 - Alteração da alocação de ativos;
 - Alteração do *business mix*/volumes atuais do negócio;
 - Medidas de mitigação de risco, como resseguro e/ou instrumentos financeiros de cobertura de risco;
- Aumentar ou diminuir o RA:
 - Como o TC depende do RA, uma alteração do RA irá ter repercussões no TC.

3.3.4 Processo de apetite ao risco

A Estrutura de Apetite ao Risco não pode ser considerada como estática, devendo ser revista periodicamente de acordo com alterações na estratégia, ambiente e expectativas de mercado. A existência de um processo periódico de revisão é necessário para garantir que a Estrutura de Apetite ao Risco continue a ser uma representação fiável do verdadeiro apetite ao risco da Companhia, bem como o alinhamento com a estratégia e plano de negócio estabelecidos.

A Companhia irá redefinir numa base regular o nível apropriado para cada Declaração de Apetite ao Risco, mediante a informação atual disponível, em especial a sua posição de risco.

O processo de revisão e alteração do apetite ao risco baseia-se nos seguintes princípios:

- A revisão da Estrutura de Apetite ao Risco ocorre, pelo menos, anualmente;
- Revisões adicionais da Estrutura de Apetite ao Risco poderão ser exigidas pelo *Board*, ExCo e/ou pelo CRO, na sequência de um evento interno ou externo que altere o perfil de risco e/ou o apetite ao risco da Companhia;

■ ■ ■

¹ Uma quebra no apetite ao risco é uma situação em que o RC (1/30) excede o RA

- O processo de revisão anual estabelece-se na Estrutura de Gestão de Risco da Companhia, mais concretamente através da ferramenta dos regulamentos (*Policy Life Cycle Tool*);

O processo de revisão pode resultar em:

- Adição ou eliminação de uma Declaração de Apetite ao Risco;
- Alteração de uma Declaração de Apetite ao Risco;
- Alteração de um conjunto de *stress tests* a aplicar;
- Confirmação da Estrutura de Apetite ao Risco existente.

3.3.5 Monitorização e reporte de risco

A monitorização da exposição ao risco relativamente ao apetite ao risco é conduzida sob os seguintes princípios:

- A Companhia monitoriza se o apetite ao risco é excedido ou não numa base trimestral;
- Monitorizações adicionais podem ser requeridas pelo *Board*, ExCo e/ou CRO, como resultado de um evento interno ou externo que afete o perfil de risco da Companhia;
- Em caso de quebra do apetite ao risco, a Companhia precisa de decidir que ações vão ser tomadas;
- A Companhia tem que reportar à ExCo sobre a exposição de risco atual *versus* o apetite ao risco definido;

3.3.5.1 Key Risk Reporting

A Companhia tem em vigor um processo de Reporte de Risco, que se destina a permitir uma abordagem sistemática de identificação dos riscos que possam impactar negativamente a realização dos seus objetivos estratégicos. É, igualmente, um processo através do qual a gestão deverá avaliar a eficácia dos controlos em vigor (riscos de nível 1,2, 3, 4 e 5).

O *Key Risk Reporting* (doravante designado “KRR”) é parte integrante do processo acima descrito, mas centra-se apenas nos chamados riscos-chave (riscos de nível 3, 4 e 5).

O KRR é resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos-chave na Companhia, que possam ter um impacto negativo na realização dos seus principais objetivos estratégicos.

Abordagem

O KRR permite obter uma visão geral dos principais riscos incorridos pela Companhia, para os quais controlos e ações de mitigação são identificados e monitorizados. As fontes de informação para este exercício podem variar entre fontes internas (por exemplo, contribuições da ExCo, diretores, reportes de auditoria, etc.) e fontes externas (por exemplo, auditoria externa, supervisor, etc.). É, então, um instrumento de identificação sistemática dos riscos e controlos em vigor, permitindo a formulação de planos de ação e a documentação desses eventos.

O KRR é sustentado por evidências substanciais de que todos os riscos foram identificados e que foram adotadas as ações adequadas para mitigar ou eliminar esses riscos. Tem o objetivo de garantir uma abordagem consistente e abrangente à identificação, avaliação, monitorização e resposta ao risco, destacando e definindo todos os riscos identificados na Companhia numa

perspetiva *top-down* (de cima para baixo na hierarquia organizacional da Companhia) alinhada com a Taxonomia de Risco, e definir as diferentes categorias de risco que se possam formar.

Periodicidade/responsabilidade

O KRR é produzido numa base anual. Durante o exercício de planeamento do negócio, é realizado um processo *bottom-up* (de baixo para cima na hierarquia organizacional da Companhia) completo para listar todos os principais riscos a que a Companhia está exposta, e, posteriormente, sessões de trabalho onde os membros da ExCo e diferentes direções identificam e avaliam os riscos que ameaçam os objetivos estratégicos da Companhia. Adicionalmente, o *Risk Officer*, em conjunto com o *Chief Risk Officer* (doravante designado “CRO”), emite uma declaração formal para confirmar que o KRR está completo e é rigoroso.

Todos os riscos são revistos e as ações de mitigação são atualizadas numa base trimestral. Neste período, após a validação da ExCo, o *Risk Officer* emite uma declaração formal confirmando que o KRR está completo e é preciso. Adicionalmente, numa base mensal, o *Risk Officer*, com o apoio do CRO, garante que não ocorreram alterações significativas no último mês ou que não surjam novos riscos.

Metodologia

A metodologia aplicada no KRR resulta de um conjunto de etapas genéricas que permitem ponderar várias questões:

- Quais são os objetivos da Companhia?
- O que pode correr mal, quais são os riscos?
- Quais são as causas?
- Que controlos estão implementados?
- Que controlos estão em falta para mitigar estes riscos?
- O que fazer em relação aos controlos em falta (planos de ação)?

3.3.5.2 Processos de Controlo Interno

A Companhia tem vários processos implementados que permitem controlar os seus riscos. A adequação destes controlos é avaliada através dos seguintes processos:

- *Business Process Management* ou BPM (abordagem *bottom-up*);
- KRR (incluindo processos de avaliação anual *bottom-up* e *top-down*);
- Reporte de eventos;
- ORICC.

3.3.5.3 Management Control Statement

O *Management Control Statement* (doravante designado “MCS”) é o elemento formal de encerramento do processo contínuo de identificação e monitorização de risco e controlo nas áreas relacionadas com o negócio ou de suporte. Este documento é assinado pelo CEO da Companhia, que se declara responsável pelo processo de controlo interno implementado nas seguintes vertentes:

- Desenhou, operou e monitorizou um sistema de controlo interno, concebido para assegurar:
 - Operações eficientes e eficazes;
 - Qualidade da informação;
 - Conformidade com as leis e regulamentos em relação à conduta do negócio;
 - Salvaguarda de ativos e identificação e gestão de passivos;
 - Realização dos objetivos da Companhia durante a implementação da estratégia definida;
- Tem processos em vigor que asseguram a determinação e documentação regulares de controlos significativos, bem como a avaliação da sua eficácia em relação à realização dos objetivos de controlo acima mencionados;
- Reportou, por escrito, quaisquer riscos significativos, falhas de controlo ou pontos fracos identificados, bem como os planos de correção adequados, e que a gestão das unidades do negócio está empenhada na implementação de tais ações.

O KRR é o instrumento selecionado para identificar, de uma forma sistemática, os riscos e controlos existentes, formular planos de ação e documentar esses riscos, controlos e ações. O MCS tem de ser suportado por evidências substanciais, onde seja possível verificar que todos os riscos foram identificados e que foram adotadas ações adequadas para reduzir ou mitigar esses riscos.

3.4 Análise da adequação das avaliações de crédito externas

A Companhia verifica sempre a adequação das avaliações de crédito externas de que é alvo, uma vez que investe tipicamente em obrigações e outros títulos de dívida de entidades também elas com o determinado perfil de crédito. Esta análise pode ser levada a cabo por uma equipa exclusiva dentro da Função de Investimento, com monitorização da Função de Risco, ou por um gestor profissional de ativos que tenha a capacidade necessária de análise de crédito e que seja confirmada por um processo de *due diligence*.

Utilização de *ratings*

Caso existam várias notações de risco para uma mesma entidade, devem ser seguidas as regras estabelecidas pelas especificações técnicas de Solvência II para determinar a classificação adequada (por exemplo, segundo melhor ou pior rating, etc.). Assim, garante-se consistência na identificação e monitorização do Risco de Incumprimento da Contraparte.

4 Informação sobre a Autoavaliação do Risco e da Solvência

O processo de Autoavaliação do Risco e da Solvência (doravante designado “ORSA”) deve cobrir todos os riscos materiais identificados na Companhia, ou seja, todos os riscos descritos na Taxonomia de Risco, tanto os riscos quantificáveis quanto os não-quantificáveis. Cobre, portanto, todos os riscos específicos decorrentes da atividade seguradora. O ORSA está diretamente incorporado na estratégia e no processo de execução do orçamento plurianual da Companhia. Também está incorporado nos processos de governação e tomada de decisão, sendo definido como uma das responsabilidades da ExCo e do *Board*.

As informações contidas no ORSA são consistentes com as informações encontradas em outros relatórios fornecidos ao RC, ExCo e *Board*, bem como ao supervisor local. A monitorização da conformidade do ORSA com o Requisito de Capital de Solvência e o Requisito de Capital Mínimo de Solvência (doravante designados “SCR” e “MCR”, respetivamente), o apetite ao risco e o Regulamento de Gestão do Capital é realizado trimestralmente através do Reporte de Risco e no KRR.

O ORSA é desenvolvido numa base anual, criando a ponte necessária em termos da posição de risco da Companhia com o processo do orçamento plurianual. A frequência com que o mesmo documento é executado pode ser revista por decisão da ExCo e/ou do *Board*. O ORSA *ad-hoc* (fora do processo de orçamento plurianual) é despoletado pela ocorrência de determinados eventos internos ou externos.

No que respeita a Solvência II, em particular no âmbito do Pilar II, o SCR Ageas potencia o SCR através da fórmula-padrão e pela revisão do seguinte elemento:

- Risco de *Spread*:
 - Inclusão do *Spread* Fundamental para exposições a dívida soberana, com base nas cargas de capital provenientes do sub-módulo de *spread* da fórmula-padrão;
 - Exclusão do *Spread* Não-Fundamental de dívida corporativa.

O SCR Ageas corresponde ao Valor em Risco para 1 ano (doravante designado “VaR”), medido pela variação dos Fundos Próprios Disponíveis de Solvência II. O VaR poderia ser apurado para qualquer outro grau de confiança/probabilidade, sendo no entanto reportado dentro dos formatos que se apresentam de seguida:

- VaR correspondente a 99.5% da probabilidade de solvência durante 1 ano (1 em 200 anos);
- VaR correspondente a 96.67% da probabilidade de solvência durante 1 ano (1 em 30 anos).

O SCR Ageas é então comparado com os Fundos Próprios Elegíveis de Solvência II para determinar a posição/adequação de capital da Companhia.

O rácio de Solvência II é trimestralmente/anualmente verificado através do Reporte de Risco, pelo qual a ExCo e o *Board* asseguram que a adequação do capital da Companhia continua a ser assegurada numa base regular, bem como avalia e orienta proactivamente a adequação de capital numa base plurianual, tendo em conta a estratégia e os pressupostos de negócio assumidos.

5 Sistema de Controlo Interno

5.1 Descrição do Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno da Companhia é inspirado na estrutura de controlo interno do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). Os seus objetivos são, fundamentalmente, prestar uma garantia razoável de que a Companhia é gerida

de um modo correto e garantir que a informação financeira divulgada constitui uma representação real da sua posição financeira. Este sistema é composto por três principais eixos:

1. Domínios de controlo e respetivos objetivos;
2. Unidades organizacionais com funções e processos;
3. Componentes de controlo.

Os objetivos do Sistema de Controlo Interno desagregam-se da seguinte forma:

- Assegurar que os riscos são geridos;
- Assegurar que a informação é reportada adequadamente;
- Assegurar que as operações estão em conformidade com a legislação.

5.1.1 Controlo interno e respetivos objetivos

Os objetivos globais do Sistema de Controlo Interno podem ser especificados de acordo com os três domínios de controlo (funções): operações, relatórios financeiros e *compliance*.

Operações

As operações incluem os objetivos de um funcionamento apropriado das operações e uma gestão correta dos riscos inerentes, assegurando ainda que é realizada uma utilização eficiente dos recursos da Companhia. No contexto destes objetivos, o principal foco assenta na Gestão de Risco.

Relatórios Financeiros

O objetivo é que seja divulgada informação adequada e apropriada, e que seja reportada internamente de um modo correto.

Compliance

O *Compliance* pretende oferecer uma garantia razoável de que a Companhia e os seus colaboradores cumprem as leis, regulamentos, regras internas e padrões de ética.

5.1.2 Componentes de controlo

Os componentes de controlo interno são os elementos que devem ser avaliados e reportados para todas as funções do negócio. Estes componentes são definidos do seguinte modo:

Ambiente de Controlo

O ambiente de controlo define o ritmo de uma organização, influenciando a consciencialização de controlo dos seus colaboradores. O núcleo de qualquer negócio é constituído pelos seus colaboradores (os seus atributos individuais, incluindo integridade, valores éticos e competência) e pelo ambiente onde operam. Compõem o motor que impulsiona a entidade e as fundações onde tudo assenta. O modo como a Companhia interpreta o ambiente de controlo está relacionado com os regulamentos vigentes relativos a atividades específicas. Estes

regulamentos definem a governação, princípios-chave e visão de gestão relacionados com essa atividade particular, o que proporciona “o *exemplo vem de cima*”.

Avaliação do Risco

A Companhia enfrenta vários riscos, oriundos de fontes externas e internas, que devem ser avaliados. Uma pré-condição para a avaliação do risco é o estabelecimento de objetivos, ligados a diferentes níveis e internamente consistentes. Os objetivos baseiam-se na estrutura de apetite ao risco, que os converte em tolerâncias. A avaliação do risco é a identificação e análise de riscos relevantes para a realização dos objetivos, constituindo uma base de determinação do modo como os riscos são geridos. Uma vez que as condições económicas, industriais, regulamentares e operacionais continuarão a mudar, são necessários mecanismos para identificar e abordar os riscos especiais associados à mudança. Os riscos assumem muitas formas, e o conhecimento e a gestão dos riscos ajudam a Companhia a garantir a realização dos seus objetivos. A finalidade desta componente é identificar os principais riscos que são enfrentados no desempenho das atividades comerciais relacionadas com um processo/função.

Atividades de controlo

As atividades de controlo são definidas pelos regulamentos e procedimentos instituídos na Companhia, que ajudam a garantir que as regras de gestão são aplicadas. Ajudam, também, a garantir que as ações necessárias são adotadas para abordar os riscos e atingir os objetivos definidos. As atividades de controlo ocorrem a todos os níveis e funções da Companhia, e incluem um conjunto de atividades tão diversas como aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança dos ativos e segregação de funções.

Informação e Comunicação

A informação pertinente deve ser identificada, capturada e comunicada sob uma forma e estrutura temporal que permita às pessoas desempenharem as suas responsabilidades. Os sistemas de informação produzem relatórios que contêm informação operacional, financeira e outra relacionada com *compliance*, possibilitando a gestão e controlo do negócio. Refere-se, não só, a dados gerados internamente, como também a informação sobre eventos externos, condição necessária para se alcançar um processo de tomada de decisão e reporte externo informados.

A comunicação eficaz deve ocorrer num sentido mais amplo, tanto vertical como horizontalmente em toda a Companhia. Todos os colaboradores devem receber uma mensagem clara por parte dos gestores, indicando que a responsabilidade de controlo deve ser considerada de uma forma séria. Devem compreender o seu próprio papel no Sistema de Controlo Interno e também o modo como as suas atividades individuais se relacionam com o trabalho dos outros. Devem possuir um meio de comunicação eficaz para passar informação para níveis superiores na Companhia, bem como para os diversos *stakeholders* existentes.

Monitorização

O Sistema de Controlo Interno tem de ser monitorizado e assegurado através de um processo que avalie o seu desempenho ao longo do tempo. Isto é conseguido através de atividades de monitorização contínuas, avaliações isoladas ou uma combinação das duas. A monitorização

continua ocorre no decurso das operações e inclui a gestão regular do negócio e outras atividades de supervisão, entre várias ações passíveis de serem adotadas pela equipa no desempenho das suas funções. O âmbito e frequência das avaliações separadas dependerão, em primeiro lugar, de uma avaliação dos riscos e da eficácia dos procedimentos de monitorização contínua. As deficiências do controlo interno são reportadas hierarquicamente, sendo que as questões mais graves são diretamente reportadas aos órgãos de gestão adequados e/ou à ExCo/*Board*.

5.1.3 Três linhas de defesa

1ª Linha de defesa: Linhas de negócio

As linhas de negócio têm a responsabilidade de garantir que a Companhia não incorre em riscos indesejados. Desde o CEO até aos gestores e restantes colaboradores, cada um é responsável pela execução da estratégia comercial definida e pela gestão de toda a taxonomia de riscos adequada à sua área. Deverão ter uma cultura sólida e consciencialização de risco, em linha com a Estrutura de Gestão de Risco (ERM) estabelecida na Companhia.

2ª Linha de defesa: Risco e outras funções de controlo

A Função de Risco garante padrões elevados de gestão de risco em toda a Companhia, através do desenvolvimento da ERM, e, mais especificamente, diretrizes e regulamentos específicos sobre cada tipo de risco. Esta função coordena a implementação de iniciativas relacionadas com gestão de risco e eleva a consciencialização dos órgãos de gestão da Companhia sobre o desempenho económico e do risco em níveis consolidados, apoiando a ExCo e/ou *Board* na otimização do apetite ao risco, limites de risco, perfil de risco/rentabilidade e utilização da capacidade de suporte do risco por parte da Companhia. Adicionalmente, tem a responsabilidade de comunicar e incorporar toda a estratégia de gestão de risco. O *Compliance* tem uma função de controlo global, onde garante que os regulamentos (relacionados tanto com risco como com *compliance*) estão implementados e são regidos pelas regras e requisitos internos e externos.

3ª Linha de defesa: Auditoria Interna

A Auditoria Interna proporciona uma garantia profissional e independente de apoio na realização dos objetivos da Companhia. Esta função avalia a eficácia dos processos de governo, gestão de risco e controlo estabelecidos, recomendando ainda soluções para otimizar tais processos.

5.2 Informação sobre os procedimentos-chave do Sistema de Controlo Interno

Os cinco componentes de controlo (ambiente de controlo, avaliação do risco, atividades de controlo, informação e comunicação e monitorização) são avaliados por função do negócio, detalhando os principais processos, riscos, controlos e ações. Durante a avaliação, os principais riscos, controlos e ações são os elementos mais importantes a ter em conta. O Regulamento de Controlo Interno exige que os principais processos sejam documentados em conjunto com os principais riscos operacionais incorridos e controlos-chave vigentes. Para facilitar a documentação de tais processos e a centralização dos controlos, foi criada uma ferramenta para

a gestão dos processos do negócio. Esta ferramenta contém tipicamente as funções comerciais e os processos, riscos e controlos relacionados.

Os cinco componentes do controlo interno que devem ser avaliados e reportados são:

- Ambiente de controlo;
- Avaliação dos principais riscos emergentes destes processos;
- Principais controlos vigentes para mitigar estes riscos;
- Informação e comunicação;
- Monitorização.

Estes cinco componentes são classificados de acordo com uma tabela predefinida e, depois, agregados na ferramenta. Por fim, as ações a adotar para configurar os controlos e/ou melhorar os controlos existentes, são identificadas e seguidas ao longo do ano. As restrições de tempo são definidas dependendo da classificação do risco.

A estrutura de controlo interno baseia-se na autoavaliação desempenhada pelos responsáveis dos respetivos processos. A coordenação desta autoavaliação é concebida pela Direção de Gestão de Risco, sendo que a Auditoria Interna realiza uma avaliação independente da adequação da estrutura de controlo interno, bem como do ambiente de controlo nas funções do negócio.

5.3 Descrição do modo como a Função de *Compliance* é implementada

A Função de *Compliance* da Companhia descreve a missão, os riscos de *compliance*, o cumprimento da função (como função de controlo independente e segunda linha de defesa), a organização do *Compliance*, o perfil do *Compliance Officer*, as linhas de reporte e relatórios e, ainda, a Função de *Compliance* na sua abordagem antifraude, de supervisão e controlo da gestão. É anualmente realizado um plano de *compliance* numa perspetiva trienal, baseado na realização de ações de monitorização e avaliações *ad-hoc* em relação ao universo de *compliance*. Para além dos destaques das atualizações legais mensais, é definida uma *Management Letter* trimestral, a qual é discutida com o *Chief Group Compliance Officer* e com o CEO da Companhia.

A Função de *Compliance* é uma função independente destinada a proporcionar uma garantia razoável de que a Companhia e os seus colaboradores cumprem as leis, regulamentos, regras internas e padrões de ética. Esta função é considerada como sendo uma função independente na Companhia, tendo como objetivo estimular, monitorizar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e regulamentos – incluindo os Princípios de Conduta Comercial da Companhia – bem como padrões de ética relevantes para a integridade e, consequentemente, para a sua reputação.

A Função de *Compliance* procura que as áreas de negócio relevantes garantam que as disposições vigentes são adequadas para reduzir os riscos de *compliance*, que as principais matérias de *compliance* sejam cobertas o máximo possível, que os incidentes sejam bem reportados e que as ações corretivas sejam adotadas em conformidade. Esta função também inclui o aconselhamento dos órgãos de gestão e supervisão da Companhia sobre o cumprimento das leis, regulamentos e provisões administrativas, o qual deverá incluir uma avaliação do

impacto potencial de qualquer alteração no ambiente legal e identificação e avaliação do risco de *compliance*.

Os riscos de *compliance* são definidos pela causa e consequências da sua ocorrência. A causa deverá ter origem numa falha no cumprimento das leis, regulamentos, regras e normas internas aplicáveis à Companhia, ou a qualquer uma das suas atividades de negócio. Quanto às consequências, podem ser de natureza financeira (sanções administrativas, outros danos, etc.), comercial (cancelamento da licença, limitação da atividade, etc.), reputacional ou criminal, caso em que os diretores e/ou responsáveis podem ser processados em conjunto com a Companhia.

A Função de *Compliance* tem um nível elevado de formalização e de envolvimento corporativo. Deste modo, a Função do *Compliance Officer* assenta nos seguintes pontos:

- Proporcionar uma garantia razoável de que a Companhia e os seus colaboradores cumprem todas as leis, regulamentos, regras internas e padrões de ética relevantes para a integridade e reputação da Companhia, tais como *duty of care*, combate ao branqueamento de capitais, normas de vendas, tratamento justo dos Clientes, etc.;
- Desenvolver uma relação de confiança e compreensão mútua com a ASF em relação a questões de *compliance*, em coordenação com/através do Secretário que reporta ao *Board*;
- Garantir *compliance*, por exemplo, em questões de informação privilegiada, manuseamento de informação e confidencialidade;
- Garantir ética nas linhas de conduta, por exemplo, integridade junto dos Clientes, regras anticorrupção, definição de diretrizes e requisitos de reporte local.

O âmbito (“universo de *compliance*”) é, assim, uma função estável. Deve incluir, no mínimo:

- Prevenção e deteção de atividades criminais (por exemplo, branqueamento de capitais/financiamento de atividades terroristas);
- Corrupção e anti suborno;
- Identificação, aceitação e acompanhamento de Clientes (“Conhecer o Cliente”);
- Deveres de cuidado, adequação de produto e informação apropriada para Clientes, práticas de mercado e proteção do consumidor (“Tratar os Clientes de um modo justo”);
- Risco de Contraparte, embargos (financeiros);
- Governação Corporativa, Regras de Qualificação e Idoneidade, Regulamento de Remuneração, Código de Ética e Conflitos de Interesse;
- Prevenção de informação privilegiada e abuso de mercado;
- Concorrência justa;
- Proteção de privacidade;
- Legislação estrangeira que possa ter impacto nos domínios de *compliance*;
- Todos os tópicos exigidos pela legislação local ou impostos pelas autoridades locais.

Para proporcionar a garantia razoável necessária, todos os tópicos têm de ser avaliados, pelo menos, numa base trienal (para além dos tópicos de leis ou regulamentos que têm de ser revistos anualmente numa base contínua). A abordagem baseada em regras consiste em verificar que as leis (analisadas pela Função Jurídica), regulamentos, regras e normas são transpostas adequadamente para instruções e procedimentos claros e precisos, e que os controlos de primeiro nível de defesa estão implementados e são corretamente aplicados. A antecipação de potenciais alterações nos regulamentos é a essência desta abordagem.

5.3.1 Informação privilegiada

Evitar o abuso de uso de informação privilegiada é um dos principais deveres da Função de *Compliance*.

5.3.2 Leis e normas

Está estabelecido um processo de "atualização legal" de forma a acompanhar as constantes alterações do contexto regulamentar onde a Companhia se insere. Este processo engloba as principais leis e regulamentos que poderão afetar o modo como o negócio é conduzido.

5.3.3 Códigos de conduta e regulamentos

O *Compliance Officer* é responsável pelo acompanhamento dos códigos de conduta e regulamentos internos, desenvolvendo a sua função de acordo com os seguintes passos:

- Começa por listar os códigos e regulamentos existentes;
- Verifica se estão atualizados, publicados e validados pelo nível de decisão adequado;
- Lista as falhas nos códigos e regulamentos existentes e, se for necessário, faz com que sejam estabelecidos determinados regulamentos, verificando a sua validação com o nível de decisão adequado e posteriormente publicando-os e divulgando-os;
- Configura um sistema de monitorização de *compliance* (inquéritos, investigações, etc.) sobre a execução das regras descritas.

Os itens relacionados com leis e normas, assim como os itens relacionados com códigos de conduta e regulamentos, serão levantados através do processo "*Mapping of the Rule*", que constitui a base da chamada abordagem baseada no risco. A abordagem baseada no risco consiste na identificação e avaliação dos riscos de *compliance* e verificação da adoção de todas as medidas razoáveis (incluindo instruções, procedimentos, programas de IT, métodos de monitorização, ações de consciencialização e formação, definição de objetivos, incentivos, medidas e sanções dissuasoras, etc.), para evitar ou reduzir a ocorrência dos riscos de *compliance* definidos e minimizar quaisquer danos daí potenciais. As ações corretivas são também elas monitorizadas.

Depois da definição de uma visão global sobre a estrutura legal da Função de *Compliance*, podemos iniciar a abordagem baseada no risco. A ocorrer então numa segunda fase, a identificação dos riscos de *compliance* é iniciada ao estabelecer-se um inventário das diferentes atividades-alvo, tendo de ser posteriormente realizada uma análise aos processos e atividades envolvidas para se determinar onde podem ocorrer estes riscos.

Os riscos de *compliance* são descritos tendo em conta os possíveis corolários financeiros e operacionais, bem como os possíveis riscos reputacionais daí decorrentes, sem contar com os controlos existentes. O resultado deste exercício dá-nos o Risco de *Compliance* Inerente.

Depois de considerar as diversas opiniões, factos futuros "previsíveis", alguns indicadores de risco fornecidos pela auditoria, equipa de gestão de risco operacional e/ou área de sinistros (lista não exaustiva) e depois de verificar as atividades de controlo existentes e respetiva relevância e eficiência, é determinado o Risco de *Compliance* Residual. A partir deste momento, e depois de terem sido priorizados os riscos, o *Compliance* irá desafiá-los e propor, se necessário, melhorias e conselhos concretos aos gestores envolvidos. Este processo terá de resultar em ações e respetivo acompanhamento regular.

5.3.4 Avaliação do risco da Função de *Compliance*

A metodologia de Avaliação do Risco de *Compliance* e seus processos pode ser descrita como se explana nos próximos parágrafos.

Começando a partir de uma lei (modificada/analisa da pela Função Jurídica) ou regulamento, a Função de *Compliance* irá identificar as possíveis consequências (o chamado *risco inerente*), ponderar a probabilidade e o impacto da ocorrência, verificar os controles vigentes e determinar o nível de preocupação (o *risco residual*). Emitirá recomendações específicas e acompanhará as ações e medidas corretivas estabelecidas pelas áreas envolvidas até à sua total implementação.

O *Compliance Officer* é também envolvido o mais cedo possível em todas as principais alterações de processos, novos regulamentos, projetos e questões internacionais. Atuará sempre como um catalisador em termos de consciencialização para o *compliance*, demonstrando os possíveis riscos de *compliance* e ajudando na sua mitigação. Aconselhará (que, nalgumas ocasiões, pode ser uma decisão de “NO GO” formal) os órgãos de gestão da Companhia sobre a possível tomada de decisão conhecendo o estado real das situações. Esta abordagem pode ser igualmente traduzida em responsabilidades adicionais, com base na alocação específica de tarefas, abrangendo os seguintes capítulos: ambiente de controlo, atividades de avaliação e controlo do risco.

O fator de redução mais importante dos riscos de *compliance* é obviamente a qualidade do controlo interno implementado. Deste modo, a Função de *Compliance* tem ainda, se necessário, de estabelecer o seu próprio controlo de *compliance*/atividades de deteção.

Adicionalmente, o *Compliance Officer* tem cumprir com as seguintes tarefas:

- Receber a agenda da ExCo, Comitês de Gestão e de Risco;
- Participar em parte das reuniões da ExCo, Conselho de Auditoria e Comitês de Gestão, destinadas a questões que considere relacionadas com a sua missão e/ou objetivos;
- Participar nos Comitês de Risco, se considerar necessário e/ou como convidado;
- Receber as atas das reuniões (ExCo e Comitês de Gestão e de Risco), bem como das partes das reuniões do *Board* que estejam relacionadas com temas de *compliance*).

A partir de uma fase de pré-estudo, o *Compliance Officer* tem de ser informado e envolvido nas seguintes atividades:

- Qualquer projeto significativo e, particularmente, projetos internacionais, projetos de *outsourcing*, projetos de fusão/aquisição e/ou projetos que possam ter impacto nas relações da Companhia com Clientes;
- A preparação e lançamento de qualquer novo produto ou campanha comercial;
- As deliberações sobre alterações na estrutura corporativa;
- Todos os regulamentos e códigos de conduta.

Tem de ser informado ainda sobre:

- Todos os incidentes materiais com natureza de *compliance*;
- Todas as solicitações de supervisores em relação a qualquer domínio de *compliance* e, em especial, qualquer investigação ou auditoria;
- Todos os relatórios de auditoria pertencentes, total ou parcialmente, a questões de *compliance*.

Serão ainda realizados cursos de formação/sessões informativas à medida que opera como ponto de centralização de todas as questões relacionadas com *compliance*.

Dado que o *compliance* é uma responsabilidade nuclear de todos os colaboradores da Companhia e que desempenha um papel fundamental no apoio à ExCo na promoção de uma cultura de *compliance* nas respetivas atividades, a Função de *Compliance* determinará e implementará um nível apropriado de monitorização independente das práticas e procedimentos do negócio, com base numa avaliação dos riscos de *compliance*. Também irá exercer um julgamento na determinação do nível e intensidade da atividade de monitorização, considerando a probabilidade e o impacto do incumprimento de *compliance*. Tal atividade de monitorização destina-se a proporcionar uma garantia independente de *compliance*, e não diminui as responsabilidades das atividades em garantir que as práticas de trabalho estão em conformidade.

Isto significa que o *Compliance Officer* pode ter acesso total, em qualquer fase, a todos os colaboradores e todos os documentos e sistemas que considere necessário. Também pode conduzir, por sua iniciativa ou após uma solicitação específica de um elemento decisor da Companhia, um inquérito ou investigação para verificar, confirmar ou contrariar qualquer suspeita de violações de *compliance*, ou até mesmo fraudes. Neste caso, não fornecerá qualquer aconselhamento, restringindo para si os factos que depois possam permitir que ao CEO decidir e adotar as medidas e/ou sanções adequadas.

O *Compliance Officer* deverá também prevenir, detetar, investigar e reportar fraudes, bem como adotar ações contra os perpetradores de fraudes. Pode, assim, atuar ou ajudar e/ou coordenar as ações da área encarregue das investigações/gestão antifraude.

O *Compliance Officer* tem acesso direto à ExCo. As falhas identificadas na avaliação de *compliance* são, então, discutidas nas *Management Letters* trimestrais com o *Chief Group Compliance Officer* e com o CEO.

O *Compliance Officer* deverá escalar imediatamente ao *Compliance Officer* da Ageas todos os eventos de factos que possam vir a afetar a Companhia.

6 Função de Auditoria Interna

A Função de Auditoria Interna proporciona uma garantia profissional e independente para apoiar a realização dos objetivos da Companhia, oferecendo uma garantia razoável sobre a qualidade dos processos de governação, risco e controlo, que incluem o relatório sobre o controlo interno e relatórios de gestão anuais sobre o eficácia do controlo interno.

A Auditoria Interna atua dentro do quadro de referência das práticas profissionais internacionais definidas pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA) e dentro das orientações definidas pelas entidades de supervisão, sendo responsável por ações de auditoria às diversas áreas e processos da Companhia, incluindo as restantes funções de controlo, designadamente quanto à adequação dos controlos internos existentes e dos procedimentos adotados por aquelas funções de forma a assegurar um funcionamento prudente e efetivo.

7 Função Atuarial

A Função Atuarial coordena, desenvolve e reporta informação técnico-atuarial integrada ao nível do desenvolvimento de produtos, analisa e certifica as provisões técnicas da Companhia e fornece a informação para reporte local e reporte à Ageas, contribuindo igualmente para a implementação efetiva do Sistema de Gestão de Risco, particularmente em relação à modelização do risco subjacente aos cálculos dos requisitos de capital de Solvência II.

A Função Atuarial deverá ser desempenhada por pessoas que tenham fortes conhecimentos atuariais, compatíveis com a natureza, dimensão e complexidade inerente à atividade da Companhia.

Responsabilidades

- Coordenar o cálculo das provisões técnicas (doravante designadas “TP”);
- Preparar o Teste de Adequação das Responsabilidades (LAT);
- Assegurar a adequação das metodologias e modelos subjacentes, bem como os pressupostos utilizados no cálculo das TP;
- Avaliar a suficiência e a qualidade dos dados utilizados no cálculo das TP;
- Fazer uma comparação das melhores estimativas;
- Informar os órgãos de gestão e supervisão sobre a fiabilidade e adequação do cálculo das TP;
- Supervisionar o cálculo das TP;
- Expressar um parecer global sobre os regulamentos de subscrição e provisionamento;
- Expressar um parecer sobre a adequação dos tratados de resseguro;
- Contribuir para a implementação efetiva do Sistema de Gestão de Risco, em particular pelo cálculo de determinados módulos do SCR e participação na elaboração do ORSA;
- Documentar todas as tarefas efetuadas e respetivos resultados, identificar claramente quaisquer deficiências e fornecer recomendações sobre o modo como essas deficiências deverão ser corrigidas.

8 Subcontratação

A Companhia recorre à externalização de serviços de subcontratação (*outsourcing*) pela contratação de outras entidades para o fornecimento de determinados serviços, instalações, bens, ou processos auxiliares destinados a suportar a prestação de serviços (de seguros, financeiros, IT, etc.) que são parte do negócio. O recurso ao *outsourcing* coloca riscos adicionais à Companhia, aos seus Clientes e à estabilidade do sistema financeiro como um todo.

A Companhia tem em vigor o Regulamento de *Outsourcing*, que fornece orientações exatamente na gestão deste risco. Na aplicação dessas orientações, deverão também ser tidos em conta elementos específicos tais como materialidade, *outsourcing* externo *versus outsourcing* intra-grupo e requisitos legais locais.

O Regulamento de *Outsourcing* não constitui uma estratégia de *outsourcing* da Companhia e não determina quais as atividades que deverão estar em regime de *outsourcing*. A decisão da estratégia de *outsourcing*, assim como as atividades que deverão estar em regime de *outsourcing*, são da responsabilidade total da ExCo e deverá ser baseada na estratégia de negócio, nos pressupostos económicos e no respeito pelos princípios éticos e valores fundamentais da Companhia.

A ExCo da Companhia é responsável pelo controlo adequado dos processos de negócio, quer sejam estabelecidos em regime de *outsourcing* ou não. Parte deste controlo consiste em avaliações (contínuas) de risco, medidas e atividades de monitorização adequadas.

Quando a ExCo aprova a proposta de *outsourcing*, a área de *Compliance*, Jurídica e a Direção de Gestão de Risco serão informadas e envolvidas em todas as etapas seguintes do chamado Processo de *Outsourcing*, bem como quando existem ajustamentos aos acordos/contratos de *outsourcing* existentes.

A Companhia avalia a conformidade das atividades de *outsourcing* com o regulamento existente na Companhia a cada três anos. Um exemplo de *outsourcing* na Companhia é o apoio informático que é todo feito através de um contrato de prestação de serviços com a entidade Millennium bcp Services ACE. O Millennium bcp ACE é um agrupamento complementar de empresas que constitui a principal estrutura de integração, otimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento, integrando um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços informáticos.

9 Informação sobre a avaliação da adequação do Sistema de Governação

Conforme descrito nos capítulos anteriores, a Companhia reavalia numa base anual se o seu Sistema de Governação permanece adequado. Isto é feito em vários níveis, entre outros:

- O *Board* faz uma avaliação anual do seu desempenho e dos comités a seu cargo;
- A Auditoria Interna produz relatórios sobre as auditorias realizadas de acordo com os planos de auditoria anuais, emitindo recomendações para o Comité de Auditoria e CEO;
- São emitidos vários relatórios pela área de *Compliance* para o CEO e para o CRO.

C

PERFIL DE RISCO

1 Descrição da definição, identificação, avaliação, gestão e monitorização de cada categoria de risco

1.1 Risco Financeiro

O Risco Financeiro engloba todos os riscos relacionados com o valor e a performance dos ativos e passivos da Companhia, que possam afetar a sua solvência, liquidez e/ou resultados pela alteração da envolvente económico-financeira onde se insere. Estes riscos incluem:

- Riscos de Mercado;
- Risco de Incumprimento de Contraparte;
- Risco de Liquidez.

O Risco Financeiro é o risco mais significativo para muitas das operações da Companhia. A Estrutura de Gestão de Risco em vigor combina políticas de investimento, limites de exposição ao risco, monitorização e *stress tests*, de modo a controlar a natureza e o nível dos riscos financeiros bem como garantir que os riscos tomados são apropriados e devidamente recompensados tanto para o cliente como para o acionista.

O processo de alocação de ativos é determinado pela Companhia com base em estudos focados na identificação de ativos estratégicos apropriados ao plano de negócio corrente/projetado, a sua adequação numa perspetiva de ALM e a monitorização regular da situação e perspetivas de mercado para decidir a alocação tática a seguir. Aquando do processo de decisão, é necessário balancear o apetite ao risco definido pela Companhia, os requisitos de capital associados, o risco-retorno pretendido no longo prazo, as expectativas dos tomadores de seguros, os requisitos para a participação nos resultados e, por fim, questões fiscais e de liquidez, para se alcançar um objetivo de alocação ótimo.

1.1.1 Riscos de Mercado

Risco de Mercado significa o risco de perda ou de alteração adversa da situação financeira da Companhia, resultante de flutuações nos preços de mercado dos ativos, passivos e instrumentos financeiros, direta ou indiretamente detidos.

O Risco de Mercado é composto pelos seguintes sub-riscos:

- A. Risco de Taxa de Juro;
- B. Risco Acionista;
- C. Risco de *Spread*;
- D. Risco Cambial;
- E. Risco Imobiliário;
- F. Concentração do Risco de Mercado.

A. Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro existe para todos os ativos, passivos e instrumentos financeiros sensíveis a alterações na estrutura temporal das taxas de juro ou na volatilidade momentânea das mesmas. Este risco aplica-se tanto a estruturas temporais reais como nominais.

A volatilidade do Risco de Taxa de Juro pode ter impacto no tipo de produtos comercializados pela Companhia, fundamentalmente pelo nível de garantias oferecido, a componente de participação nos resultados e o próprio valor dos investimentos. Este risco aparece pela diferença na sensibilidade a alterações das taxas de juro entre ativos e passivos.

A Companhia mede, monitoriza e controla o Risco de Taxa de Juro a que está exposta através de uma série de indicadores, tais como: análise das diferenças entre fluxos de caixa ativos e passivos e *stress testing*. As políticas de investimento requerem normalmente que a diferença entre fluxos de caixa ativos e passivos (temporalmente falando) seja curta, uma vez que dada a característica de longo prazo do negócio da Companhia poderá ser difícil encontrar no mercado os ativos que mais se adequam a essa especificidade. A estratégia para encurtar a diferença entre fluxos de caixa ativos e passivos é determinada tendo em conta o apetite ao risco da Companhia, a disponibilidade de ativos com maturidades longas no mercado, as taxas de juro atuais e futuras e o nível das garantias em carteira e de novo negócio. Podem também ser usados contratos de derivados para imunizar a Companhia do Risco de Taxa de Juro. De realçar que, o Risco de Taxa de Juro foi um ponto de atenção durante o processo de desenvolvimento do ORSA, sobretudo no que toca ao cenário de prolongamento de um ambiente de baixas das taxas de juro, tendo sido apontado como um risco estratégico para a Companhia.

B. Risco Acionista

O Risco Acionista tem origem na sensibilidade dos ativos, passivos e instrumentos financeiros a mudanças no nível ou na volatilidade dos preços de mercado de ações ou do seu retorno.

Este risco é controlado através do estabelecimento de limites baseados no apetite ao risco e pelas políticas de investimento da Companhia, que requerem que uma série de controlos se encontrem em vigor, incluindo as ações a serem levadas a cabo no evento de perdas significativas no valor das posições detidas. Uma postura de gestão ativa deste risco irá resultar numa rápida redução do montante em exposição, através de vendas antecipadas ou pela subscrição de produtos derivados para cobertura do mesmo. Todas estas questões irão ajudar na limitação de perdas potenciais, garantindo que a Companhia continuará solvente mesmo durante um período de crise financeira.

C. Risco de Spread

O Risco de Spread resulta da sensibilidade do valor dos ativos, passivos e instrumentos financeiros a alterações no nível ou na volatilidade dos *spreads* de crédito sobre a estrutura temporal das taxas de juro sem risco. Note-se que este aspeto é também conhecido como *spread* não-fundamental.

Uma parte significativa dos passivos da Companhia é relativamente ilíquida. Deste modo, para cumprir em qualquer momento com as obrigações daí decorrentes, a Companhia foca-se em deter ativos até à maturidade para cobertura dessas mesmas responsabilidades, o que limita em grande medida o impacto que poderia ocorrer pelo alargamento dos *spreads* de crédito num determinado momento, caso fosse necessário proceder a vendas antecipadas. No entanto, a volatilidade de curto prazo, ao contrário da de longo prazo, pode ser importante no que toca ao apuramento da posição de solvência momentânea da Companhia, existindo por isso o conceito de ajustamento de volatilidade em Solvência II. É ainda utilizada a métrica interna de Risco de *Spread* fundamental, que tem apenas em conta a parte do Risco de *Spread* relacionada com os

chamados “eventos de crédito” (*defaults* e *downgrades*) que possam conduzir a perdas efetivas para a Companhia.

D. Risco Cambial

O Risco Cambial tem origem na sensibilidade dos ativos, passivos e instrumentos financeiros a alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio relevantes, sempre que exista uma incompatibilidade entre as moedas relevantes dos ativos e passivos. Este risco inclui os casos em que a Companhia possui ativos (de participações e investimentos) que não sejam denominados em Euros.

Neste momento, a Companhia não está exposta a este tipo de risco.

E. Risco Imobiliário

O Risco Imobiliário tem origem na sensibilidade dos ativos, passivos e instrumentos financeiros ao nível ou volatilidade dos preços de mercado do imobiliário ou do seu retorno.

No processo de gestão de risco, a Companhia define a exposição ao mercado imobiliário baseada no valor de mercado desses ativos, incluindo os que são para uso próprio, que difere da exposição reportada pelas normas contabilísticas locais (incluem ganhos/perdas potenciais).

F. Concentração do Risco de Mercado

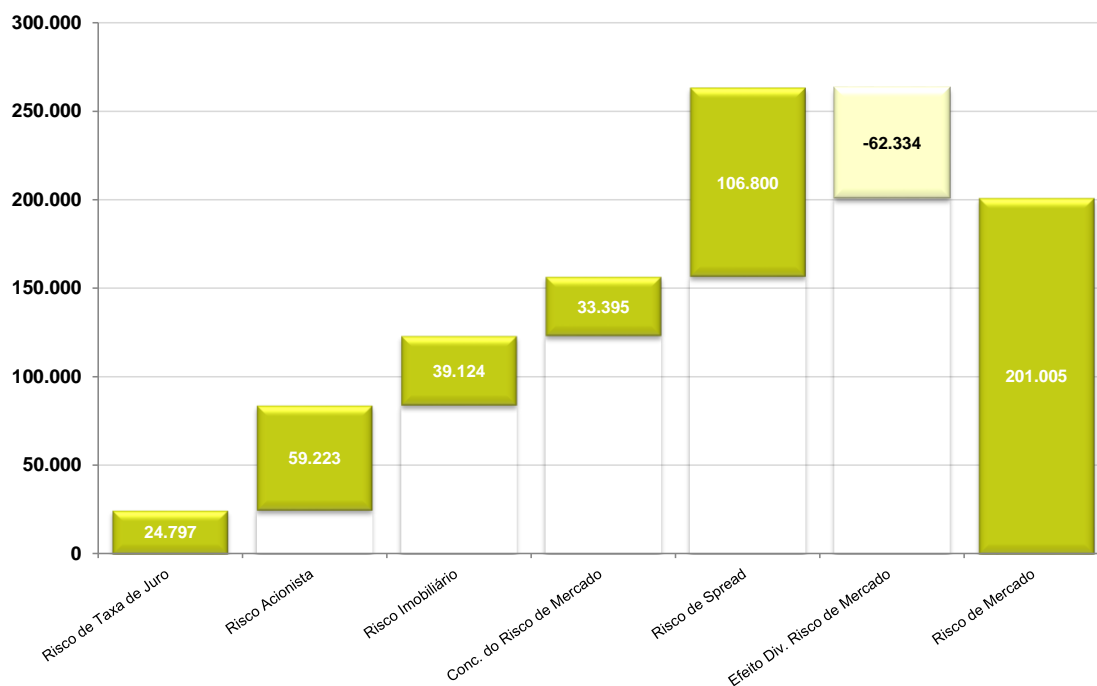
A Concentração do Risco de Mercado refere-se aos riscos decorrentes da falta de diversificação na carteira de ativos, ou de grandes exposições a risco de incumprimento por parte de um único emissor de títulos, ou grupo de emissores relacionados.

Este risco pode ocorrer devido a grandes exposições agregadas a contrapartes isoladas ou devido à exposição agregada a um número de contrapartes positivamente correlacionadas (isto é, onde existe uma tendência para o incumprimento em circunstâncias similares), com o potencial de resultar numa perda significativa de capital devido a falência ou falta de pagamento.

Evitar a concentração a um determinado número de contrapartes é, portanto, fundamental para a estratégia de risco de crédito/incumprimento da Companhia, que tem como principal objetivo manter uma carteira de ativos líquida e diversificada. A Companhia é responsável por definir os seus limites de exposição e técnicas de monitorização, tendo em conta a sua situação particular bem como qualquer requisito imposto pelo grupo onde se insere. O reporte periódico à Ageas permite-lhe verificar esses limites e controlar as posições da Companhia como um todo.

Para gerir a concentração do risco de crédito/incumprimento da carteira da Companhia, foram, então, estabelecidos limites com o objetivo de diversificar esse risco por diferentes setores de atividade e países. São monitorizadas as maiores exposições a empresas individuais, grupos de empresas (*total one obligator*) e outras concentrações potenciais a determinados setores e geografias, de modo a garantir um nível de diversificação adequado e a própria identificação dos riscos de concentração mais significativos.

Pela sua materialidade, apresenta-se de seguida a desagregação do SCR relativo ao Risco de Mercado por sub-módulo de risco, calculado de acordo com a fórmula-padrão da EIOPA (informação em milhares de euros).



1.1.2 Risco de Incumprimento

Risco de crédito/incumprimento significa o risco de perda ou de alteração adversa da situação financeira da Companhia, causada por flutuações no *rating* de crédito dos emissores de títulos, contrapartes e quaisquer devedores aos quais a subscrição de seguros ou de resseguro está exposta. Este risco centra-se, fundamentalmente, no risco de crédito de emitentes soberanos, e menos no que toca a emitentes corporativos. Como tal, a Companhia já realizou vários *stress tests* e *reverse stress tests* sobre cenários de incumprimento de emitentes soberanos, no âmbito dos ORSA desenvolvidos ao longo do tempo.

O risco de crédito/incumprimento é composto pelos seguintes sub-riscos:

- A. Risco de Incumprimento do Investimento;
- B. Risco de Incumprimento da Contraparte.

A. Risco de Incumprimento do Investimento

O Risco de Incumprimento do Investimento inclui o risco de incumprimento real dos investimentos da Companhia, bem como as potenciais perdas indiretas que possam emergir de um evento de crédito em outros ativos do mercado (também conhecido como *spread* fundamental). As alterações de valor dos ativos financeiros detidos devido a volatilidade de curto prazo são abrangidas pelo Risco de Mercado, não contemplando contratos cobertos ao abrigo do Risco de

Incumprimento de Contraparte (ver secção B). O Risco de Incumprimento do Investimento é gerido através de limites que têm em conta o tipo de exposição, a sua qualidade creditícia e, quando necessário, a maturidade, bem como uma monitorização regular e um mecanismo de alertas antecipados. A exposição a determinados ativos financeiros é trimestralmente controlada e comunicada nos diversos fóruns de risco/investimentos a acontecer na Companhia. São também executados dois cenários de *stress* à solvência da Companhia no âmbito do apetite ao risco definido, pelo qual o incumprimento da maior contraparte soberana e corporativa a deverão fazer permanecer dentro dos limites previamente estabelecidos.

B. Risco de Incumprimento de Contraparte

O Risco de Incumprimento de Contraparte reflete potenciais perdas causadas por um incumprimento inesperado, ou pela deterioração da nota de crédito de contrapartes e/ou devedores. O âmbito da categoria de Risco de Incumprimento de Contraparte inclui contratos de mitigação de risco (tais como tratados de resseguro, securitizações ou instrumentos derivados), valores a receber de intermediários e qualquer outra exposição a crédito não abrangida de outro modo.

A Companhia tenta mitigar este risco pela monitorização contínua da qualidade de crédito das contrapartes a que se expõe, bem como diversificando as suas posições e exigindo a colocação de colateral nos negócios em que participa.

O reconhecimento da imparidade de uma determinada contraparte acontece se existir evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber os montantes contratualmente estabelecidos, sendo que a mesma é o resultado da diferença entre o valor contabilizado atualizado e aquilo que se espera recuperar num cenário de incumprimento (no caso de ativos transacionáveis em mercado, o montante recuperável corresponde ao justo valor). O *write-off* destes ativos das demonstrações financeiras da Companhia acontece apenas aquando do esgotamento de todas as opções de recuperação do valor em causa.

1.1.3 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez surge quando a Companhia não consegue proceder à liquidação de ativos financeiros ou outros ativos em carteira para fazer face a exigências financeiras - expectáveis ou inesperadas - por parte de tomadores de seguro ou outros detentores de contratos. Estas limitações podem ser estruturais/fundamentais ou devido a perturbações momentâneas no mercado. O Risco de Liquidez abrange ainda o risco de que qualquer prémio de liquidez assumido, utilizado para avaliar as responsabilidades ilíquidas, não se materialize.

As causas do Risco de Liquidez podem ser divididas em elementos que podem criar um aumento repentino das necessidades de caixa e elementos que podem reduzir inesperadamente a disponibilidade dos recursos esperados para cobrir as necessidades de caixa. Os tipos de Risco de Liquidez são os seguintes:

- Risco de Financiamento é o risco pelo qual a Companhia não consegue obter financiamento exterior suficiente, dado que os seus ativos são ilíquidos no momento em que são necessários;
- Risco de Liquidez do Mercado é o risco em que o processo de venda em si causa perdas devido a condições de mercado ou concentrações elevadas;

- Risco do Valor de Liquidação é o risco em que o momento de ocorrência ou os montantes dos sinistros ou de outros pagamentos possam exigir a liquidação de ativos quando as condições de mercado possam resultar na perda do valor realizado.

A Companhia deve assegurar que consegue fazer face a todos os requisitos de liquidez inerentes à sua atividade pela identificação e monitorização do Risco de Liquidez, de modo a que um qualquer evento de crise potencial possa ser conhecido, entendido e capaz de ser respondido de uma maneira pronta.

Pelo facto de existirem especificidades locais, os mecanismos de monitorização do Risco de Liquidez são estruturados ao mesmo nível. Assim, a avaliação do Risco de Liquidez é feita através do uso de diversas ferramentas de gestão, que podem incluir de forma não exaustiva as seguintes:

- Previsão de fluxos de caixa;
- Alocação de ativos e perfil de maturidades;
- O desvio do perfil das responsabilidades em condições normais de mercado e em condições de *stress*;
- Perfil de maturidade dos recursos de crédito disponíveis;
- Resultados dos cenários de *stress*.

A Direção de Gestão de Risco e a Direção de Investimentos deverão estabelecer e manter um sistema de reporte de gestão que disponibilize relatórios de liquidez claros, concisos, atempados e precisos para as funções relevantes. Estes relatórios deverão alertar os órgãos de gestão da Companhia sobre a aproximação ou quebra de limites ou limites predefinidos.

A Companhia monitoriza o seu nível de liquidez disponível para garantir que cumpre as expetativas definidas, sendo que deverá ter presente as alterações materiais nos perfis de risco de liquidez atuais ou potenciais. De igual modo, deverá adotar os passos necessários para garantir que o Risco de Liquidez é adequado. O CRO deverá ser informado sobre a respetiva exposição e evolução.

Todas as exceções aos limites deverão ser prontamente escaladas dentro da hierarquia de funções da Companhia. A causa de qualquer quebra dos limites deverá ser investigada e deverão ser adotadas ações corretivas.

É fornecido um relatório global sobre a liquidez da Companhia numa base trimestral. Este deverá indicar claramente a posição de liquidez atual e o modo como evoluiu ao longo do período de reporte anterior, se ocorreram quebras de limites e as ações de mitigação adotadas. No caso de quebras repetidas de limites, a adoção de medidas mais restritivas pode ser solicitada para mitigar a exposição ao Risco de Liquidez.

Relativamente ao Risco de Liquidez, entende-se por “lucros esperados incluídos nos prémios futuros” (doravante designados “*EPIFP*”) o valor atual esperado dos fluxos de caixa futuros que resultam da inclusão nas provisões técnicas dos prémios relativos aos contratos de seguro e de resseguro existentes, cujo recebimento é esperado no futuro mas que possam não ser recebidos por qualquer outra razão que não pela ocorrência dos eventos, independentemente dos direitos legais ou contratuais do tomador do seguro de cessar a apólice.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor dos *EPIFP* da Companhia era de 31.255 milhares de euros.

1.2 Risco com Responsabilidades de Seguros

O Risco com Responsabilidades de Seguros refere-se a todos os riscos de subscrição de seguros originados por alterações nos sinistros causados pela incerteza e momento de ocorrência dos mesmos, bem como alterações nos pressupostos subjacentes incluindo despesas e anulações/resgates verificados na apólice.

O Risco com Responsabilidades de Seguros de Vida inclui o Risco de Mortalidade, Risco de Longevidade, Risco de Invalidez, Risco de Morbidade (ou seja, risco de doença grave), Risco de Anulação e Persistência, Risco com Despesas de Seguros de Vida, Risco de Revisão e Risco de Catástrofe.

A Companhia gere o Risco com Responsabilidades de Seguros através da combinação das políticas de subscrição, tarifação, provisionamento e resseguro. É dada particular atenção ao momento de compra de um produto, de modo a garantir que o mesmo é consistente com os pressupostos subjacentes relativos a clientes e à tarifação definida aquando da sua estruturação.

As políticas de subscrição são adotadas como elemento da gestão global do Risco com Responsabilidades de Seguros e revistas pela equipa atuarial da Companhia, que analisa a experiência com perdas reais. É utilizado um conjunto de indicadores e análises estatísticas para refinar os padrões de subscrição, melhorando assim a experiência de perdas e/ou garantindo que os preços são ajustados adequadamente.

A Companhia procura definir tarifas a um nível que garanta que os prémios recebidos, quando líquidos do rendimento ao cliente face ao obtido em mercado, excedam o total dos sinistros, os custos de resolução desses sinistros e o custo da própria gestão do negócio. A adequação de tarifas é testada utilizando um conjunto de técnicas e indicadores de desempenho para uma carteira particular, tanto *ex ante* (por exemplo, *profit testing*) como *a posteriori* (por exemplo, rácios combinados).

Os fatores considerados na tarifação de seguros variam por produto, de acordo com a cobertura e os benefícios oferecidos. No geral incluem:

- Sinistros esperados pelos tomadores de seguros e respetivo pagamento e momento de ocorrência;
- O nível e a natureza da variabilidade associada aos benefícios esperados, que inclui a análise de estatísticas de sinistros bem como a consideração da evolução da jurisprudência, o ambiente económico e as tendências demográficas;
- Outros custos de produção, tais como distribuição, marketing, gestão de apólices e custos da gestão de sinistros;
- Condições financeiras, refletindo o valor temporal do dinheiro;
- Requisitos de capital de solvência;
- Objetivo dos níveis de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente preços de produtos substitutos.

Na sua exposição aos riscos anteriormente mencionados, a Companhia beneficia do efeito de diversificação existente entre diferentes linhas de negócio, que, naturalmente, se caracterizam por diferentes fatores de risco. Deste modo, a Companhia garante que não se expõe de uma forma concentrada a qualquer Risco com Responsabilidades de Seguros. Adicionalmente, a Companhia suporta-se em medidas de mitigação específicas com o objetivo de minimizar as suas exposições a risco.

1.2.1 Risco de Subscrição de Seguros de Vida

O Risco de Subscrição de Seguros de Vida reflete o risco originado pelas obrigações dos seguros de vida relativamente aos riscos cobertos e aos processos usados na condução do negócio.

O Risco de Subscrição de Seguros de Vida é composto pelo Risco de Mortalidade/Longevidade, Risco de Invalidez/Morbilidade, Risco de Anulação e Persistência, Risco com Despesas, Risco de Revisão e Risco de Catástrofe. A descrição destes riscos irá ocorrer pelas secções seguintes (A a F), acabando-se com um apanhado geral sobre a forma como os mesmos são geridos na secção G.

A. Risco de Mortalidade e Risco de Longevidade

O Risco de Mortalidade é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por alterações do nível, tendência ou volatilidade das taxas de mortalidade, onde um aumento da taxa de mortalidade conduz a um aumento do valor das responsabilidades de seguros. As tabelas de mortalidade usadas na tarificação incluem margens prudentes. De acordo com as práticas do setor, a Companhia utiliza a população das tabelas de experiência com cargas de segurança adequadas. É necessário uma revisão anual dos pressupostos para comparar a mortalidade esperada da carteira com a da experiência. Esta análise leva em consideração vários critérios, tais como idade, ano da apólice, montante seguro e outros critérios de subscrição.

O Risco de Longevidade é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por alterações do nível, tendência ou volatilidade das taxas de mortalidade, onde uma diminuição da taxa de mortalidade conduz a um aumento do valor das responsabilidades de seguros. Este risco é gerido através da revisão anual da experiência de mortalidade na carteira. Quando for considerado que a longevidade está a aumentar mais rapidamente do que o assumido nas tabelas de mortalidade, são definidas provisões adicionais e a tarifa dos novos produtos é ajustada em conformidade.

B. Risco de Invalidez/Morbilidade

O Risco de Invalidez/Morbilidade é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado pela alteração do nível, da tendência ou da volatilidade das taxas de invalidez, doença e morbilidade. Este risco pode surgir pelas linhas de negócio de invalidez, saúde e/ou acidentes de trabalho, sendo que a Companhia tenta mitigá-lo através de estratégias de seleção médica criteriosas bem como coberturas de resseguro apropriadas.

C. Risco de Descontinuidade/Persistência

O Risco de Descontinuidade é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por alterações do nível ou volatilidade das taxas de anulação e persistência de apólices, incluindo renovações, resgates, reduções de prêmios e outros fatores de redução de prêmios. É de salientar que o Risco de Persistência é, por vezes, outra definição utilizada para descrever a volatilidade das anulações e reativações de apólices anuladas, cancelamentos ou resgates.

Quando as apólices de seguros são desenhadas e o seu preço é calculado, são igualmente necessários pressupostos relacionados com os custos de venda e posterior gestão das apólices, até que sejam anuladas ou atinjam a sua maturidade, e também relativamente à taxa de persistência que se verificará. Os riscos que, segundo a experiência atual, podem ser diferentes do seu impacto potencial, são identificados durante a fase de desenvolvimento do produto e podem ser mitigados através de um desenho cuidadoso do mesmo.

D. Risco com Despesas

O Risco com Despesas é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por alterações do nível, tendência ou volatilidade das despesas incorridas na gestão de contratos de seguro ou resseguro. O Risco com Despesas surge se as despesas antecipadas durante o cálculo dos preços de um novo produto forem insuficientes para cobrir os custos reais acumulados no ano seguinte. Todas as despesas incorridas deverão ser consideradas.

E. Risco de Revisão

O Risco de Revisão é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por flutuações do nível, tendência ou volatilidade das taxas de revisão aplicadas às anuidades, devido a alterações do contexto legal ou do estado de saúde da pessoa segura.

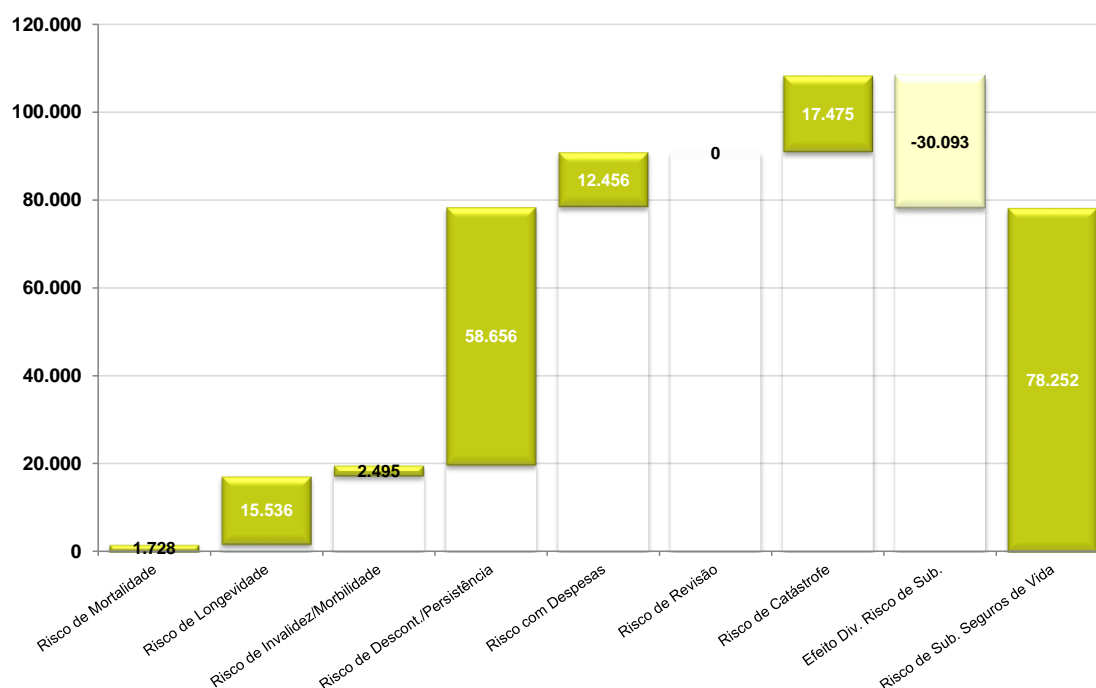
F. Risco de Catástrofe

O Risco de Catástrofe é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por uma incerteza significativa da tarifa e dos pressupostos de provisionamento relacionados com eventos extremos ou excecionais.

G. Gestão do Risco de Subscrição de Seguros de Vida

O Risco de Subscrição de Seguros de Vida é monitorizado internamente através do reporte trimestral de risco, no sentido de melhor se perceber a exposição da Companhia à ocorrência de determinados eventos.

Pela sua materialidade, apresenta-se de seguida a desagregação do SCR relativo ao Risco de Subscrição de Seguros de Vida por sub-módulo de risco, calculado de acordo com a fórmula-padrão da EIOPA (informação em milhares de euros).



1.2.2 Resseguro

Quando apropriado, a Companhia subscreve contratos de resseguro para limitar a sua exposição a perdas relacionadas com o desenvolvimento do seu negócio. Estes contratos podem assumir a forma de facultativos (por apólice/risco) ou respeitar a carteira de seguros por linha de negócio da Companhia como um todo (por evento). Esta última modalidade tem que ver sobretudo com riscos do tipo catastrófico, sejam eles de origem natural ou humana, em que pode existir uma acumulação agregada de risco que a Companhia pode não conseguir suportar. A seleção das empresas de resseguro é feita pela combinação da melhor oferta em termos do fator preço e qualidade de crédito da contraparte (este último aspeto integra o cálculo do requisito de capital do módulo de Risco de Incumprimento de Contraparte, parte dos Riscos de Mercado da Companhia).

1.2.3 Testing

O *testing* é parte integrante do ciclo de controlo atuarial relativamente ao processo de constituição/adequação de reservas. Fornece o feedback necessário/evidência empírica do nível de erro inerente à estimativa das provisões da Companhia, dando igualmente a garantia de que as equipas atuariais usam os métodos adequados no desenvolvimento das suas funções. A Companhia propõe a realização dos seguintes testes (lista não exaustiva/prescritiva):

- *Data testing*;
- Testes de homogeneidade;
- Testes aos pressupostos metodológicos;
- *Backtesting*;
- Testes de sensibilidade;

- Análise de alterações;
- *Benchmarking*;
- *Scenario testing*.

1.3 Risco Operacional

O Risco Operacional é o risco de perdas emergentes devido a erro humano, de processos ou sistemas inadequados, ou por falhas internas ou eventos externos.

O Risco Operacional é parte integrante da Estrutura de ERM da Companhia e tem de ser aprovado pelos órgãos locais definidos para o efeito. A Estrutura de Gestão de Risco Operacional é composta por uma série de processos, cujos objetivos são identificar, avaliar, gerir, monitorizar e reportar riscos operacionais. Alguns destes processos incluem:

- Gestão do Plano de Continuidade do Negócio;
- Gestão do Risco de Fraude;
- *Outsourcing*;
- *Treat Your Customer Fairly*;
- Gestão da Base de Dados de Perdas;
- Avaliação da adequação dos processos de controlo interno;
- Identificação de riscos-chave.

Através da Taxonomia de Risco, a Companhia classificou as suas potenciais fontes de Risco Operacional:

Clientes, produtos e práticas de negócio

Risco de perdas devido a falhas intencionais, não intencionais ou negligentes no cumprimento de uma obrigação junto de clientes específicos (incluindo requisitos fiduciários e de adequação) ou da natureza ou desenho dos produtos;

Execução, entrega e gestão de processos

Risco de perdas por falhas no processamento de transações ou na gestão de processos, incluindo a incapacidade de entregar e executar de acordo com o orçamento e/ou plano estratégico devido à escassez de pessoal (especializado) ou de meios e risco de perdas relacionadas com órgãos de governo, regulamentos, diretrizes, competências e processos desenhados ou implementados inadequadamente;

Perturbação do negócio e falhas do sistema

Risco de perdas associado à interrupção da atividade da Companhia devido a falhas dos sistemas, inacessibilidade de informação e/ou indisponibilidade de alguns elementos básicos à persecução do negócio (por exemplo, falhas de energia).

Práticas de colaboradores e segurança no local de trabalho

Risco de perdas devido a comportamentos de omissão, intencionais ou não, que sejam inconsistentes com as leis aplicáveis às relações no trabalho, saúde, segurança e diversidade na Companhia;

Fraude interna

Risco de perdas pelo abuso deliberado de procedimentos, sistemas, ativos, produtos e/ou serviços estabelecidos na Companhia, envolvendo pelo menos um dos seus colaboradores que tenha como intuito destituí-la ou beneficiar ilegalmente com isso.

Fraude externa

Risco de perdas provenientes de atos fraudulentos e/ou roubo por parte de sujeitos externos à Companhia, tal como clientes, *brokers* ou empresas de *outsourcing*, com o objetivo de obter benefícios em nome próprio ou prejudicar a Companhia e seus *stakeholders* (inclui ataques cibernéticos).

Danos patrimoniais

Risco de perdas devido a danos causados no património da Companhia pela ocorrência de desastres naturais ou outro tipo de evento do género.

A Companhia pretende manter os riscos operacionais a que está exposta em níveis adequados, trabalhando por garantir que o seu negócio se desenvolve estável e controladamente nos mercados e contextos regulamentares onde opera. Embora o rol de medidas apresentadas mitigue os riscos operacionais da Companhia, estes nunca poderão ser completamente eliminados. É anualmente realizado um processo de avaliação do controlo interno e os resultados são publicados na Declaração de Controlo de Gestão (MCS) pelo CEO, que expressa a sua confiança nas estruturas de controlo da Companhia.

1.4. Outros Riscos

Outros Riscos abrangem fatores internos e externos que podem afetar a capacidade da Companhia em cumprir o seu atual plano de negócio e posicionar-se para atingir o seu crescimento objetivo. Incluem alterações no enquadramento externo, seja regulamentar, económico ou concorrencial, ou apenas o modo como as pessoas (Clientes e/ou colaboradores) se comportam. Podem também ocorrer devido a deficiências nos processos de gestão e tomada de decisão, ou como resultado de perda de reputação e/ou valor do negócio.

Destacam-se de seguida os dez tipos de risco que compõem a categoria de Outros Riscos.

Risco de Alterações Regulamentares

Regulamentos que dizem respeito a determinadas características permitidas aquando da estruturação de produtos, gestão/condução do negócio, práticas de subscrição, gestão de

recursos humanos, entre outros, e que são passíveis de afetar os volumes/rentabilidade da carteira atual ou no que concerne o novo negócio gerado pela Companhia.

Risco de Concorrência

O Risco de Concorrência surge devido a mudanças no ambiente competitivo como um todo ou no posicionamento de mercado da Companhia, e pode incluir :

- Rivalidade com concorrentes existentes (por exemplo, guerras de preços);
- Produtos concorrentes/substitutos (por exemplo, fundos mútuos como alternativa aos seguros de capitalização);
- Novos operadores no mercado;
- Poder de negociação do cliente (por exemplo, crescente sofisticação dos clientes);
- Poder de negociação dos *stakeholders* (por exemplo, disponibilidade de resseguro).

Risco de Distribuição

O Risco de Distribuição é o risco de uma perda devido a desvios nos planos de distribuição em relação às expectativas. Este tipo de risco foi alvo de particular atenção devido à dependência de entidades e parcerias externas para a distribuição dos produtos da Companhia. O Risco de Distribuição pode decorrer de várias causas, incluindo falta de alinhamento de incentivos, deficiente gestão da relação contratual ou falta de suficiente poder de negociação na relação contratual.

Risco Reputacional

O Risco Reputacional é o risco de perda pelo decréscimo do número de transações e oportunidades de financiamento, decorrentes da perceção desfavorável da imagem da Companhia por parte de clientes e diferentes *stakeholders*. Este risco pode ter um impacto significativo no valor atual da Companhia pelo potencial aumento do número de anulações, podendo ainda por em causa a capacidade de criação de valor futura ao reduzir a sua habilidade em atrair e manter novos clientes, parceiros de distribuição e colaboradores.

Risco do País

O Risco do País refere-se ao risco de investimento num país devido a alterações no ambiente de negócios, que possam afetar negativamente os lucros operacionais ou o valor dos ativos de uma empresa. Por exemplo, controlo à saída de capital do país, desvalorização de moeda, alterações de regulamentação ou outros fatores de instabilidade como motins, guerras civis e outro tipo de eventos.

Risco de Ambiente Económico

O Risco de Ambiente Económico é o risco de alterações no ambiente económico e seu respetivo impacto no enquadramento geral dos negócios, comportamento dos clientes, etc. (por exemplo, o impacto de taxas de juro baixas, durante um longo período, na capacidade da Companhia desenvolver produtos atrativos versus a propensão momentânea do cliente para a poupança). Nalguns casos, este ponto pode ser coberto pelo Risco de Mercado. No entanto, as condições gerais do mercado, tais como taxas de câmbio, *spreads* ou taxas de juro, não são cobertas pelo Risco de Ambiente Económico, mas sim pelo Risco de Mercado. A acrescentar, o Risco de

Inflação representa a sensibilidade do valor dos ativos e responsabilidades decorrentes de alterações nas expectativas de inflação.

Outros Riscos de Ambiente

Outros Riscos de Ambiente cobrem uma série de alterações no enquadramento externo que não tenham sido até agora cobertas pelas categorias acima explanadas, incluindo:

- Enquadramento geopolítico, que pode ter impacto na capacidade da Companhia desenvolver negócios nos diferentes países onde opera;
- Mudanças tecnológicas, como a vulgarização da internet e o impacto que pode ter no comportamento de consumo do cliente e na necessidade de desenvolver estratégias tecnológicas adequadas;
- Outros riscos emergentes, correspondente aos eventos de maior escala ou circunstâncias para além da capacidade de controlo direto pela Companhia, tais como potenciais sinistros de algum modo relacionados com nanotecnologia ou alteração de padrões climáticos.
- Riscos de Contágio, que tem que ver com uma forma extrema de risco de concentração que surge quando fatores de risco normalmente não relacionados podem afetar-se mutuamente, tornando-se altamente correlacionados.

Risco de Concentração

O Risco de Concentração refere-se a todas as exposições de risco com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a solvência ou posição financeira da Companhia.

Risco de Ativos Intangíveis

O Risco de Ativos Intangíveis é o risco de perda, ou alteração desfavorável no valor dos ativos intangíveis (como direitos ao serviço de propriedades ou plataformas de *software*), devido a uma variação nos benefícios futuros esperados do ativo intangível.

Risco Estratégico

O Risco Estratégico é definido como o risco do impacto atual ou futuro de decisões de gestão desfavoráveis no lucro ou capital da Companhia, bem como da implementação de decisões impróprias ou da insensibilidade a alterações da indústria/mercado. O Risco Estratégico é resultado da incompatibilidade entre os objetivos estratégicos definidos pela Companhia, as ações desenvolvidas, os recursos aplicados e a qualidade da implementação das mesmas. Em suma, o Risco Estratégico é o risco que “cresce em casa”: perdas são vistas como o resultado das ações ou decisões tomadas pelos órgãos de gestão da Companhia.

2 Descrição de outras informações adicionais de acordo com o perfil de risco

Sem comentários adicionais.

3 Informação Adicional

3.1 Informação qualitativa e quantitativa sobre Risco de Concentração

Mitigação de risco e o processo de monitorização através da execução de testes de sensibilidade para os riscos considerados materiais.

O Reporte de Risco da Companhia é desenvolvido trimestralmente e providencia, entre outros, informação à ExCo/*Board* sobre os seguintes pontos:

- Fundos Próprios Disponíveis em ambiente de Solvência II, ou seja, o capital disponível para cobertura de risco e sua qualidade/subordinação;
- Requisito de capital em ambiente de Solvência II (SCR), tanto o cenário base como simulando eventos de *stress*;
- Rácios de Solvência II;
- Efeitos de diversificação no cálculo do SCR pela exposição a diferentes tipos de riscos;
- *Stress tests* sobre o estado atual de solvência da Companhia bem como cenários futuros, de modo a cumprir com os requisitos do Regulamento de Apetite ao Risco em vigor;
- Relatórios, análises *ad-hoc* e recomendações sobre todos os pontos referidos anteriormente.

A Companhia desenvolve testes de sensibilidade sobre a sua situação de solvência corrente a pedido da Ageas, EIOPA e ASF, assim como sobre cenários prospetivos através do ORSA. A definição dos *stress tests* a realizar está em linha com os riscos que compõem o KRR.

Risco de Concentração

O Risco de Concentração refere-se a todas as exposições de risco com um potencial de perda significativo para ameaçar a solvência ou posição financeira da Companhia. Este risco pode manifestar-se através da concentração num determinado número de ativos financeiros (ver ponto 1.1.1 Riscos de Mercado, secção F), emitentes únicos, fatores de risco, indústrias, clientes, regiões geográficas, contrapartes (por exemplo, resseguro).

Este risco pode ocorrer devido a grandes exposições agregadas a contrapartes isoladas ou devido à exposição agregada a um número de contrapartes positivamente correlacionadas (isto é, onde existe uma tendência para o incumprimento em circunstâncias similares), com o potencial de resultar numa perda significativa de capital devido a falência ou falta de pagamento. Simultaneamente, o Risco de Concentração diz respeito às exposições aos diferentes tipos de Riscos de Mercado, incluindo Risco de Taxa de Juro, Ações, *Spread*, Imobiliário e Liquidez.

Apresentam-se, de seguida, as entidades que constituem as principais exposições individuais da Companhia e respetivos montantes em exposição (em milhares de euros).

	31 dez 2016
Montante de Ativos Expostos ao Risco de Concentração	5.161.822

Entidades	31 dez 2016
Jose de Mello SGPS SA	115.018
EDP - Energias de Portugal SA	147.573
Caixa Geral de Depositos SA Covered	84.332

3.2 Investimentos de acordo com o princípio do gestor prudente

A Companhia assegura que todos os membros do *Board* e detentores de funções-chave conhecem o critério de Competência e Idoneidade pela sua descrição no Regulamento de Competência e Idoneidade.

Os investimentos devem ser feitos com ponderação e cuidado (segundo as circunstâncias que prevalecem à data) por pessoas reconhecidas por exercer prudência, discrição e discernimento na gestão dos seus assuntos. Isto significa, no que diz respeito a investimentos, tomar em consideração a probabilidade de salvaguardar o capital investido, assim como o provável retorno daí decorrente.

Dentro das fronteiras estabelecidas pelos limites definidos para exposições a Risco de Mercado, os tomadores de risco devem adotar uma abordagem prudente na seleção de investimentos. Devem ter em conta toda a informação disponível (para além dos limites de risco) para identificar oportunidades de investimento adequadas. A Companhia pondera as suas oportunidades de investimento sob uma perspetiva de aversão ao risco e requer, dessa forma, que para um certo nível de retorno seja selecionada a oportunidade de investimento menos arriscada.

3.3 Stress tests

A Companhia participou nos *stress tests* propostos pela EIOPA durante o ano de 2016 (*Low-for-long* e *Double Hit*), que vieram confirmar a robustez ao nível da sua posição de capital perante cenários de choque, quer momentâneos quer prolongados, quando considerada a aplicação da medida de dedução transitória às provisões técnicas (apesar do momento de aprovação por parte da ASF ter ocorrido somente depois da sua execução). O resultado obtido neste exercício é particularmente importante sobretudo quando enquadrado com o resultado agregado para o mercado segurador português, mas também quando se olha para outras geografias europeias. Por fim, a Companhia realizou diversos testes de sensibilidade a diferentes cenários económico-financeiros delineados pela Ageas em diferentes momentos do ano, tendo adicionalmente completado o seu ORSA com vários *stress tests* definidos localmente e pela Ageas.

D

AVALIAÇÃO
PARA EFEITOS
DE SOLVÊNCIA

1 Valorização de ativos e outros passivos

1.1 Valorização de ativos e outros passivos

O justo valor é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e com interesse no negócio, numa transação em condições normais de mercado.

A valorização ao justo valor fundamenta-se em um dos níveis apresentados de seguida:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2: informação observada em mercados ativos;
- Nível 3: informação de mercado não observada (cotações de contrapartes).

A tabela abaixo resume por classe material de ativo a base, os métodos e os principais pressupostos utilizados na valorização de ativos e passivos em Solvência II. Em termos do balanço de solvência da Companhia, remete-se a informação para o *template* de reporte quantitativo SE.02.01.16 que acompanha anexo o presente documento.

Classe de Ativo	Mark-to-Model?	Base, métodos e principais pressupostos utilizados
Goodwill	NA	Valorização nula.
Custos de aquisição diferidos	NA	Valorização nula.
Ativos intangíveis	Sim	Ativos intangíveis consistem em: <ul style="list-style-type: none">▪ VOBA (valor do negócio adquirido): valorizado a zero.▪ Intangíveis: valorizados a zero.▪ Contratos de concessão: valorizado a zero.
Ativos por impostos diferidos	Não	<p>A valorização segundo o MCBS é baseada na diferença entre o valor dos ativos e passivos subjacentes no MCBS e a base fiscal do balanço.</p> <p>Os princípios de medição do IAS 12 são aplicados na valorização dos ativos por impostos diferidos. A posição fiscal da Companhia é considerada no caso da ocorrência de uma posição líquida ativa por impostos diferidos.</p> <p>Os ativos por impostos diferidos são apenas reconhecidos na medida em que é provável a existência de lucros futuros tributáveis com capacidade de absorção de perdas fiscais atuais não-utilizadas.</p>

Classe de Ativo	Mark-to-Model?	Base, métodos e principais pressupostos utilizados
Imobiliário, terrenos e equipamentos (PPE) detidos para uso próprio	Sim	<p>Justo Valor</p> <p>A rubrica PPE é valorizada de um modo independente, sendo validada por uma fonte externa todos os anos. Os avaliadores externos têm de ser substituídos a cada três anos.</p>
Imobiliário (outro para além de uso próprio)	Sim	<p>Justo Valor</p> <p>Quase todo o investimento imobiliário é valorizado de um modo independente e verificado por uma fonte externa a cada ano. Os avaliadores externos têm de ser substituídos a cada três anos.</p> <p>Se um investimento imobiliário não é externamente valorizado, a Companhia utiliza modelos internos para calcular o justo valor, com base em dados e/ou transações ocorridas no mercado. As técnicas de valorização de nível 3 baseiam-se, em primeiro lugar, em fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa esperados de imóveis têm em conta as taxas de crescimento esperadas do rendimento das rendas, períodos de não-ocupação, taxas de ocupação, custo dos incentivos de arrendamento, tais como períodos sem renda, e ainda outros custos não pagos pelos arrendatários. A Companhia desconta, depois, os fluxos de caixa líquidos esperados, utilizando taxas de desconto ajustadas pelo risco. Entre outros fatores, a estimativa da taxa de desconto considera a qualidade de um imóvel e a sua localização (principal <i>versus</i> secundário, qualidade de crédito do arrendatário e termos do arrendamento).</p> <p>Para propriedades em desenvolvimento (ou seja, em construção), o justo valor é definido como o custo até que a propriedade esteja operacional.</p>
Participações	Sim	<p>Justo Valor</p> <p>Partes relacionadas com a Companhia e <i>joint ventures</i> são apresentadas como participações da Companhia em outras empresas e são valorizadas ao justo valor usando como <i>proxy</i> o método de equivalência patrimonial menos o <i>goodwill</i>. Isto pode ser aplicado sob a condição de que os ativos/passivos subjacentes a estas participações são valorizados ao justo valor de acordo com o artigo 75 da Diretiva de Solvência II</p>
Ações – listadas	Não	<p>Justo valor</p> <p>Utilização de um modelo <i>Mark-to-Market</i> com base nos preços cotados em mercados ativos.</p>
Ações – não-listadas	Sim	<p>Justo valor</p> <p>Utilização de um modelo <i>Mark-to-Model</i> quando não existam preços de mercado disponíveis e dados observáveis em mercados ativos (nível 2) ou dados de mercado não-observáveis (nível 3).</p> <p>Os investimentos em <i>private equity</i> e em partes não-cotadas seguem em geral as diretrizes sobre a valorização de ativos da <i>European Venture Capital Association</i>, utilizando o valor do EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da empresa, o rácio preço/resultado líquido, etc..</p> <p>As ações preferenciais não-cotadas que são caracterizadas como instrumentos de dívida são valorizadas aplicando o modelo dos fluxos de caixa descontados.</p>

Classe de Ativo	Mark-to-Model?	Base, métodos e principais pressupostos utilizados
Obrigações do tesouro; Obrigações corporativas; Produtos estruturados; Ativos colateralizados; Outros investimentos; Ativos detidos em fundos indexados e Unit-Linked	Se não for possível o método <i>Mark-to-Market</i>	Justo Valor <i>Mark-to-Market</i> com base em preços cotados em mercados ativos ou <i>Mark-to-Model</i> quando não existam preços de mercado disponíveis e dados observáveis em mercados ativos (nível 2) ou dados de mercado não-observáveis (nível 3).
Fundos de investimento	Se não for possível o método <i>Mark-to-Market</i>	Justo Valor <i>Mark-to-Market</i> com base em preços cotados em mercados ativos ou <i>Mark-to-Model</i> quando não existam preços de mercado disponíveis e dados observáveis em mercados ativos (nível 2) ou dados de mercado não-observáveis (nível 3). É aplicada uma abordagem baseada na transparência (<i>look-through approach</i>) para veículos de investimento coletivo que satisfaçam o critério para aplicação deste método de acordo com a tabela CIC.
Derivados	Sim	Justo Valor Os derivados são detidos para negociação (especulativos) ou cobertura de riscos, podendo tomar a forma de contratos de opção sobre taxas de juro e/ou ações, <i>swaps</i> de taxa de juro ou cambiais. Derivados detidos para negociação baseiam-se numa valorização de nível 2 (dados de mercado observáveis em mercados ativos). Os preços de mercado cotados fornecem o justo valor mais fiável para derivados negociáveis em mercado aberto. O justo valor dos derivados não-negociáveis em mercado aberto é considerado como sendo o valor através do qual pode ser realizada a rescisão ou cessação do contrato. As metodologias mais comuns de valorização de <i>swaps</i> de taxa de juro incorporam uma comparação entre a <i>yield</i> do swap e a <i>yield</i> da curva <i>swap</i> atual. A <i>yield</i> da curva <i>swap</i> deriva do preço dos contratos <i>swap</i> cotados no mercado. Cotações <i>bid-ask</i> estão geralmente disponíveis para contratos <i>swaps</i> de taxa de juro cujas contrapartes se encontrem num nível de “investimento” relativamente à sua qualidade creditícia. Os fatores que influenciam a valorização de um derivado incluem o <i>rating</i> de crédito da contraparte e a complexidade do contrato. Se estes fatores diferirem dos fatores básicos subjacentes à cotação do derivado, o preço de mercado desse contrato poderá sofrer alterações. Qualquer colateral associado é também ele tido em conta.
Outros depósitos para além de caixa e equivalentes	Sim	Justo valor Os depósitos são valorizados usando a metodologia dos fluxos de caixa descontados. A curva de desconto utilizada corresponde à curva <i>swap</i> mais <i>spread</i> (ativos) ou a curva <i>swap</i> menos <i>spread</i> (passivos). O <i>spread</i> tem como base a qualidade creditícia da contraparte, podendo derivar da margem comercial calculada com base na média de nova produção nos últimos três meses.

Classe de Ativo	Mark-to-Model?	Base, métodos e principais pressupostos utilizados
Empréstimos e empréstimos hipotecários a particulares; Outros empréstimos; Empréstimos sobre apólices	Se não for possível o método Mark-to-Market	<p>Justo Valor</p> <p>O justo valor dos empréstimos baseia-se no preço de transferência de tais empréstimos/títulos de dívida a terceiros. A valorização pode envolver o uso do método <i>Mark-to-Model</i> se não existirem preços de mercado imediatamente disponíveis para tais empréstimos.</p> <p>Os empréstimos sem opções contratuais são valorizados usando a metodologia dos fluxos de caixa descontados. A curva de desconto utilizada corresponde à curva <i>swap</i> mais <i>spread</i> (ativos) ou a curva <i>swap</i> menos <i>spread</i> (passivos). O <i>spread</i> tem como base a qualidade creditícia da contraparte, podendo derivar da margem comercial calculada com base na média de nova produção nos últimos três meses.</p> <p>Os empréstimos com opções contratuais são divididos, sendo a componente linear (não-opcional) valorizada usando a metodologia dos fluxos de caixa descontados e a componente opcional valorizada com base no modelo de opções.</p>
Depósitos a cedentes; Contas a receber (relacionadas com o negócio); Contas a receber (não relacionadas com o negócio); Caixa e seus equivalentes; Outros ativos que não apresentados noutra rubrica	Não	<p>Justo Valor</p> <p>É utilizado o método do custo amortizado devido à imaterialidade da diferença entre o custo amortizado e o justo valor pelo curto prazo destes ativos. Se apropriado, é aplicado o método da melhor estimativa para as contas a receber de resseguro. Caixa e seus equivalentes têm um prazo menor do que três meses. Outros ativos incluem, entre outros, os impostos correntes a receber.</p>
Ações próprias (<i>treasuries</i>)	Não	<p>Justo Valor</p> <p>O justo valor é calculado pelo método do preço de aquisição, uma vez que estas ações são regularmente canceladas.</p>
Classe de Passivo	Mark-to-Model?	Base, métodos e principais pressupostos utilizados
Passivos contingentes	Sim	<p>Justo Valor</p> <p>A valorização tem como base o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar o passivo contingente durante a sua vida útil, utilizando a taxa de juro sem risco relevante. Os passivos contingentes são valorizados a zero se não se conseguir ter uma valorização fiável. Deste modo, a componente de posseção residual dos acionistas sobre os ativos da Companhia é valorizada a zero, exceto na situação específica onde haja uma decisão judicial clara sobre a capacidade da Companhia em calcular uma provisão de acordo com o método da melhor estimativa do montante a ser pago nesse caso.</p>
Provisões que não provisões técnicas	Sim	<p>Justo Valor</p> <p>A valorização destes passivos baseia-se no método da melhor estimativa (ao abrigo da IAS 37), em conjunto com a componente de <i>expert judgement</i> e a opinião de consultores legais e fiscais.</p>

Responsabilidades com benefícios de reforma	Sim	Justo Valor O valor tem por base a IAS 19, utilizando o método da unidade de crédito projetada no caso de Planos de Benefícios Definidos.
Depósitos de resseguradores; Dívidas a instituições de crédito	Sim, no caso dos depósitos de longo prazo	Justo Valor É utilizado o método do custo amortizado devido à imaterialidade da diferença entre o custo amortizado e o justo valor pelo curto prazo destes pagamentos. Os depósitos de longo prazo e outras dívidas são valorizados aplicando a metodologia dos fluxos de caixa descontados. Alterações da qualidade creditícia das contrapartes são excluídas da valorização.
Passivos por impostos diferidos	Não	Valor Nominal A valorização do Balanço Económico (MCBS) tem como base as diferenças entre os ativos e passivos subjacentes ao balanço e a sua base fiscal. No entanto, os princípios de medição da IAS 12 são aplicados na valorização de ativos por impostos diferidos.
Derivados	Sim	Justo valor Remete-se a informação para a descrição da mesma rubrica em ativo.
Contas a pagar (relacionadas com o negócio); Contas a pagar (resseguro); Contas a pagar (não relacionadas com o negócio); Caixa e seus equivalentes; Outros passivos que não apresentados noutra rubrica	Não	Justo valor É utilizado o método do custo amortizado devido à imaterialidade da diferença entre o custo amortizado e o justo valor pelo curto prazo destes pagamentos.
Passivos subordinados não elegíveis como fundos próprios de base	Sim	Certificados de dívida, passivos subordinados e outros empréstimos Justo Valor Os empréstimos subordinados de longo prazo são valorizados ao justo valor pelo método dos fluxos de caixa descontados. Alterações na qualidade creditícia do emitente estão excluídas da valorização destes passivos. O emitente considera a sua qualidade creditícia no momento da emissão e ignora qualquer alteração da mesma subsequentemente. Os passivos subordinados de curto prazo são utilizando o método do custo amortizado devido à imaterialidade da diferença entre o custo amortizado e o justo valor pelo curto prazo destes pagamentos.
Passivos subordinados elegíveis como fundos próprios de base	Não	Justo Valor Valorização pelo método <i>Mark-to-Market</i> com base nos preços cotados em mercados ativos. Qualquer alteração subsequente relacionada com a qualidade creditícia do emitente não é considerada.

Os ativos por impostos diferidos referem-se, fundamentalmente, à diferença na valorização dos passivos de seguros e pensões nas demonstrações financeiras em relação à base fiscal do balanço. A diferença de valorização das responsabilidades de seguros entre o método contabilístico local e o método utilizado no âmbito de Solvência II faz aumentar estes ativos por impostos diferidos no balanço de Solvência II. Os passivos por impostos diferidos referem-se principalmente a diferenças na valorização de investimentos financeiros, imobiliários e intangíveis. A diferença de valorização das responsabilidades de seguro entre o método contabilístico local e o método utilizado no âmbito de Solvência II faz aumentar estes passivos por impostos diferidos no balanço de Solvência II. A maior parte dos ativos e passivos por impostos diferidos vencem durante o decurso normal do negócio, à medida que as responsabilidades de seguros e os investimentos maturam.

1.2 Diferenças significativas entre valorização no âmbito de Solvência II e normas contabilísticas locais

A tabela abaixo resume por classe material de ativo e passivo as diferenças mais significativas entre a valorização no âmbito de Solvência II e sob as normas contabilísticas locais (doravante designadas “GAAP local”). Relativamente aos ajustamentos entre a posição financeira estatutária e o balanço de solvência da Companhia, remete-se a informação para o *template* de reporte quantitativo SE.02.01.16 que acompanha anexo o presente documento.

Classe de Ativo	Diferenças base, métodos e principais pressupostos utilizados para o reporte financeiro
<i>Goodwill</i>	No âmbito de Solvência II, todos os ativos intangíveis são valorizados a zero. De acordo com GAAP local, a Companhia valoriza os seus intangíveis pelo custo amortizado (se prazo de vida finito) ou pelo custo histórico menos qualquer imparidade (se prazo de vida indefinido).
Custos de aquisição diferidos	Sob Solvência II, está incluído na valorização das provisões técnicas. Em GAAP local, são separadamente valorizados de acordo com o período dos ganhos.
Intangíveis	De acordo com Solvência II, todos os ativos intangíveis são valorizados a zero. Sob GAAP local, a Companhia valoriza os seus ativos intangíveis pelo custo amortizado (se prazo de vida finito) ou pelo custo histórico menos qualquer imparidade (se prazo de vida indefinido).
Investimentos em imobiliário e PPE	Sob Solvência II, o investimento em imobiliário é valorizado ao justo valor. Para efeitos de GAAP local, a Companhia utiliza a abordagem do custo amortizado.
Participações	Em GAAP local, são valorizados com base no método da equivalência patrimonial. Em Solvência II, o <i>goodwill</i> associado é eliminado.

Classe de Ativo	Diferenças base, métodos e principais pressupostos utilizados para o reporte financeiro
Investimentos financeiros detidos até à maturidade	De acordo com GAAP local, alguns títulos de dívida soberana e corporativa são valorizados ao custo amortizado menos qualquer imparidade, enquanto sob Solvência II estes ativos são valorizados ao justo valor.
Outros depósitos que não caixa e seus equivalentes	Sob GAAP local, estes depósitos são valorizados ao custo amortizado, enquanto em Solvência II são ao justo valor.
Empréstimos e empréstimos hipotecários a particulares; Outros empréstimos; Empréstimos sobre apólices	Em GAAP local, os empréstimos e recebimentos são valorizados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva menos imparidades, enquanto sob Solvência II são valorizados ao justo valor.
Classe de Passivo	Diferenças base, métodos e principais pressupostos utilizados para o reporte financeiro
Passivos contingentes	De acordo com Solvência II, os passivos contingentes são valorizados ao justo valor baseando-se no valor presente esperado dos fluxos de caixa, utilizando a taxa de juro sem risco relevante e um número razoável de cenários. Se não poderem ser valorizados de um modo consistente, estes passivos são valorizados a zero. Em GAAP local, os passivos contingentes também são valorizados a zero em determinadas situações.
Depósitos de resseguradores; Dívidas a instituições de crédito	Em Solvência II, os depósitos de longo prazo e dívida a instituições de crédito são valorizados aplicando a metodologia dos fluxos de caixa descontados. A alteração da qualidade creditícia da Companhia é excluída desta valorização. Sob GAAP local, estes depósitos são valorizados ao custo histórico.
Passivos subordinados	Sob Solvência II, os empréstimos subordinados de longo prazo são valorizados aplicando a metodologia dos fluxos de caixa descontados. Qualquer alteração da qualidade creditícia da Companhia é excluída desta valorização. Em GAAP local, estes passivos são valorizados ao custo histórico.

No quadro abaixo, apresentam-se as principais diferenças entre o balanço estatutário e o de Solvência II (valores em milhares de euros).

	Solvência II	Contas Estatutárias	Variação
Ativo			
Ativos Intangíveis	0	3.788	-3.788
Ativos por Impostos Diferidos	38.347	21.536	16.811
Investimentos (excluindo <i>Index-Linked</i> e <i>Unit-Linked</i>)	5.161.822	5.088.453	73.369
Recuperáveis de Resseguro	4.201	4.203	-2
Ativo Total	10.176.871	10.090.481	86.390
Passivo			
Provisões Técnicas Vida (excluindo <i>Index-Linked</i> e <i>Unit-Linked</i>)	4.650.843	4.535.651	115.192
Provisões Técnicas Vida (apenas <i>Index-Linked</i> e <i>Unit-Linked</i>)	4.897.531	4.917.536	-20.006
Passivos por Impostos Diferidos	9.257	0	9.257
Passivo Total	9.728.158	9.623.715	104.443

2 Valorização das Provisões Técnicas

2.1 Valorização geral das provisões técnicas

O valor das provisões técnicas em Solvência II é igual à soma da melhor estimativa das responsabilidades e da margem de risco. Para calcular a melhor estimativa das responsabilidades, é feita a média ponderada da probabilidade de ocorrência do valor atual esperado de todos os fluxos de caixa futuros com base na curva de taxas de juro sem risco, enquanto a margem de risco representa o custo de capital associado aos riscos não-cobertos incluídos no cálculo da melhor estimativa.

A informação quantitativa sobre as provisões técnicas da Companhia (melhor estimativa das responsabilidades e margem de risco) encontra-se disponível em anexo pelos *templates* de reporte SE.02.01.16 (balanço) e S.12.01.01 (provisões técnicas de Vida e Doença através de técnicas semelhantes a Vida).

O horizonte temporal usado no cálculo da melhor estimativa é o tempo de vida útil completo das responsabilidades de (re)seguro à data da avaliação. A determinação da vida útil da carteira de (re)seguro baseia-se nos limites dos contratos e nos pressupostos sobre quando é que estas responsabilidades podem ser liquidadas, canceladas ou expiradas. Os limites dos contratos são definidos nas especificações técnicas da EIOPA como:

- Nos casos em que a seguradora ou resseguradora tem o direito unilateral de terminar o contrato, um direito unilateral de rejeitar os prémios pagos sob o contrato ou uma capacidade ilimitada de alterar os prémios ou benefícios a pagar ao abrigo do contrato em algum momento do futuro, qualquer obrigação que esteja relacionada com coberturas de seguro ou de resseguro e a qual tenha sido fornecida pela companhia de seguros ou resseguradora após essa data não pertencem ao contrato existente;
- Quando a seguradora ou resseguradora tem o direito unilateral de terminar o contrato ou unilateralmente rejeitar os prémios ou a capacidade ilimitada de alterar os prémios ou

benefícios relacionados unicamente com uma parte do contrato, o mesmo princípio como acima definido deverá ser aplicado apenas a essa parte;

- (c) Todas as outras obrigações relacionadas com os termos e condições do contrato.

O desconto dos fluxos de caixa é efetuado para todas as entradas e saídas relevantes de fluxos de caixa, por exemplo prémios e sinistros pagos. De modo a simplificar o processo, espera-se que os fluxos de caixa apareçam no meio do ano. Este processo é realizado trimestralmente sobre dados anualizados, sendo o desconto efetuado com base nas curvas de taxa de juro indicadas pela EIOPA e ajustamento de volatilidade.

O negócio da Companhia é gerido de um modo mais granular do que as linhas de negócio ao nível de Solvência II.

Todas as despesas a incorrer devido ao serviço das responsabilidades de seguros e resseguros são consideradas. Elas incluem despesas operacionais diretas e despesas gerais da atividade. As despesas associadas a contratos de resseguro e de sociedades de propósito especial (doravante designadas “SPE’s”) são incluídas no cálculo bruto da melhor estimativa, quando existentes.

Os pressupostos de inflação são consistentes com os restantes pressupostos económicos tomados. Isto implica que a taxa de inflação depende do prazo e é definida em relação aos instrumentos de inflação disponíveis. As taxas de inflação são justificáveis quando forem comparadas com fontes de informação externas, tais como os Índices de Preços do Consumidor ou do Produtor.

O total das comissões alocadas representa as comissões reais do exercício reportado e abrangem as comissões de aquisição, renovação, bónus e *claw-back* de comissões não-adquiridas em caso de anulação.

2.2 Provisões técnicas de Vida

2.2.1 Pressupostos não-económicos

2.2.1.1 Granularidade

Todas as apólices são processadas separadamente seguindo os pressupostos da melhor estimativa, sendo depois reagrupadas em grupos de risco homogéneos. Um grupo de riscos homogéneos é um conjunto de apólices que são geridas em conjunto e que possuem características de risco ou de exposição ao risco semelhantes. A classificação é específica para cada entidade operacional e produto. O reagrupamento em grupos de risco homogéneos é agregado através das linhas de negócio de Solvência II.

2.2.1.2 Mortalidade e longevidade

Os pressupostos da melhor estimativa para mortalidade e longevidade são definidos com base na análise estatística dos dados da experiência histórica da Companhia e/ou dados externos observáveis. Os pressupostos da melhor estimativa incluem alterações de tendências, caso sejam significativas para a natureza de longo prazo dos riscos de subscrição. A experiência

comparável do mercado é utilizada se os dados da Companhia não estiverem disponíveis ou não forem fiáveis. Se forem utilizadas tabelas normalizadas de mortalidade, terá de se demonstrar uma justificação que represente a experiência da Companhia.

2.2.1.3 Mortalidade e invalidez

Os pressupostos para o cálculo da mortalidade e invalidez são definidos segundo análises/estudos estatísticos sobre os dados históricos da Companhia e/ou dados externos observáveis. Em relação à incapacidade, poderá ser utilizada a experiência de mercado que seja credível, quando a Companhia acreditar que representa uma experiência comparável com a sua. De outra forma será utilizada uma tarifa conforme as taxas de incidência de invalidez.

2.2.1.4 Descontinuidade, persistência, resgates e pagamentos

Todos estes termos referem-se a um evento em que o tomador do seguro opta por cancelar, alterar ou resgatar o contrato, cessando pagamentos, reduzindo prémios ou resgatando parte ou a totalidade do valor que tinha acumulado na apólice até à data. São realizados estudos de descontinuidade com base nos dados da experiência histórica.

2.2.1.5 Pressupostos de persistência e renovação dos prémios

A persistência de prémios é o pressuposto que inclui futuros pagamentos de prémios não contratuais (por exemplo, sobre o negócio de prémios únicos ou prémios regulares) cujos pagamentos sejam razoavelmente esperados ao abrigo de um contrato celebrado.

Outras formas de persistência, como a indexação salarial e os novos participantes num sistema de grupo, são tratados de forma semelhante à persistência de prémios. Estes pressupostos refletem a melhor estimativa das expectativas futuras de tais eventos.

O pressuposto de renovação é o pressuposto em que um contrato será renovado depois da data de vencimento ou após o término do período garantido. As renovações são incluídas na valorização e espera-se que sejam pagas após a renovação, considerando os limites do contrato ao abrigo das diretrizes de Solvência II. Por exemplo, todas as apólices de seguro de renovação anual não são renovadas após 1 ano, a menos que os prémios sejam garantidos à data de início da subscrição do contrato.

2.2.1.6 Despesas

Adicionalmente à descrição genérica, as despesas excluem encargos de investimento para gerir ativos que já tenham sido separadamente projetados. As despesas relacionadas com a carteira de seguros são divididas de acordo com a sua natureza, entre despesas de aquisição e de manutenção. As despesas de aquisição dizem respeito à venda de novos produtos e incluem comissões e custos com *marketing*. As despesas de manutenção são todas as outras despesas, tais como salários, imóveis, custos de gestão de sinistros e de desenvolvimento, não estando diretamente ligadas às vendas de novos produtos.

2.2.1.7 Opções e garantias no cálculo das provisões técnicas

2.2.1.7.1 Opções e garantias

Quando calcula a melhor estimativa, a Companhia identifica e tem em consideração:

- Todas as garantias financeiras e opções contratuais incluídas nos seus contratos de seguro;
- Todos os fatores que podem influenciar a probabilidade dos tomadores de seguro exercerem as opções contratuais ou o valor das garantias.

Opção Contratual

Uma opção contratual é definida como o direito de alteração dos benefícios, a ser aplicada por decisão do seu tomador (geralmente o tomador do seguro), nos termos antecipadamente estabelecidos. Deste modo, para acionar uma opção, é necessária uma decisão deliberada do tomador de seguro.

Garantia Financeira

Uma garantia financeira está presente quando existe a possibilidade de passar perdas para a Companhia ou de receber benefícios adicionais em resultado de alterações das variáveis financeiras (isoladas ou em conjunto com variáveis não-financeiras, por exemplo o retorno da carteira de investimentos subjacente, performance dos índices, etc.). Em caso de garantias, a ação é geralmente automática (o mecanismo deverá ser definido nos termos e condições da apólice), e esta não depende de uma decisão deliberada do tomador do seguro/beneficiário. Em termos financeiros, uma garantia é semelhante à valorização da opção.

Alguns exemplos de opções contratuais e garantias financeiras, existentes na Companhia, incluem (lista não exaustiva):

- Cláusulas de participação nos resultados;
- Taxas de bônus ou de juro garantidas que são pagas aos tomadores de seguro a cada ano;
- Opção do valor de resgate, onde o tomador de seguro tem o direito de resgatar a pólise, total ou parcialmente, e receber um montante fixo predefinido de reembolso;
- Opção de apólice com pagamentos regulares, onde o tomador tem o direito de interromper o pagamento dos prémios e alterar a apólice para um estado de pago;
- Opção de conversão da apólice, onde o tomador de seguro tem o direito de converter uma apólice noutra para termos e condições pré-especificados;
- Aumento do valor da cobertura ou benefícios adicionais, sem exames médicos adicionais;
- Taxas de prémio garantidas para o negócio de proteção.

Garantias não-financeiras

Existem igualmente garantias não-financeiras, onde os benefícios oferecidos serão orientados pela evolução das variáveis não-financeiras, tais como os prémios de reativação em resseguros, ajustamentos da experiência em prémios futuros após um histórico de subscrição favorável (por exemplo, desconto garantido por ausência de sinistros). Quando estas garantias forem materiais, o cálculo das provisões técnicas deverá também considerar o seu valor.

Os exemplos de opções não-financeiras e garantias incluem (lista não exaustiva):

- Opção de conversão da apólice, onde o tomador do seguro tem o direito de converter uma apólice para outra nos termos e condições predefinidos;
- Opção de cobertura alargada, onde o tomador do seguro tem o direito de alargar o período de cobertura na data de vencimento do contrato original, sem exames médicos adicionais;
- Aumento do valor da cobertura ou benefícios adicionais, sem exames médicos adicionais;
- Taxas de prémio garantidas para o negócio de proteção.

Taxa de participação nos resultados

A participação nos resultados pode ser discricionária ou não-discricionária. A modelização da participação nos resultados não-discricionária acompanha a obrigação contratual da apólice. A participação nos resultados discricionária é modelizada de acordo com a alocação de lucros da melhor estimativa entre os intervenientes, tendo em atenção o anterior modelo discricionário, comunicação externa passada, influência das práticas de mercado, etc.. A taxa de participação nos resultados deverá ser defendida de um modo consistente com os retornos futuros dos investimentos assumidos.

Os ativos residuais que existirem no final da projeção, aos quais a participação nos resultados deveria ter sido aplicável, se a projeção não tivesse terminado, deverão ser também divididos entre a apólice e os acionistas, de acordo com os pressupostos de participação nos resultados.

2.2.1.7.2 Melhor estimativa na avaliação das opções e garantias

A melhor estimativa na avaliação das opções contratuais e das garantias financeiras é efetuada utilizando uma ou mais das seguintes metodologias. Uma aproximação estocástica utilizando, por exemplo, um modelo de ativos consistente com o mercado – isto inclui soluções de fórmulas estatísticas de forma fechada e aproximações de simulação estocástica que a Companhia aplica no mecanismo de cálculo. Esta é considerada uma abordagem adequada e consistente com o mercado para as projeções de preços e rendimentos de ativos (tais como preços de ações, taxas de juro fixas e rendimentos de imóveis) e para o impacto de quaisquer ações previsíveis tomadas pelos órgãos de gestão.

É utilizada uma metodologia de simulação onde os fluxos de caixa são altamente dependentes da trajetória, que é frequentemente o caso de quando opções e garantias estão presentes. A não linearidade deve ser, então, permitida quando julgada apropriada e material.

2.2.1.7.3 Possíveis simplificações aplicadas

Não são aplicadas simplificações relevantes.

2.2.1.7.4 Ações de gestão

As ações de gestão mais relevantes para a valorização das provisões técnicas estão relacionadas com a participação nos resultados. A distribuição dos benefícios futuros discricionários é uma ação de gestão e os pressupostos sobre eles são objetivos, realistas e verificáveis. Em particular, os pressupostos sobre a distribuição dos benefícios futuros discricionários levam em consideração as características relevantes e materiais do mecanismo para a sua distribuição.

2.2.2 Pressupostos económicos

2.2.2.1 Alocação de ativos

Os ativos são divididos entre os que suportam os fundos próprios da Companhia e os que suportam as provisões técnicas, tal como requerido na Política da Estrutura de Investimentos.

2.2.2.2 Taxa de referência e de desconto

A Companhia tem usado a estrutura de taxas de juro sem risco de referência, em conformidade com os parâmetros definidos pela EIOPA. Em cima disto, aplica ainda o ajustamento de volatilidade (VA), que se deriva de acordo com especificações técnicas da EIOPA.

A curva de taxas de juro sem risco é obtida pela curva *forward* de instrumentos de mercado sem cupão, sendo depois linearmente reduzida em 10 pontos base até 35 pontos base de *spread* de crédito até ao chamado “último ponto líquido da curva”. Esta última curva é obtida a partir da curva *swap* observável no mercado, que disponibiliza as taxas de juro até 20 anos para o Euro. Para as taxas de juro além desta maturidade, é usado o método de extrapolação Smith-Wilson para convergir do último ponto líquido disponível em mercado para uma taxa futura incondicional de longo prazo. Neste âmbito, a Companhia aplica um período de convergência de 40 anos para alinhar com o recomendado pelas diretrizes de Solvência II e que é aplicado pelos seus pares.

2.2.2.3 Volatilidades

São definidas volatilidades para cada fator de risco, que podem ser largamente categorizadas em determinadas classes de ativos. A abordagem preferida é a utilização de volatilidades implícitas, quando estão disponíveis e são aplicáveis. Quando estas volatilidades não estiverem disponíveis ou não forem aplicáveis, são utilizadas, em alternativa, as volatilidades históricas. Os cenários utilizados no cenário económico gerado são calibrados para estarem ajustados aos dados do mercado na data de avaliação.

2.2.2.4 Correlações

As correlações são definidas entre cada classe de ativo de ações, imobiliário e rendimento fixo.

2.2.2.5 Valorização estocástica

Finalmente, com base nos pressupostos económicos e não-económicos, a melhor estimativa das responsabilidades é calculada seguindo princípios consistentes com o mercado, os quais necessitam da utilização de técnicas de valorização estocásticas (simulação Monte Carlo), onde o valor das opções e garantias é considerado.

2.3 O nível de incerteza no montante das provisões técnicas

Devido à incerteza dos eventos futuros, qualquer modelização de fluxos de caixa futuros (implícita ou explicitamente contida na metodologia de avaliação) será necessariamente imperfeita, levando a um certo grau de imprecisão e imprecisão na medida (ou erro de modelo). Uma avaliação anual do modelo é realizada, a fim de rever qualquer potencial recurso de

modelização que esteja a faltar no modelo e possa ser significativo para a determinação da melhor estimativa.

Tal avaliação do modelo de erro pode ser realizada por julgamento de especialistas ou por abordagens mais sofisticadas, por exemplo:

- Análise de sensibilidade no enquadramento do modelo aplicado: isto significa variação dos parâmetros e/ou dos dados, observando assim o intervalo onde se pode situar a melhor estimativa;
- Comparação com os resultados de outros métodos: a aplicação de diferentes métodos fornece intuições sobre possíveis erros de modelo. Estes métodos não precisarão de ser necessariamente mais complexos;
- Estatística descritiva: em alguns casos o modelo aplicado permite a derivação de estatística descritiva sobre o erro de estimação contido na estimação;
- *Back-testing*: comparando os resultados da estimação contra a experiência pode ajudar a identificar desvios sistémicos, os quais são devido a deficiências da modelização;
- Cenário de avaliação quantitativa como *benchmarking*.

2.4 Uso de medidas de longo prazo: ajustamento de volatilidade

De acordo com o capítulo VIII da norma regulamentar n.º 6/2015-R, o pedido para a utilização de medidas de longo prazo teria de ser formalizado à ASF até ao dia 20 de Maio de 2016. Nesse sentido, o pedido de aprovação para uso do ajustamento de volatilidade (doravante designado “VA”) pela Companhia, de acordo com a alínea a) do artigo 24.º da norma regulamentar n.º 6/2015-R, foi considerado entregue e completo por parte da ASF na referida data, tendo sido posteriormente aprovado em julho do mesmo ano, efetivando-se retroativamente a partir do dia 1 de janeiro de 2016.

O uso do VA destina-se a evitar a existência de um comportamento pró-cíclico no balanço da Companhia quando os preços dos ativos (nomeadamente títulos de dívida) se deterioram, fundamentalmente por falta de liquidez mas também devido a uma situação de expansão excecional dos *spreads* de crédito muito além dos valores considerados explicados pelos princípios fundamentais da economia e funcionamento dos mercados financeiros.

Esta técnica procura promover a estabilidade dos rácios de capital da Companhia pelo ajustamento dos montantes de melhor estimativa das responsabilidades (redução), traduzindo-se, assim, num aumento direto dos itens de capital disponível para cobrir o SCR e o MCR, mas também indiretamente através das suas implicações no cálculo dos mesmos requisitos de capital, resultado dos regulamentos e diretrizes em vigor.

Deve ressaltar-se que a aplicação do VA não deverá implicar uma mudança dos regulamentos relacionados com os Riscos Financeiros com o intuito de se retirar algum tipo de benefício pela utilização desta medida; pelo contrário, os regulamentos relacionados com os Riscos Financeiros em vigor deverão continuar a ter em conta o apetite ao risco, o perfil temporal do negócio e as necessidades de liquidez inerentes, aplicando os princípios a uma gestão sã e prudente.

2.5 Impacto da redução do ajustamento de volatilidade a zero

Uma vez que o perfil temporal do negócio da Companhia é de longo prazo, em princípio esta não estará economicamente exposta à volatilidade dos *spreads* de curto prazo. A Solvência II reconhece este princípio e define o VA para compensar a falta de liquidez das responsabilidades de seguros nos fundos próprios da Companhia. Valorizando o balanço sob o pressuposto de que qualquer prémio de ilíquidez (VA) não se materializará quando calculada a melhor estimativa das responsabilidades de seguros da Companhia, permite ter uma visão sobre o impacto desta ilíquidez de curto prazo sobre o seu passivo.

A informação quantitativa sobre o impacto da utilização desta medida encontra-se disponível em anexo pelo *template* de reporte S.22.01.01 (impacto das medidas de longo prazo e de transição).

2.6 Impacto das medidas de transição: medida transitória para as provisões técnicas

De acordo com o capítulo VIII da norma regulamentar n.º 6/2015-R, o pedido para a utilização de medidas de transição teria de ser formalizado à ASF até ao dia 20 de maio de 2016. Nesse sentido, o pedido de aprovação para uso da medida transitória para as provisões técnicas (doravante designada “TTP”) pela Companhia, de acordo com a alínea a) do artigo 38.º da norma regulamentar n.º 6/2015-R, foi considerado entregue e completo por parte da ASF na referida data, tendo sido posteriormente aprovado em agosto do mesmo ano, efetivando-se retroativamente a partir do dia 1 de janeiro de 2016.

O âmbito da aplicação da TTP na Companhia são os Produtos de Poupança (Capitalização) e PPR, tendo sido usada no cálculo deste montante de dedução uma segmentação idêntica às linhas de negócio tal como no Ato Delegado 2015/35 da Comissão Europeia, de 10 de outubro de 2014.

Em traços gerais, a utilização da medida TTP visa garantir uma maior flexibilidade em termos da gestão de capital da Companhia, sobretudo pela redução (linearmente decrescente) do impacto do ajustamento da valorização das provisões técnicas em balanço de solvência *versus* a posição estatutária por um período de 16 anos, ou seja, com data-fim no ano de 2032. Assim, garante-se uma transição mais gradual para o novo regime de Solvência II.

A informação quantitativa sobre o impacto da utilização desta medida encontra-se disponível em anexo pelo *template* de reporte S.22.01.01 (impacto das medidas de longo prazo e de transição).

2.7 Explicação das diferenças mais significativas entre base, métodos e pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas no âmbito de Solvência II e de acordo com as normas contabilísticas locais

As provisões técnicas calculadas no âmbito de Solvência II são sujeitas aos requisitos de valorização presentes nos Atos Delegados da EIOPA, pelos quais “o valor das provisões deve ser igual à soma das melhores estimativas e de uma margem de risco” e “a melhor estimativa deve corresponder à probabilidade média dos fluxos de caixa futuros, tendo em conta o valor

temporal da moeda (...)" Estes princípios não são os mesmos que os considerados nas normas contabilísticas locais (GAAP local).

As principais diferenças entre as duas formas de cálculo resumem-se pelos pontos seguintes:

- Segmentação: os requisitos de segmentação no reporte de Solvência II são diferentes dos utilizados em GAAP local;
- Limites dos contratos: em GAAP local são constituídas reservas para todas as apólices que tenham sido aceites até à data de valorização e cujos prémios já tenham sido emitidos; de acordo com Solvência II, as apólices que estavam legalmente obrigadas a serem subscritas na data de valorização, mesmo que não tenham sido iniciadas ou os prémios ainda não tenham sido pagos, também deverão ser consideradas;
- Princípios de reserva: em GAAP local os elementos de prudência são incluídos nas reservas, explícita ou implicitamente; no âmbito de Solvência II tal abordagem não é aceitável, tendo que se estimar as reservas com base numa melhor estimativa e uma margem de risco adicional;
- Desconto: em GAAP local a maioria das reservas de Vida não são descontadas, ao contrário de Solvência II, sendo esta uma mudança importante que exigirá a projeção de fluxos de caixa futuros para todos os tipos de reservas.
- Margem de risco: embora existam margens de prudência nas reservas calculadas de acordo com GAAP local, os requisitos de Solvência II exigem que a margem de risco tenha de ser calculada pela consideração do custo de capital associado aos riscos não-transferíveis no balanço da Companhia.

Relativamente ao cálculo das provisões técnicas em 31 dezembro de 2016, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades da Companhia, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica das carteiras. Os fluxos de caixa futuros são avaliados através do modelo interno de *Embedded Value* e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco.

Os pressupostos de mortalidade usados tiveram por base a segmentação apresentada no quadro abaixo.

	2016	
	Masculino	Feminino
Vida Risco		
Vida Ativa	65% GKM95	62,5% GKF95
Crédito Habitação	42,5% GKM95	42,5% GKF95
Crédito Pessoal	45% GKM95	40% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	37,5% GKM95	42,5% GKF95

E

GESTÃO DO CAPITAL

1 Informação sobre gestão de capital relativamente aos fundos próprios

1.1 Descrição dos objetivos, regulamentos e processos aplicados à gestão dos fundos próprios, incluindo informação relativa ao horizonte temporal considerado nos planos de negócio e a qualquer alteração significativa em respeito ao atual período de reporte

O principal objetivo do processo de gestão de capital é otimizar a estrutura, composição e alocação do capital da Companhia, de modo a suportar um crescimento futuro rentável e garantindo a viabilidade da política de dividendos corrente.

A Companhia tem em vigor um regulamento de gestão de capital que define um conjunto de regras, visando assegurar o critério necessário ao desenvolvimento dos seguintes momentos:

- Planeamento de Capital – o nível de capital que a Companhia deverá reter, o qual será função dos seguintes aspetos: requisitos legais ou de alinhamento com o Regulamento de Apetite ao Risco em vigor, ambição de crescimento futuro, ou pela antecipação da alteração de determinadas variáveis exógenas que possam por em causa a sua solvência;
- Alocação de Capital – otimização da função risco-retorno tendo em conta os limites de exposição ao risco definidos no Regulamento de Apetite ao Risco e o retorno objetivo, em paralelo com a análise da performance histórica dos potenciais investimentos a serem realizados;
- Política de dividendos.

Os regulamentos e processos constituintes da gestão de capital estão incluídos nos sistemas de gestão de risco, ORSA e procedimentos de controlo interno da Companhia, tal como descrito na Secção B – Sistema de Governação dos capítulos 3 e 4.

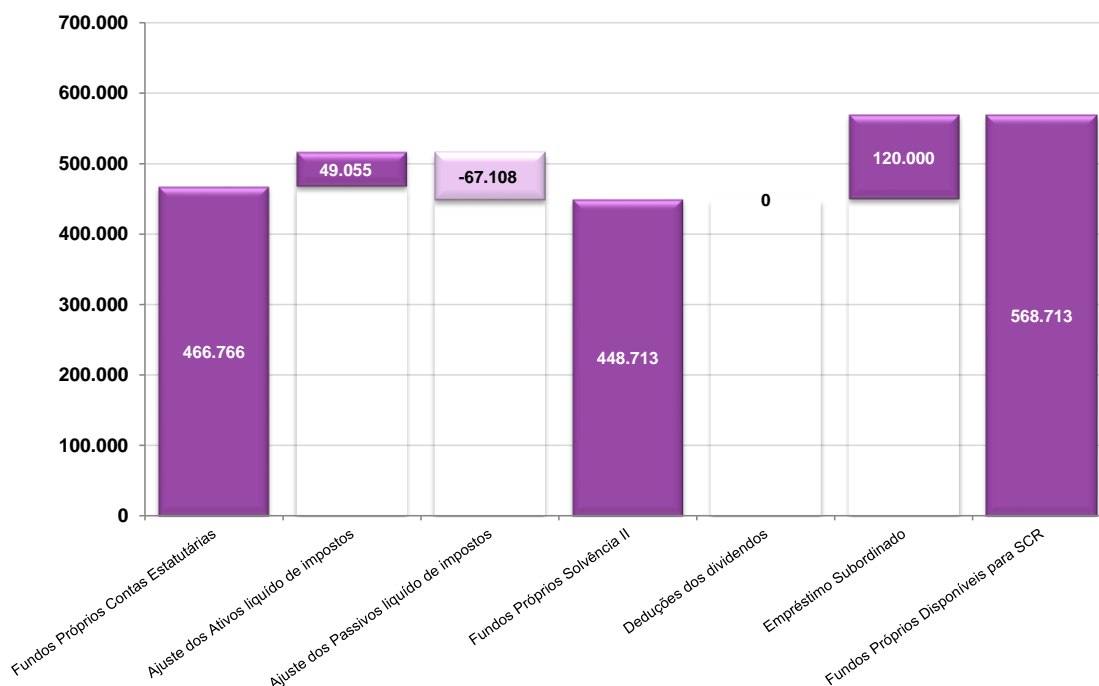
O Orçamento Plurianual da Companhia é revisto anualmente e faz uma projeção para os 5 anos seguintes, sendo que no processo do ORSA são considerados apenas 3 anos.

1.2 Informação sobre a estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios de base e auxiliares

No que respeita à composição dos fundos próprios, remete-se a informação para o *template* de reporte quantitativo S.23.01.01 que se apresenta parcialmente no ponto seguinte, ou versão completa em anexo.

No entanto, importa desde já referir que no final de 2016, a Companhia não dispunha de quaisquer fundos próprios auxiliares, muito embora tenha sido contratado um empréstimo subordinado no montante de 120.000 milhares de euros, garantido pela Ageas (51%) e pelo Millennium BCP (49%), sendo elegível como fundo próprio de base para cobertura de requisito de capital durante o período de transição, de acordo com a legislação em vigor.

No esquema abaixo é possível verificar as diferenças de valorização que impactam o montante dos fundos próprios, entre contas estatutárias e solvência II, os montantes são apresentados em milhares de euros:



1.3 Fundos próprios elegíveis para cobertura do SCR e MCR classificados por níveis

No que respeita à composição dos fundos próprios elegíveis para cobertura de SCR/MCR e rácios de Solvência II a 31 de dezembro de 2016, apresenta-se (parcialmente) abaixo a informação quantitativa parte do *template* de reporte S.23.01.01, que se encontra anexo ao presente documento (valores em milhares de euros).

		Nível 1 - não restrito	Nível 1- restrito	Nível 2	Nível 3
Fundos Próprios Elegíveis para SCR	568.713	419.623	104.906	15.094	29.090
Fundos Próprios Elegíveis para MCR	539.623	419.623	104.906	15.094	
Requisito de Capital de Solvência II (SCR)	235.577				
Requisito Mínimo de Capital de Solvência II (MCR)	106.010				
Rácio de Solvência II (SCR)	241,41%				
Rácio de Solvência II (MCR)	509,03%				

1.4 Explicação qualitativa sobre as diferenças entre capital próprio de acordo com a informação nas demonstrações financeiras e fundos próprios disponíveis apurados em ambiente de Solvência II

As diferenças entre o ativo líquido da Companhia calculados de acordo com as normas contabilísticas locais (GAAP local) e os fundos próprios disponíveis apurados em ambiente de Solvência II surgem, fundamentalmente, devido a:

- Reclassificação de passivos subordinados;
- Diferenças na valorização de ativos e passivos não reconhecidos ao justo valor (em GAAP local):
 - Investimentos diretos em imobiliário e outros ativos a deter até à maturidade são reconhecidos ao custo amortizado;
 - Passivos provenientes de contratos de seguro ou investimento não são reconhecidos ao justo valor;
- Desreconhecimento da rubrica *goodwill* e outros ativos intangíveis em Solvência II;
- Desreconhecimento de participações não-maioritárias em outras empresas;
- Dedução dos dividendos propostos/esperados (em linha com o Regulamento de Apetite ao Risco, é expectável um *dividend payout ratio* anual na ordem dos 40-50%).

Restrições ao nível das reservas de capital e sua transferibilidade e fungibilidade

A gestão de capital da Companhia tem como objetivo contribuir para a otimização do seu grau de alavancagem financeira, tendo em conta as limitações existentes no que toca ao nível da constituição de reservas localmente exigida, bem como as regras de capital mínimo requerido em ambiente de Solvência II.

Reserva legal

Pela legislação portuguesa, cada companhia de seguros é obrigada a reter anualmente 5% do seu resultado líquido como reserva legal, até que a mesma corresponda a 20% do capital social da empresa. A reserva legal não pode ser utilizada no âmbito da distribuição de resultados pelo pagamento de dividendos aos acionistas.

Transferibilidade

Não aplicável

Fungibilidade

Não aplicável

Aumentos de capital

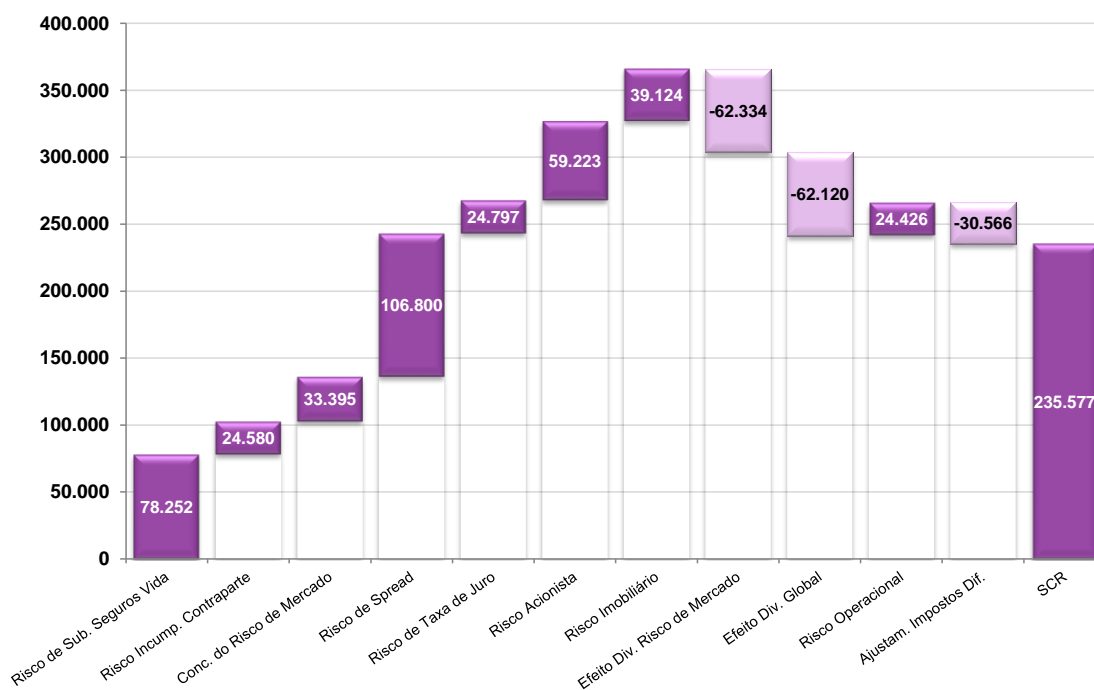
Não aplicável

2 Informação sobre o SCR/MCR

2.1 Informação quantitativa sobre o SCR e os módulos de risco que o compõem, calculados pela fórmula-padrão da EIOPA

No que respeita à decomposição do SCR pelos seus diferentes módulos de risco, remete-se a informação para o *template* de reporte quantitativo S.25.01.01 que acompanha anexo o presente documento.

De realçar que o cálculo do requisito de capital de Solvência II da Companhia sustenta-se somente na fórmula-padrão definida pela EIOPA, não sendo usado qualquer modelo interno total ou parcial.



Se se considerar o valor de SCR sem o montante de ajustamento/absorção dos ativos por impostos diferidos (-30.566 milhares de euros, como se apresenta no esquema acima), o montante de SCR e por consequência o rácio de Solvência II diminuem, como se mostra no quadro seguinte.

		Nível 1 - não restrito	Nível 1- restrito	Nível 2	Nível 3
Fundos Próprios Elegíveis para SCR	568.713	419.623	104.906	15.094	29.090
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	266.144				
Rácio de cobertura Solvência II (SCR)	213,69%				

3 Informação sobre o modelo interno parcial usado no cálculo do SCR e MCR

Não aplicável.

4 Informação Adicional

Sem informação a acrescentar.

Anexos – Informação Quantitativa

(em milhares de euros)

SE.02.01.16: Balance sheet (ativo)

		Solvency II value	Statutory accounts value
		C0010	C0020
Assets			
Goodwill	R0010		0
Deferred acquisition costs	R0020		0
Intangible assets	R0030	0	3.788
Deferred tax assets	R0040	38.347	21.536
Pension benefit surplus	R0050	0	0
Property, plant & equipment held for own use	R0060	2.251	2.251
<i>Investments (other than assets held for index-linked and unit-linked contracts)</i>	R0070	5.161.822	5.088.453
Property (other than for own use)	R0080	1.812	1.600
Holdings in related undertakings, including participations	R0090	0	0
<i>Equities</i>	R0100	10.023	10.023
Equities - listed	R0110	10.022	10.023
Equities - unlisted	R0120	1	0
<i>Bonds</i>	R0130	4.791.968	4.718.810
Government Bonds	R0140	3.034.122	2.935.114
Corporate Bonds	R0150	1.694.891	1.783.696
Structured notes	R0160	17.377	0
Collateralised securities	R0170	45.578	0
Collective Investments Undertakings	R0180	355.675	355.675
Derivatives	R0190	0	0
Deposits other than cash equivalents	R0200	2.345	2.345
Other investments	R0210	0	0
Assets held for index-linked and unit-linked contracts	R0220	4.918.484	4.918.484
<i>Loans and mortgages</i>	R0230	0	0
Loans on policies	R0240	0	0
Loans and mortgages to individuals	R0250	0	0
Other loans and mortgages	R0260	0	0
<i>Reinsurance recoverables from:</i>	R0270	4.201	4.203
<i>Non-life and health similar to non-life</i>	R0280		0
Non-life excluding health	R0290		0
Health similar to non-life	R0300		0
<i>Life and health similar to life, excluding health and index-linked and unit-linked</i>	R0310	4.201	4.203
Health similar to life	R0320		0
Life excluding health and index-linked and unit-linked	R0330	4.201	4.203
Life index-linked and unit-linked	R0340	0	0
Deposits to cedants	R0350	0	0
Insurance and intermediaries receivables	R0360	5.356	5.356
Reinsurance receivables	R0370	212	212
Receivables (trade, not insurance)	R0380	311	311
Own shares (held directly)	R0390	0	0
Amounts due in respect of own fund items or initial fund called up but not yet paid in	R0400	0	0
Cash and cash equivalents	R0410	36.692	36.692
Any other assets, not elsewhere shown	R0420	9.195	9.195
Total assets	R0500	10.176.871	10.090.481

SE.02.01.16: Balance sheet (passivo)

		Solvency II value	Statutory accounts value
		C0010	C0020
Liabilities			
<i>Technical provisions – non-life</i>	<i>R0510</i>	0	0
<i>Technical provisions – non-life (excluding health)</i>	<i>R0520</i>	0	0
TP calculated as a whole	R0530	0	
Best Estimate	R0540	0	
Risk margin	R0550	0	
<i>Technical provisions - health (similar to non-life)</i>	<i>R0560</i>	0	0
TP calculated as a whole	R0570	0	
Best Estimate	R0580	0	
Risk margin	R0590	0	
<i>Technical provisions - life (excluding index-linked and unit-linked)</i>	<i>R0600</i>	4.650.843	4.535.651
<i>Technical provisions - health (similar to life)</i>	<i>R0610</i>	0	0
TP calculated as a whole	R0620	0	
Best Estimate	R0630	0	
Risk margin	R0640	0	
<i>Technical provisions – life (excluding health and index-linked and unit-linked)</i>	<i>R0650</i>	4.650.843	4.535.651
TP calculated as a whole	R0660	0	
Best Estimate	R0670	4.608.517	
Risk margin	R0680	42.326	
<i>Technical provisions – index-linked and unit-linked</i>	<i>R0690</i>	4.897.531	4.917.536
TP calculated as a whole	R0700	4.917.536	
Best Estimate	R0710	-20.851	
Risk margin	R0720	845	
Other technical provisions	R0730	0	0
Contingent liabilities	R0740	0	0
Provisions other than technical provisions	R0750	2.960	2.960
Pension benefit obligations	R0760	2.503	2.503
Deposits from reinsurers	R0770	8.528	8.528
Deferred tax liabilities	R0780	9.257	0
Derivatives	R0790	0	0
<i>Debts owed to credit institutions</i>	<i>R0800</i>	0	0
Debts owed to credit institutions resident domestically	ER0801	0	
Debts owed to credit institutions resident in the euro area other than domestic	ER0802	0	
Debts owed to credit institutions resident in rest of the world	ER0803	0	
<i>Financial liabilities other than debts owed to credit institutions</i>	<i>R0810</i>	0	0
<i>debts owed to non-credit institutions</i>	<i>ER0811</i>	0	
debts owed to non-credit institutions resident domestically	ER0812	0	
debts owed to non-credit institutions resident in the euro area other than domestic	ER0813	0	
debts owed to non-credit institutions resident in rest of the world	ER0814	0	
other financial liabilities (debt securities issued)	ER0815	0	
Insurance & intermediaries payables	R0820	13.422	13.422
Reinsurance payables	R0830	3.789	3.789
Payables (trade, not insurance)	R0840	2.379	2.379
<i>Subordinated liabilities</i>	<i>R0850</i>	120.000	120.000
Subordinated liabilities not in BOF	R0860	0	0
Subordinated liabilities in BOF	R0870	120.000	120.000
Any other liabilities, not elsewhere shown	R0880	16.946	16.946
Total liabilities	R0900	9.728.158	9.623.715
<i>Excess of assets over liabilities</i>	<i>R1000</i>	448.713	466.766

S.05.01.01: Premiums, claims and expenses by line of business

		Line of Business for: life insurance obligations						Life reinsurance obligations		Total
		Health insurance	Insurance with profit participation	Index-linked and unit-linked insurance	Other life insurance	Annuities stemming from non-life insurance contracts and relating to health insurance obligations	Annuities stemming from non-life insurance contracts and relating to insurance obligations other than health insurance obligations	Health reinsurance	Life reinsurance	
		C0210	C0220	C0230	C0240	C0250	C0260	C0270	C0280	C0300
Premiums written										
Gross	R1410	0	458.503	806.103	143.658	0	0	0	0	1.408.265
Reinsurers' share	R1420	0	14.645	0	11.232	0	0	0	0	25.877
Net	R1500	0	443.858	806.103	132.427	0	0	0	0	1.382.388
Premiums earned										
Gross	R1510	0	458.520	806.103	135.507	0	0	0	0	1.400.130
Reinsurers' share	R1520	0	14.645	0	11.137	0	0	0	0	25.782
Net	R1600	0	443.875	806.103	124.370	0	0	0	0	1.374.348
Claims incurred										
Gross	R1610	0	407.739	0	43.263	0	0	0	0	451.003
Reinsurers' share	R1620	0	10.800	0	2.152	0	0	0	0	12.952
Net	R1700	0	396.939	0	41.111	0	0	0	0	438.050
Changes in other technical provisions										
Gross	R1710	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reinsurers' share	R1720	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Net	R1800	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Expenses incurred	R1900	0	21.161	16.538	24.419	0	0	0	0	62.119
Administrative expenses										
Gross	R1910	0	7.466	1.358	7.338	0	0	0	0	16.162
Reinsurers' share	R1920	0	5.123	0	4.716	0	0	0	0	9.839
Net	R2000	0	2.343	1.358	2.622	0	0	0	0	6.323
Investment management expenses										
Gross	R2010	0	17.136	14.917	19.828	0	0	0	0	51.881
Reinsurers' share	R2020	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Net	R2100	0	17.136	14.917	19.828	0	0	0	0	51.881
Claims management expenses										
Gross	R2110	0	120	0	330	0	0	0	0	450
Reinsurers' share	R2120	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Net	R2200	0	120	0	330	0	0	0	0	450
Acquisition expenses										
Gross	R2210	0	1.562	264	1.638	0	0	0	0	3.464
Reinsurers' share	R2220	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Net	R2300	0	1.562	264	1.638	0	0	0	0	3.464
Overhead expenses										
Gross	R2310	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reinsurers' share	R2320	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Net	R2400	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Other expenses	R2500									0
Total expenses	R2600									62.119
Total amount of surrenders	R2700	0	227.195	120.904	222	0	0	0	0	348.321

S.05.02.01: Premiums, claims and expenses by country

		Home Country	Top 5 countries (by amount of gross premiums written) - life obligations	Total Top 5 and home country
		C0220	C0230	C0280
Premiums written				
Gross	R1410	1.408.265	0	1.408.265
Reinsurers' share	R1420	25.877	0	25.877
Net	R1500	1.382.388	0	1.382.388
Premiums earned				
Gross	R1510	1.400.130	0	1.400.130
Reinsurers' share	R1520	25.782	0	25.782
Net	R1600	1.374.348	0	1.374.348
Claims incurred				
Gross	R1610	451.003	0	451.003
Reinsurers' share	R1620	12.952	0	12.952
Net	R1700	438.050	0	438.050
Changes in other technical provisions				
Gross	R1710	0	0	0
Reinsurers' share	R1720	0	0	0
Net	R1800	0	0	0
Expenses incurred	R1900	62.119	0	62.119
Other expenses	R2500			0
Total expenses	R2600			62.119

ANEXO

S.12.01.01: Life and Health SLT Technical Provisions

Technical provisions calculated as a whole

Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP as a whole

Technical provisions calculated as a sum of BE and RM

Best Estimate

Gross Best Estimate

Total recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterparty default

Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Re) before adjustment for expected losses

Recoverables from SPV before adjustment for expected losses

Recoverables from Finite Re before adjustment for expected losses

Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default

Best estimate minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re

Risk Margin

Amount of the transitional on Technical Provisions

Technical Provisions calculated as a whole

Best estimate

Risk margin

Technical provisions - total

Technical provisions minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re - total

Best Estimate of products with a surrender option

Gross BE for Cash flow

Cash out-flows

Future guaranteed and discretionary benefits

Future guaranteed benefits

Future discretionary benefits

Future expenses and other cash out-flows

Cash in-flows

Future premiums

Other cash in-flows

Percentage of gross Best Estimate calculated using approximations

Surrender value

Best estimate subject to transitional of the interest rate

Technical provisions without transitional on interest rate

Best estimate subject to volatility adjustment

Technical provisions without volatility adjustment and without others transitional measures

Best estimate subject to matching adjustment

Technical provisions without matching adjustment and without all the others

Insurance with profit participation	Index-linked and unit-linked insurance			Other life insurance		
		Contracts without options and guarantees	Contracts with options or guarantees		Contracts without options and guarantees	Contracts with options or guarantees
C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080
R0010	0	4.917.536		0		
R0020	0	0		0		
R0030	4.607.423	-20.851	0		44.964	209.213
R0040	0	0	0		0	0
R0050	100	0	0		4.103	0
R0060	0	0	0		0	0
R0070	0	0	0		0	0
R0080	100	0	0		4.101	0
R0090	4.607.322	-20.851	0		40.863	209.213
R0100	40.107	845		2.220		
R0110	0	0		0		
R0120	-226.887	0	0		0	-26.195
R0130	0	0		0		
R0200	4.420.642	4.897.531		230.201		
R0210	4.420.542	4.897.531		226.101		
R0220	4.598.082	-20.851		2.184		
R0230		4.917.536		326.935		
R0240	4.805.255					
R0250	15.836					
R0260	187.934	76.593		24.824		
R0270	-401.602	0		-97.582		
R0280	0	-97.444		0		
R0290	0	0		0		
R0300	227.195	120.904		222		
R0310	0	0		0		
R0320	4.647.529	4.897.531		256.396		
R0330	4.607.423	-20.851		254.177		
R0340	4.681.011	4.897.557		259.616		
R0350	0	0		0		
R0360	4.681.011	4.897.557		259.616		

S.12.01.01: Life and Health SLT Technical Provisions (cont.)

	Annuities stemming from non-life insurance contracts and relating to insurance obligation other than health insurance obligations	Accepted reinsurance				Accepted reinsurance Annuities stemming from non-life accepted insurance contracts and relating to insurance obligation other than health insurance obligations	Total (Life other than health insurance, incl. Unit-Linked)
			Insurance with profit participation	Index-linked and unit-linked insurance	Other life insurance		
	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0140	C0150
Technical provisions calculated as a whole							
Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP as a whole	R0010	0	0	0	0	0	4.917.536
	R0020	0	0	0	0	0	0
Technical provisions calculated as a sum of BE and RM							
Best Estimate							
Gross Best Estimate	R0030	0	0	0	0	0	4.840.748
Total recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0040	0	0				0
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Re) before adjustment for expected losses	R0050	0	0				4.203
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses	R0060	0	0				0
Recoverables from Finite Re before adjustment for expected losses	R0070	0	0				0
Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0080	0	0				4.201
Best estimate minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re	R0090	0	0				4.836.547
Risk Margin	R0100	0	0	0	0	0	43.172
Amount of the transitional on Technical Provisions							
Technical Provisions calculated as a whole	R0110	0	0				0
Best estimate	R0120	0	0				-253.082
Risk margin	R0130	0	0				0
Technical provisions - total	R0200	0	0				9.548.374
Technical provisions minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re - total	R0210	0	0	0	0	0	9.544.173
Best Estimate of products with a surrender option	R0220	0					4.579.415
Gross BE for Cash flow							
Cash out-flows							
Future guaranteed and discretionary benefits	R0230	0					
Future guaranteed benefits	R0240		0				
Future discretionary benefits	R0250		0				
Future expenses and other cash out-flows	R0260	0	0				289.352
Cash in-flows							
Future premiums	R0270	0	0				-499.184
Other cash in-flows	R0280	0	0				-97.444
Percentage of gross Best Estimate calculated using approximations	R0290	0	0				
Surrender value	R0300	0	0				348.321
Best estimate subject to transitional of the interest rate	R0310	0	0				0
Technical provisions without transitional on interest rate	R0320	0	0				9.801.456
Best estimate subject to volatility adjustment	R0330	0	0				4.840.748
Technical provisions without volatility adjustment and without others transitional measures	R0340	0	0				9.838.184
Best estimate subject to matching adjustment	R0350	0	0				0
Technical provisions without matching adjustment and without all the others	R0360	0	0				9.838.184

S.22.01.01: Impact of long term guarantees measures and transitionals

		Amount with Long Term Guarantee measures and transitionals	Impact of the LTG measures and transitionals (Step-by-step approach)								
			Without transitional on technical provisions	Impact of transitional on technical provisions	Without transitional on interest rate	Impact of transitional on interest rate	Without volatility adjustment and without other transitional measures	Impact of volatility adjustment set to zero	Without matching adjustment and without all the others	Impact of matching adjustment set to zero	Impact of all LTG measures and transitionals
			C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090
Technical provisions	R0010	4.608.517	4.861.599	253.082	0	0	4.898.300	36.701	4.898.300	0	289.783
Basic own funds	R0020	568.713	346.197	-222.516	0	0	309.497	-36.700	309.497	0	-259.216
Excess of assets over liabilities	R0030	448.713	226.197	-222.516	0	0	189.497	-36.700	189.497	0	-259.216
Restricted own funds due to ring-fencing and matching portfolio	R0040	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Eligible own funds to meet Solvency Capital Requirement	R0050	568.713	322.979	-245.733	0	0	286.422	-36.557	286.422	0	-282.291
Tier I	R0060	524.529	208.176	-316.353	0	0	162.301	-45.875	162.301	0	-362.228
Tier II	R0070	15.094	78.365	63.271	0	0	86.885	8.520	86.885	0	71.791
Tier III	R0080	29.090	36.439	7.349	0	0	37.236	798	37.236	0	8.146
Solvency Capital Requirement	R0090	235.577	242.926	7.349	0	0	248.243	5.317	248.243	0	12.666
Eligible own funds to meet Minimum Capital Requirement	R0100	568.713	322.979	-245.733	0	0	286.422	-36.557	286.422	0	-282.291
Minimum Capital Requirement	R0110	106.010	109.317	3.307	0	0	111.709	2.393	111.709	0	5.700

Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR)
ANEXO

S.23.01.01: Own funds

		Total C0030	Tier 1 - unrestricted C0020	Tier 1 - restricted C0030	Tier 2 C0040	Tier 3 C0050
Basic own funds before deduction for participations in other financial sector as foreseen in article 68 of Delegated Regulation 2015/35						
Ordinary share capital (gross of own shares)	R0010	22,375	22,375		0	
Share premium account related to ordinary share capital	R0030	35,779	35,779		0	
Initial funds, members' contributions or the equivalent basic own - fund item for mutual and mutual - type undertakings	R0040	0	0		0	
Subordinated mutual member accounts	R0050	0	0	0	0	0
Surplus funds	R0070	0	0			
Preference shares	R0090	0		0	0	0
Share premium account related to preference shares	R0110	0		0	0	0
Reconciliation reserve	R0130	361,469	361,469			
Subordinated liabilities	R0140	120,000		120,000	0	0
An amount equal to the value of net deferred tax assets	R0160	29,090				29,090
Other own fund items approved by the supervisory authority as basic own funds not specified above	R0180	0	0	0		0
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds						
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds	R0220	0				
Deductions						
Deductions for participations in financial and credit institutions	R0230	0	0	0	0	0
Total basic own funds after deductions	R0290	568,713	419,623	120,000	0	29,090
Ancillary own funds						
Unpaid and uncalled ordinary share capital callable on demand	R0300	0			0	
Unpaid and uncalled initial funds, members' contributions or the equivalent basic own fund item for mutual and mutual - type undertakings, callable on demand	R0310	0			0	
Unpaid and uncalled preference shares callable on demand	R0320	0			0	0
A legally binding commitment to subscribe and pay for subordinated liabilities on demand	R0330	0			0	0
Letters of credit and guarantees under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0340	0			0	0
Letters of credit and guarantees other than under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0350	0			0	0
Supplementary members calls under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0360	0			0	0
Supplementary members calls - other than under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0370	0			0	0
Other ancillary own funds	R0390	0			0	0
Total ancillary own funds	R0400	0			0	0
Available and eligible own funds						
Total available own funds to meet the SCR	R0500	568,713	419,623	120,000	0	29,090
Total available own funds to meet the MCR	R0510	539,623	419,623	120,000	0	
Total eligible own funds to meet the SCR	R0540	568,713	419,623	104,906	15,094	29,090
Total eligible own funds to meet the MCR	R0550	539,623	419,623	104,906	15,094	
SCR						
SCR	R0580	235,577				
MCR	R0600	106,010				
Ratio of Eligible own funds to SCR						
Ratio of Eligible own funds to SCR	R0620	241,41%				
Ratio of Eligible own funds to MCR	R0640	509,01%				
Reconciliation reserve		C0060				
Excess of assets over liabilities	R0700	448,712,86				
Own shares (held directly and indirectly)	R0710	0				
Foreseeable dividends, distributions and charges	R0720	0				
Other basic own fund items	R0730	87,244				
Adjustment for restricted own fund items in respect of matching adjustment portfolios and ring fenced funds	R0740	0				
Reconciliation reserve	R0760	361,469				
Expected profits						
Expected profits included in future premiums (EPIP) - Life business	R0770	31,255				
Expected profits included in future premiums (EPIP) - Non-life business	R0780	0				
Total Expected profits included in future premiums (EPIP)	R0790	31,255				

S.25.01.01: Solvency Capital Requirement - for undertakings on Standard Formula

Article 112

Z0010

2 - Regular reporting

		Net solvency capital requirement	Gross solvency capital requirement	Allocation from adjustments due to RFF and Matching adjustments portfolios
		C0030	C0040	C0050
Market risk	R0010	201.005	209.913	0
Counterparty default risk	R0020	24.580	24.580	0
Life underwriting risk	R0030	78.252	78.839	0
Health underwriting risk	R0040	0	0	0
Non-life underwriting risk	R0050	0	0	0
Diversification	R0060	-62.120	-62.919	
Intangible asset risk	R0070	0	0	
Basic Solvency Capital Requirement	R0100	241.718	250.413	
		C0100		
Calculation of Solvency Capital Requirement				
Adjustment due to RFF/MAP nSCR aggregation	R0120	0		
Operational risk	R0130	24.426		
Loss-absorbing capacity of technical provisions	R0140	-8.695		
Loss-absorbing capacity of deferred taxes	R0150	-30.566		
Capital requirement for business operated in accordance with Art. 4 of Directive 2003/41/EC	R0160	0		
Solvency Capital Requirement excluding capital add-on	R0200	235.577		
Capital add-on already set	R0210	0		
Solvency capital requirement	R0220	235.577		
Other information on SCR				
Capital requirement for duration-based equity risk sub-module	R0400	0		
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for remaining part	R0410	0		
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for ring fenced funds	R0420	0		
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for matching adjustment portfolios	R0430	0		
Diversification effects due to RFF nSCR aggregation for article 304	R0440	0		
Method used to calculate the adjustment due to RFF/MAP nSCR aggregation	R0450	0		
Net future discretionary benefits	R0460	0		

		C0010	
Linear formula component for non-life insurance and reinsurance obligations			
MCRNL Result	R0010		
		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance) written premiums in the last 12 months
		C0020	C0030
Medical expense insurance and proportional reinsurance	R0020		
Income protection insurance and proportional reinsurance	R0030		
Workers' compensation insurance and proportional reinsurance	R0040		
Motor vehicle liability insurance and proportional reinsurance	R0050		
Other motor insurance and proportional reinsurance	R0060		
Marine, aviation and transport insurance and proportional reinsurance	R0070		
Fire and other damage to property insurance and proportional reinsurance	R0080		
General liability insurance and proportional reinsurance	R0090		
Credit and suretyship insurance and proportional reinsurance	R0100		
Legal expenses insurance and proportional reinsurance	R0110		
Assistance and proportional reinsurance	R0120		
Miscellaneous financial loss insurance and proportional reinsurance	R0130		
Non-proportional health reinsurance	R0140		
Non-proportional casualty reinsurance	R0150		
Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	R0160		
Non-proportional property reinsurance	R0170		
		C0040	
Linear formula component for life insurance and reinsurance obligations			
MCRL Result	R0200		210.737
		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance/SPV) total capital at risk
		C0050	C0060
Obligations with profit participation - guaranteed benefits	R0210	4.351.636	0
Obligations with profit participation - future discretionary benefits	R0220	15.836	0
Index-linked and unit-linked insurance obligations	R0230	4.896.686	0
Other life (re)insurance and health (re)insurance obligations	R0240	236.844	0
Total capital at risk for all life (re)insurance obligations	R0250	0	16.141.543
		C0070	
Overall MCR calculation			
Linear MCR	R0300		210.737
SCR	R0310		235.577
MCR cap	R0320		106.010
MCR floor	R0330		58.894
Combined MCR	R0340		106.010
Absolute floor of the MCR	R0350		3.700
		C0070	
Minimum Capital Requirement	R0400		106.010

Certificação pelo Revisor Oficial de Contas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

**Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o
relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos
termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de
24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de
Pensões**

Ao
Conselho de Administração da
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.

Introdução

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março ("Norma Regulamentar"), da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"), analisámos o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira ("Relatório"), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório ("Informação quantitativa"), conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015 da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. ("OCV" ou "Companhia"), com referência a 31 de dezembro de 2016.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira e a avaliação do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios;
- B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
- C. Relato sobre a restante informação divulgada no Relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada.

A. RELATO SOBRE OS AJUSTAMENTOS ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E A CONSTANTE DO BALANÇO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA, A CLASSIFICAÇÃO, DISPONIBILIDADE E ELEGIBILIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo (i) dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Companhia, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar, e (ii) dos elementos do requisito do capital de solvência, incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável, nos termos do artigo 10.º da mesma Norma Regulamentar.

Conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar, no regime transitório estabelecido para o exercício de 2016 o relato quanto ao cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo foi substituído por um relatório de conclusões factuais para a ASF sobre os procedimentos previstos no anexo III da Norma Regulamentar.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC") e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.



O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Companhia e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2016 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 27 de março de 2017;
- (ii) a revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) o entendimento dos critérios adotados; e
- (iv) o recálculo dos ajustamentos efetuados pela Companhia, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados a nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, os quais, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, foram objeto de certificação pelo atuário responsável da Companhia. Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Companhia.

A seleção dos procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, quer resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planejar e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, e a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.



B. RELATO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVA APLICAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia:

- A preparação do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF; e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno ("Sistema de governação"), as quais devem ser descritas no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014 (Regulamento).

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu da obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do relatório sobre a solvência e a situação financeira, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2016.



O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a apreciação da informação contida no Relatório sobre o Sistema de governação da Companhia quanto, aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da auto-avaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- (ii) a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação;
- (iii) a discussão das conclusões com os responsáveis da Companhia.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente "Âmbito do trabalho", que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o relatório sobre a solvência e a situação financeira (31 de dezembro de 2016), o conteúdo do capítulo "Sistema de governação", não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia.



C. RELATO SOBRE A RESTANTE INFORMAÇÃO DIVULGADA NO RELATÓRIO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E NA INFORMAÇÃO QUANTITATIVA CONJUNTAMENTE DIVULGADA

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação do Relatório sobre a Solvência e a Situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1.º do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na Informação Quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu da obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira é concordante com a informação objeto do trabalho do revisor oficial de contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.





Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente "Âmbito do trabalho" que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

D. OUTRAS MATÉRIAS

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Companhia não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem serem detetados.

Lisboa, 9 de junho de 2017

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (n.º 967)

Certificação pelo Atuário Responsável

Exmos. Senhores
**Ocidental Vida – Companhia Portuguesa de Seguros
de Vida, S.A.**

Av. Dr. Mário Soares, Edf 10, Piso 1
2744-002 Porto Salvo
PORTUGAL

Lisboa, 26 de maio de 2017

Exmos. Senhores,

Certificação atuarial do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão reportado a 31 de dezembro de 2016

1. Introdução

A Towers Watson de España, S.A. (“Willis Towers Watson”) foi nomeada pela Ocidental Vida – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. (“Occidental Vida”) para a elaboração da certificação atuarial do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) para efeitos de supervisão reportado a 31 de dezembro de 2016 (a “informação sobre Solvência II”), de acordo com a Norma Regulamentar N.º 2/2017-R, de 24 de março.

A elaboração da presente certificação foi realizada por Julio Koch, consultor da Willis Towers Watson e certificado pela ASF como atuário responsável.

Na Tabela 1 apresenta-se a informação global sobre Solvência II à data de 31 de dezembro de 2016 preparada pela Ocidental Vida.

Tabela 1: Informação sobre Solvência II reportada a 31 de dezembro 2016 (Valores em milhares de Euros)

	31 de dezembro de 2016
Provisões técnicas	9,548,374
Montantes recuperáveis	4,201
Fundos próprios disponíveis	568,713
Fundos próprios elegíveis para a cobertura do SCR ⁽¹⁾	568,713
Fundos próprios elegíveis para a cobertura do MCR ⁽²⁾	539,623
SCR ⁽¹⁾	235,577
MCR ⁽²⁾	106,010

(1) Requisito de capital de solvência

(2) Requisito de capital mínimo

2. Âmbito

A certificação abrange a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis no cálculo dos seguintes elementos da informação sobre Solvência II:

- Das provisões técnicas, incluindo a aplicação do ajustamento de volatilidade e dos regimes transitórios previstos;
- Dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro;
- Do módulo de risco específico de seguros de vida e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência, divulgados no relatório sobre a solvência e a situação financeira.

A informação sobre Solvência II reportada a 31 de dezembro de 2016 foi preparada pela Ocidental Vida e o atuário responsável realizou a revisão da metodologia e dos pressupostos utilizados pela Ocidental Vida no cálculo dos elementos descritos anteriormente em relação aos requisitos das disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

O atuário responsável também realizou uma análise “high-level” aos resultados dos cálculos da informação sobre Solvência II, mas não procedeu a verificações detalhadas dos modelos e processos envolvidos.

3. Responsabilidades

Este relatório encontra-se elaborado em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

O órgão de administração da Ocidental Vida é responsável pela aprovação do relatório sobre a solvência e a situação financeira.

É função do atuário responsável a emissão de uma opinião de índole atuarial, independente, sobre os elementos referidos no número anterior. Para as suas conclusões foram tomadas em consideração as conclusões do revisor oficial de contas, incluindo, se aplicável, eventuais inconformidades por este detetadas.

A Ocidental Vida é responsável pela completude e exatidão dos dados necessários para produzir a informação sobre Solvência II. O atuário responsável não procedeu a quaisquer testes de verificação a informação facultada e foi informado que os responsáveis de Direção da Ocidental Vida não têm conhecimento de nenhuma outra informação, a que o atuário responsável não tenha tido acesso que poderia ter afetado o seu parecer.

4. Opinião

O atuário responsável concluiu que a metodologia e os pressupostos utilizados para a determinação das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e do módulo de risco específico de seguros de vida e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência, encontram-se em conformidade com as disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, correspondentes às alíneas de 1.3 a 1.21, 2.3 a 2.10 e de 2.19 a 2.23 do Anexo II, Capítulo II, Secção II da Norma Regulamentar N.º 2/2017-R, de 24 de março. O atuário responsável considera que as questões encontradas não têm impacto material na informação sobre Solvência II analisada.


De acordo com a nossa análise “high-level”, os resultados dos cálculos não revelaram nenhuma questão que sugerisse uma distorção material referente às provisões técnicas, aos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e aos módulos de risco específico de seguros de vida e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência.

5. Credibilidade e limitações

Para estas conclusões o atuário responsável baseou-se nos dados e nas informações disponibilizadas pela Ocidental Vida. O presente parecer é efetuado unicamente para uso da Ocidental Vida de acordo com os termos do nosso âmbito do trabalho. Nos limites máximos permitidos pela lei aplicável, a Willis Towers Watson não aceita ou assume qualquer responsabilidade, dever ou pedidos de indemnização de outra entidade que não a Ocidental Vida em relação à revisão, opinião ou qualquer afirmação constantes neste parecer.

Vários pressupostos foram assumidos sobre a experiência futura, incluindo a experiência económica e de investimentos, custos, rescisões de contratos e sinistralidade. Estes pressupostos assumidos foram determinados com base em estimativas razoáveis. No entanto, é provável que a experiência real futura seja diferente destes pressupostos devido a flutuações aleatórias, alterações no contexto operacional e outros fatores. Estas variações poderão ter um impacto significativo na informação sobre Solvência II.

Com os melhores cumprimentos,



Julio Koch

Willis Towers Watson